

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DONAS DE BENS E DE “GENTES”: MULHERES LIVRES E FORRAS
DE VILA DO CARMO E SEU TERMO, (1713-1750).**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
REGINA MENDES DE ARAÚJO

Juiz de Fora
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História por Regina Mendes de Araújo

Orientadora: Profa. Dra. Carla Maria Carvalho de Almeida.

Juiz de Fora
2008

Dissertação defendida e aprovada, em 07 de novembro de 2008, pela banca constituída por:

Prof^a. Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida – Orientadora

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara – Presidente

Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho – Membro Titular

Mendes de Araújo , Regina.

DONAS DE BENS E DE “GENTES”: MULHERES LIVRES E
FORRAS DE VILA DO CARMO E SEU TERMO, (1713-1750). / Regina
Mendes de Araújo. - 2008.
168 p. : il.

Orientadora: Carla Maria Carvalho de Almeida
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de
Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em
História, 2008.

1. inventários post-mortem. 2. testamentos. 3. mulheres. 4. sociedade
colonial. I. Título.

Para mamãe, Vovó Raimunda e Vovó Edith: mulheres especiais que fazem parte de minha história.

AGRADECIMENTOS

Depois dessa longa jornada, onde durante vários meses me dividi entre Belo Horizonte, Juiz de Fora e Mariana, digo com toda certeza, valeu a pena, consegui realizar meu sonho. E sei que consegui porque tive pessoas que acreditaram em mim, torceram, rezaram, me orientaram, souberam me esperar. Pessoas amadas que durante este tempo foram trocadas por livros e arquivos.

Agradeço aos professores da UFJF do Programa de Pós-Graduação em História, e de forma muito especial a minha orientadora Carla Maria Carvalho de Almeida por sua paciência em compreender minhas angústias e por sua generosidade e carinho com que me orientou. E ao professor Ângelo Alves Carrara por suas sugestões de documentação e paixão pela história que é contagiante.

Jamais poderia esquecer dos meus professores da PUC-Minas que me ensinaram a dar os primeiros passos como historiadora, de forma especial ao professor Tarcísio Rodrigues Botelho que sempre incentivou esse trabalho e sempre se colocou a disposição para ajudar com sugestões valiosas. A minha querida professora Mônica Eustáquio, por quem tenho grande carinho e admiração. E a professora Elizabeth Parreiras que soube transmitir e me cativar com seu amor pela História.

Minha sincera gratidão aos funcionários da Casa Setecentista de Mariana e a Arquivo da Cúria da Arquidiocese de Mariana pela simpatia e disposição em ajudar. Agradeço a minha nova amiga Débora que me recebeu tão bem em Mariana e com quem troquei muitas figurinhas. A minha querida Silvania que torceu por mim e teve a generosidade de ceder seu quarto em Mariana.

Agradeço aos meus “irmaõzinhos”, amigos de graduação, os mestres Rodrigo e Karina pelo companheirismo e as trocas de figurinhas. Minha querida Neffer, amiga incondicional que soube entender a minha ausência e claro seu marido Ronan que também soube entender a madrinha relapsa que tenho sido. Minha sincera gratidão aos colegas do Assis: Rosana pela compreensão e generosidade para comigo e também a Mônica, Andréia, Tânia, Ivanilde e Cláudia pela torcida. E minha querida colega Cibele que sempre me quebrou vários galhos. Não posso esquecer os meus amados alunos que sempre ficaram atentos, escutando as viagens sobre minhas mulheres setecentistas.

Aos tios e tias, de forma especial minha madrinha Marlene que com sua generosidade me ajudou tanto. Minha vó Edith pela preocupação e orações. Aos meus avós Raimunda e

Raimundo que olham por mim lá do céu. A minha querida Dona Tina, minha avó e segunda sogra.

Agradeço a força das meninas “super poderosas”: minhas irmãs Roseane e Rejane que aguentaram meu stress, minha bagunça e souberam compreender o monopólio do computador. Ao meu cunhado Germano que também foi bastante explorado por mim.

Ao meu amado pai devo a realização desse sonho. Além do “PAITROCÍNIO”, me incentivou, me colocou pra cima, foi amigo, companheiro, foi como sempre um paizão.

Ao meu amigo e companheiro que aguentou minha ausência e sempre secou minhas lágrimas nos momentos difíceis, sempre estava na rodoviária a me esperar, meu amado Marcos que surgiu como um anjo em minha vida, meu sonho bom.

À minha amada mãe que aguentou meu desespero, minhas lágrimas, que acompanhou toda essa trajetória. Que foi meu sustentáculo, mulher de fé, de força, de coragem, minha Beth.

O Vestido

*No armário do meu quarto escondo de
Tempo e traça meu vestido estampado
Em fundo preto.
É de seda macia desenhada em
Campânulas vermelhas à ponta de
longas
Hastes delicadas.
Eu o quis com paixão e o vesti com um
Rito, meu vestido de amante.
Ficou meu cheiro nele, meu sonho, meu
Corpo ido.
É só toca-lo, volatiza-se a memória
Guardada.
De tempo e traça meu vestido me guarda.*

Adélia Prado

RESUMO

Amparado pela análise dos inventários *post-mortem* e testamentos que abarcam o período entre 1713 e 1750, este trabalho busca adentrar no universo das mulheres livres e forras de Vila do Carmo e seus termos, traçando seus perfis sociais e econômicos. Objetivando perceber as condições materiais de existência e as atividades econômicas, nas quais estavam envolvidas, analisamos a composição da riqueza destas mulheres e o significado que a posse de roupas, utensílios, jóias, vasilhames, móveis, objetos de devoção, bens de raiz e escravos, tinham na definição do lugar social destas personagens. Quem eram essas mulheres? Quais as suas condições econômicas e sociais? Como viviam? Em que espaços transitavam? Estas foram algumas questões que, ao longo da pesquisa, tentamos responder. Encontramos vários perfis de mulheres que, dentro da sociedade mineradora, contribuíram para a estruturação da sociedade colonial nas Minas setecentistas. Mulheres forras e livres, que estiveram presentes em Irmandades e apresentaram uma religiosidade distintamente barroca. Forras, que transitaram pelo mundo do trabalho e, por meio dele, buscaram se distanciar de sua antiga condição. Senhoras casadas com homens da elite, que se faziam presentes, ostentando, ao lado deles, seus status sociais e econômicos.

ABSTRACT

Supported by the analysis of post-mortem inventories and wills which cover the period between 1713 and 1750, this paper enters the universe of free and vindictive women of Town of Caramel and their term, tracing their social and economic profile. Aiming to understand the material conditions of existence and economic activities, which were involved, we analyze the composition of wealth of these women and the meaning that the possession of clothes, utensils, jewelry, containers, furniture, objects of devotion, property and slaves, had in shaping the social place of these characters. Who were these women? What were their economic and social conditions? How they lived? What space they traffic by? These were some issues that, during the search, we tried to respond. We found multiple profiles of women who, within the mining company, contributed to the structure of colonial society in the seventeenth Mines. Vindictive and free women, who were present in the Brotherhood and had a distinctly baroque religiosity. Vindictive, which traffic by the world of work and, through it, sought distancing themselves from their old condition. Women married to men of the elite, who were present, bearing next to them, their social and economic status

LISTA DE ABREVIATURAS

AEAM- Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

AEPNSP- Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar

AHCM- Arquivo Histórico da Câmara de Mariana

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

APM- Arquivo Público Mineiro

CSM- Casa Setecentista de Mariana

CMOP- Câmara Municipal de Ouro Preto

CMS- Câmara Municipal de Sabará

IPHAN- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MOS- Museu do Ouro de Sabará

RAPM- Revista do Arquivo Público Mineiro

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 -Predominância por faixas de idade para o casamento de homens e mulheres em primeiras núpcias.....	39
TABELA 2 -Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos segundo condição e número de escravos, Vila do Carmo, 1718 e 1719.....	49
TABELA 3 -Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos segundo condição e número de escravos, Vila Rica, 1718 e 1719.....	50
TABELA 4 -Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos segundo condição e número de escravos, Vila de São João Del Rei, 1718.....	50
TABELA 5 -Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos segundo condição e número de escravos, Vila de São José, 1722.....	51
TABELA 6 -Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos segundo condição e número de escravos, Vila de Sabará, 1720 e 1721.....	51
TABELA 7 -Inventariados segundo sexo, condição e por faixa de riqueza (contos de réis). Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	55
TABELA 8 -Nações dos escravos inventariados em Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	121
TABELA 9 -Número absoluto e relativo da posse em escravos das inventariadas de Vila do Carmo e seu termo. 1713-1750.....	124
TABELA 10 -Locais de enterramento por condição social.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 -Proprietários de escravos segundo sexo de Vila do Carmo, Vila Rica, Vila de São João Del Rei e Vila de Pitangui, 1718.....	48
GRÁFICO 2 -Proprietários segundo sexo, Vila de Sabará, 1720.....	49
GRÁFICO 3 -Proprietários de vendas segundo sexo, Vila Rica.....	52
GRÁFICO 4 -Proprietários de vendas segundo sexo, Vila do Carmo/Mariana.....	53
GRÁFICO 5 -Número de inventários por sexo de Vila do Carmo, 1713-1750.....	54
GRÁFICO 6 -Proprietários de escravos segundo o sexo, Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	56
GRÁFICO 7 -Produção Agrícola das Unidades Produtivas inventariadas, Vila do Carmo e seu termo 1713-1750.....	94
GRÁFICO 8 -Frequência das criações nas Unidades Produtivas, Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	103
GRÁFICO 9 -Sesmarias concedidas em Minas Gerais, 1713-1763.....	107
GRÁFICO 10 -Crescimento da população escrava de Minas Gerais.....	116
GRÁFICO 11 -Composição dos bens inventariados de Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	118
GRÁFICO 12 -Composição da posse em escravo, segundo sexo, Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	120
GRÁFICO 13 -Origem dos escravos segundo a nação, Vila do Carmo, 1718.....	123

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –Utensílios de móveis de madeira inventariados, Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	78
QUADRO 2 -Percentuais médios de utensílios arrolados nos inventários.Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	81
QUADRO 3 -Unidades produtivas e monte mor das Inventariadas. Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	99
QUADRO 4 -Número médio de ferramentas e utensílios das Unidades Produtivas. Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.....	101

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1-Planta da cidade de Mariana da Segunda metade do século XVIII.....	35
IMAGEM 2-Funcionário do governo passeando com a família.....	73
IMAGEM 3-Negras indo a festa.....	75
IMAGEM 4-Mulheres brancas.....	75
IMAGEM 5-Planta primitiva de habitação do século XVIII.....	76
IMAGEM 6-Transformação arquitetônica ocorrida ao longo do século XVIII.....	76
IMAGEM 7-Baú, século XVIII.....	79
IMAGEM 8-Mesa de Almoço, século XVIII-XIX.....	80
IMAGEM 9-Preguiceiro-catre,Ouro Preto, século XVIII.....	80
IMAGEM 10-Copos de estanho, século XVII e XVIII.....	82
IMAGEM 11-Negras de tabuleiro.....	85
IMAGEM 12-Oratório doméstico.....	86
IMAGEM 13-A morte do justo.....	129
IMAGEM 14-A morte do pecador.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: PRESENÇA DOS HOMENS E MULHERES NAS MINAS SETECENTISTAS.....	27
1.1.Minas do Ouro.....	27
1.1.1.Vila do Carmo.....	31
1.2.Homens e mulheres da sociedade mineradora.....	35
1.3.A mulher nas Minas Setecentistas: um repasse historiográfico.....	40
1.3.1.O patriarcalismo: uma questão.....	44
1.4.Proprietários das Minas do Ouro: considerações iniciais.....	48
CAPÍTULO 2: DONAS DE BENS MÓVEIS: ANÁLISE DA VESTIMENTA, JÓIAS E UTENSÍLIOS.....	58
2.1.Cultural material: possibilidades de análise histórica.....	58
2.2.Moda como objeto da História.....	60
2.3.Tecidos, joias e cores: modo de vestir de forras e livres.....	61
2.3.1.Livres e forras: vestindo e se impondo.....	66
2.4.Modo de viver nas Minas: análise dos móveis e utensílios.....	75
2.4.1.Sobre as negras e seus quitutes.....	84
2.5.Objetos de devoção.....	85
CAPÍTULO 3: PROPRIETÁRIAS DE TERRAS E “GENTES”: ANÁLISE DAS ATIVIDADES AGROPASTORIS E DA POSSE DE ESCRAVOS.....	90
3.1.Produção agropastoril: repasse historiográfico.....	90
3.1.1.Unidades produtivas: análise das atividades econômicas.....	93
3.1.2.As proprietárias de sesmarias nas Minas.....	105
3.1.3.Considerações sobre as proprietárias forras.....	111
3.2.As proprietárias de escravos.....	115
CAPÍTULO 4: A PREOCUPAÇÃO COM A “BOA MORTE”: ANÁLISE DOS TESTAMENTOS.....	126
4.1. A morte.....	126
4.2. A necessidade de testar.....	130
4.3. A pompa fúnebre rumo à morada eterna.....	134
4.3.1.A Igreja e a Boa Morte.....	137
4.4. As irmandades.....	140
CONCLUSÃO.....	145
FONTES.....	150
BIBLIOGRAFIAS.....	156
ANEXOS.....	164

INTRODUÇÃO

O desejo de penetrar na vida das mulheres setecentistas e perceber seu perfil econômico e social nasceu na graduação, quando participei como bolsista da pesquisa *Identificação e digitalização das listas nominativas do Brasil*, financiada pelo IPEA/ANPEC. Nessa pesquisa, entrei em contato com as listas dos *Quintos Reais*, onde encontrei as primeiras mulheres proprietárias de escravos, as quais eu desejava pesquisar. Com o incentivo e orientação do professor Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, montei um projeto que foi aprovado pelo Programa de Iniciação Científica da PUC - Minas.

Nessa pesquisa, além das listas dos *Quintos Reais*, pesquisei também as *Cartas de Sesmarias*. A partir desse trabalho, entrei em contato com trabalhos historiográficos sobre famílias, mulheres e estudos de gênero. A partir daí, escrevi, sob orientação do professor Tarcísio R. Botelho, a monografia de conclusão: *Mulheres livres na primeira metade do século XVIII*. Embora seja um trabalho tímido, considero-o muito importante em minha trajetória acadêmica por ter despertado em mim novas questões sobre as mulheres da região mineradora.

Quem eram as mulheres da região das Minas? Quais eram suas condições sociais e econômicas? Qual o papel da mulher setecentista no domicílio? Qual o perfil de seus bens, do plantel de escravos? Estas foram as questões que me trouxeram ao mestrado, e as quais, junto de minha orientadora, professora Dr^a Carla Maria de Carvalho de Almeida, busquei responder. No decurso da pesquisa, surgiram muitas outras questões e reflexões sobre as mulheres setecentistas, com as quais passei a conviver nos últimos tempos, tentando desvendar um pouco de suas vidas.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva¹, a história das mulheres na colônia é algo ainda a ser escrito. Espero que a presente dissertação possa contribuir para incrementar e enriquecer a escrita sobre a história da mulher na colônia.

¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres na colônia: uma história a ser escrita. *Ler História*. Lisboa, n° 39, p.59-79, 2000.

A partir da década de 1960, a necessidade de se ouvir falar da história da mulher cresceu evidenciada pela produção historiográfica desse período. Joan Scott utiliza o termo “movimento” ao fenômeno que envolve historiadores da mulher, e ainda para evocar as associações com a política². É preciso, portanto, ao se falar da trajetória da história das mulheres, considerar a conexão com a política.

Os movimentos feministas passaram a ganhar maior visibilidade nos anos de 1960, contando com importantes trabalhos, como os de Betty Friendan: *A mística feminina*³ e a organização do NOW- *National Organization of Women*.

Segundo a autora, as ativistas feministas vão reivindicar uma história da mulher que estabelecesse heroínas. Portanto, as raízes do fazer história das mulheres encontram-se na esfera do movimento político. “(...) *Grande parte da atual história das mulheres, mesmo quando opera com conceitos de gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista*”.⁴

Há, então, de se considerar que a narrativa da história das mulheres não deixa de passar pela esfera política. Como destaca Eric Hobsbawm, “*o problema para os historiadores profissionais é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas*”.⁵

A preocupação em se fazer uma história da mulher insere-se dentro do contexto da modificação do campo da história e dos métodos e técnicas de abordagem⁶. As historiadoras feministas perceberam que inscrever as mulheres na história implicava na redefinição e no alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, incluindo a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas⁷.

² SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 64.

³ FRIENDAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

⁴ Ibidem, p.66

⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.284.

⁶ VOVELLE, Michell. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 681

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 5 - 22 jul/dez, 1990, p. 6.

A contribuição dos *Annales* para a história das mulheres é inegável. Essa corrente historiográfica trouxe um alargamento progressivo do campo histórico. Mesmo que “as relações entre os sexos não tenham sido a preocupação prioritária de uma corrente interessada, sobretudo, nas conjunturas econômicas e nas categorias sociais”⁸, a ampliação do campo historiográfico acabou por criar condições intelectuais necessárias à incorporação da mulher como sujeito histórico⁹.

Conforme Rachel Soihet, “as contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 60, foram fundamentais na emergência da História das mulheres”¹⁰. Soihet ressalta as contribuições da História social e das mentalidades junto ao crescimento da antropologia, “decisivas nesse processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História”¹¹.

Portanto, é preciso destacar que a história também é a ciência da mulher no tempo. A história das mulheres como um campo histórico contribui certamente para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado¹².

Os historiadores das mulheres queriam integrar as mulheres à história. Esse processo de integração se deu, de forma mais efetiva, nas décadas de 70 e 80. A tarefa de integrar a mulher à história exigia uma reconceitualização: “Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais”¹³. A categoria de análise a ser utilizada será o “gênero”, usado primeiramente para analisar as diferenças entre os sexos e extensivo à questão da diferença dentro da diferença.¹⁴

⁸ DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (Orgs) *Escrever a história das mulheres. História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 199, p.13.

⁹ GONÇALVES, Andréia Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 55

¹⁰ SOIHET, Rachel. *História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões*. NEC. p.1. Disponível www.historia.uff.br/nec/. Acesso 14/07/2008.

¹¹ Ibidem.

¹² TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. São Paulo, p.29-62, 1994, p. 34

¹³ SCOTT, Joan. Op. Cit. 1992, p.86.

¹⁴ Ibidem. p. 87.

Joan Wallach Scott, historiadora e militante feminista norte-americana, merece destaque por seus estudos sobre as mulheres e a categoria gênero. Seu principal artigo, “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”¹⁵, discorre sobre a diferença entre gênero e sexo, articulando a noção de poder. Nas palavras de Scott, “*Gênero torna-se (...) uma maneira de indicar 'construções sociais'. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres*”¹⁶.

O uso da categoria “gênero” vai permitir aos historiadores focalizar as relações entre homens e mulheres, analisando as tensões e os acontecimentos que foram produtores do gênero¹⁷.

Natalie Davis afirma que o objetivo daqueles que se dedicam ao estudo da história é compreender a importância dos sexos dos grupos de gêneros no passado histórico¹⁸. Portanto, o gênero se apresenta como uma categoria que baliza as discussões a cerca da história das mulheres, indica a erudição e a seriedade do trabalho¹⁹, e revelará temas como as mulheres, as famílias e as crianças. Esse conceito se apresenta como uma maneira de indicar construções sociais.

O gênero também se apresenta como um primeiro modo de dar significado às relações de poder. E há de se considerar que o conceito de poder também baliza nosso trabalho de pesquisa. A questão do poder e da mulher enquanto sujeito histórico se apresenta como um importante tema para a historiografia. Como destaca Eni de Mesquita Sâmara, os estudos sobre as mulheres ocidentais, principalmente as culturas ibéricas, desvendam várias imagens de representação de poder ou de “*poderes*” do sexo feminino²⁰.

Para os historiadores que se dedicam ao estudo da história das mulheres, as relações de poder aparecem como um desafio, uma busca em recuperar a identidade social da mulher e mostrar sua presença no processo de tomada de decisões.

¹⁵ SCOTT, Joan. Op.Cit. 1990.

¹⁶ Ibidem. p.7

¹⁷ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*. São Paulo. 77-98. v.24 n.1, 2005, p.88.

¹⁸ DAVIS, Natalie Zenon. “*Women on Top*”: *society and culture in early modern France*. Stanford University, 1975.

¹⁹ SCOTT, Joan. Op.Cit. 1990, p. 7.

²⁰ SAMARA, Eni Mesquista Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. n.21 p.227 – 239, 1989/91, p.228.

Considerando os avanços metodológicos, o novo olhar sobre a história das mulheres significou a ampliação das fontes documentais, “*uma vez que não se tratava mais de localizar apenas aquela documentação, na qual as mulheres figuravam-se como 'protagonistas'*”.²¹ Um novo olhar se empregou sobre a fonte, conferindo uma atenção especial às lacunas, às omissões, realçando-se à medida que os conteúdos que se apresentavam velados pudessem contribuir para esclarecer sobre o papel desempenhado pelas mulheres. A história das mulheres passou por uma “*verdadeira revolução documental*”, uma “*redescoberta da pesquisa em arquivos, e por temas, no seio dos quais se descortinavam as mulheres; sobretudo a família ou a demografia*”²².

Dentro dessa perspectiva, Maria Odila da Silva Dias, na década de 80, perguntava se o que dificultava o estudo da história das mulheres seria uma ausência de fontes ou a invisibilidade ideológica. A historiadora proporia buscar as minúcias de ler nas entrelinhas e, por meio do abundante cascalho, encontrar o metal precioso das fontes²³.

Os historiadores têm seguido a trilha da história das mulheres, procurando analisar as vivências comuns, as sobrevivências e as resistências do passado. Merecem destaque Michelle Perrot, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hanner, Natalie Zemon Davis, Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Sâmara, Leila Algranti²⁴.

A produção historiográfica brasileira tem optado pela análise do casamento e da divisão de poderes e de incumbências entre os casais²⁵. Os estudos historiográficos têm

²¹ GONÇALVES, A. Lisly. Op.Cit. 2006, p. 75.

²² PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.226.

²³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo, o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998 e *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995; THÉBAUD, Françoise. *Quand nos grand-mères donnaient la vie. – La maternité en France dans l'entre-deux-guerres*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986; SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002; DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1997; RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LEITE, Miriam Moreira. (ORG). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984; ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio & Edunb, 1993; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; DIAS, Maria O L da. Op.Cit., 1984; PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunb, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

²⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. Op. Cit. 1989/1991, p.229.

revisto imagens, revelado outras, e até rompido com estereótipos consagrados ao longo do tempo. Esses estudos²⁶ têm revelado que a mulher, por meio do trabalho, tem se mostrado mais atuante, gerenciando negócios e exercendo certos poderes.

Há um expressivo número de trabalhos sobre as mulheres no Brasil que tem como marco cronológico os séculos XVIII e XIX, tendo como principais fontes aquelas produzidas pelo Estado e pela Igreja. Os estudos referentes ao final dos séculos XIX e XX deram destaque à educação feminina, aos padrões de comportamento, aos códigos de sexualidade e à prostituição, sendo de fundamental importância as fontes judiciais e médicas²⁷.

A atenção às fontes documentais produzidas no espaço privado apresentou-se fecunda para o estudo da história das mulheres. “*Potencializados pela crescente aceitação de que o exercício do poder político não se limitava apenas ao espaço público, ao âmbito do Estado*”²⁸, tais fontes podem revelar os poderes informais exercidos pelas mulheres em seus lares, no interior das comunidades, tanto nas áreas rurais como urbanas.

O desejo de perceber a mulher dentro dos acontecimentos passados se insere dentro do contexto de transformação do campo e métodos da história. A história, ao deixar de lado a narrativa de grandes e gloriosos fatos históricos, lança luz sobre os sujeitos históricos e o estudo de pessoas comuns. Portanto, o estudo da história das mulheres se apresenta como uma oportunidade e um desejo de inserir ou ainda reescrever a história, tendo-as como sujeitos.

Para o estudo das mulheres livres e/ou forras de Vila do Carmo e seu termo, foram usados inventários e testamentos, buscando o nome de cada mulher, e tentando construir, tomando o contexto histórico das mulheres nos setecentos. Tomando as palavras de Carlos Ginzburg²⁹, o fio de Ariana que guiara esse labirinto documental é o nome, o qual distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades. Portanto, partiu-se dos nomes de mulheres a composição de uma espécie de teia de malha fina para chegar-se à imagem gráfica do tecido social em que, no caso, as mulheres setecentistas estão inseridas. A partir desses nomes, buscou-se cruzar os dados dos inventários e testamentos. Portanto, foi preciso a redução da

²⁶ Ver SAMARA, Eni de Mesquita. Op.Cit., 1989. DIAS, M. O. L. da S. Op.Cit, 1989. FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Olympio, 1999 e *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

²⁷ MATOS, Maria Izilda S.de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000, p.14.

²⁸ GONÇALVES, A. Lisly. Op. Cit. 2006, p. 86.

²⁹ GINZBURG, Carlos. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil .1991, p.174.

escala de observação, sem perder, no entanto, a visão da escala do espaço social de cada mulher³⁰.

A idéia de estudar as mulheres proprietárias de bens e escravos vem do desejo de percebê-las como sujeitos que, em seu tempo, fizeram também história. Mulheres estas que tiveram, talvez, uma história de resistência dentro de uma sociedade marcada pela predominância do poder masculino. Essa resistência era manifestada através do mundo do trabalho. O âmbito do trabalho acaba por se processar através das relações de poder.

Para o estudo da mulher setecentista, foram utilizados os inventários *post mortem* e testamentos da Vila do Carmo e seu termo, que se encontram manuscritos na Casa Setecentista de Mariana e abarcam os anos de 1713 a 1750. São 53 inventários do 1º Ofício, sendo que 11 deles possuem em anexo testamentos, e 31 inventários do 2º Ofício com um testamento em anexo; e ainda 16 testamentos. Foram ainda encontrados no Arquivo da Cúria de Mariana, referentes à primeira metade dos setecentos, 23 testamentos.

Foram utilizados ainda os documentos referentes às listas dos Quintos Reais, que se encontram manuscritas no Arquivo Público Mineiro³¹ e digitadas no Centro de Pesquisa Histórica da PUC-Minas. Outra documentação que lança luz são as *Cartas de Sesmarias* que também se encontram no Arquivo Público Mineiro microfilmadas e manuscritas³².

Os testamentos são ricas fontes de informação, pois apresentam informações sobre os herdeiros e a partilha dos bens. Há também os aspectos espirituais, a natureza da cerimônia fúnebre, a pertinência ou não do testador a alguma irmandade ou associações piás, etc. Por sua vez, os inventários *post mortem* consistem em uma descrição pormenorizada de todos os bens móveis e imóveis, posse de escravos e identificação de dívidas e créditos³³.

Assim, a partir da análise dos inventários *post mortem* e dos testamentos, buscamos traçar o perfil econômico e social das mulheres da Vila do Carmo, ou seja, o tipo de riqueza declarada, aspectos religiosos e as relações culturais. Lançamos luz sobre o perfil dos bens dessas mulheres, ou seja, buscamos adentrar em suas vidas por meio da análise das roupas, utensílios, móveis, etc.

Buscamos também perceber os setores econômicos, nos quais estas mulheres

³⁰ LEVI, Giovanni. Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter (Org) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed.Unesp, 1992.

³¹ Seção Colonial, Coleção Casa dos Contos, Câmara Municipal de Sabará, Câmara Municipal de Ouro Preto.

³² Seção Colonial, Secretária do Governo, Registros de cartas, ordens, despachos, instruções, bandos, cartas patentes, provisões e sesmarias.

³³ DAUMARD, Adeline et.al. *História social do Brasil: teoria e metodologia*. Curitiba. Editora da Universidade do Paraná, 1984, p.197.

estavam envolvidas, (atividades de mineração ou agropastoris), se estavam localizadas em unidades urbanas ou rurais, e se a plantação doméstica de hortaliças e frutas era recorrente ou não.

Partindo, portanto, das informações presentes nos inventários *post mortem* e testamentos, tentamos dizer quem eram estas mulheres. Por meio das evidências e indícios deixados nos documentos, foi possível analisar a participação delas na construção da sociedade mineradora.

No caso dos testamentos, é possível revelar traços dos costumes e do pensamento das testadoras; é possível obter informações sobre a família, o estado civil, os bens possuídos e os créditos e débitos contraídos³⁴. Enfim, lançando luz sobre as informações contidas na documentação analisada, é possível traçar o perfil social e econômico das mulheres, considerando a declaração dos escravos e bens da Vila do Carmo.

Através dos bens arrolados nos inventários *post mortem* e nos testamentos, buscou-se visualizar o “viver cotidiano”, considerando as condições materiais da existência. É preciso considerar que os inventários *post-mortem*, embora capazes de nos fornecer importantes informações das sociedades do passado, não dão conta de abarcar a realidade da população como um todo, pois, até 1809, os inventários só eram obrigatórios a pessoas que possuíssem filhos menores. No caso de serem todos os herdeiros adultos, era comum que a partilha dos bens fosse feita de maneira amigável, para se evitar despesas.³⁵

Portanto, naquele universo, só abririam inventários aquelas pessoas que possuíssem algum bem de valor, ficando um grande contingente de pessoas fora das análises. Ou seja, não é possível uma representatividade de todas as camadas da população, mas somente daqueles que possuíam alguma riqueza, ainda que pequena.

Outra documentação, da qual lançamos luz, são os *Quintos Reais* que contribuíram para incrementar as análises com relação às mulheres que se inseriam no mundo do trabalho como proprietárias de escravos. Entendemos que, ao fazer um cruzamento de todas essas fontes, conseguiremos obter uma visão mais complexa da realidade destas mulheres.

No ano de 1702, criou-se a *Intendência das Minas* para a realização do controle da cobrança do *Quinto Real*, que era feita pelas câmaras ou por procuradores por elas nomeados. O registro da cobrança dos *quintos* deu origem às listas de proprietários de escravos. Apesar

³⁴ STANCZYK Filho, Milton. Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários *post mortem*. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. p. 9-10.

³⁵ LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da desigualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. (Tese de doutorado) USP, São Paulo, 1992, p.243-244

de não terem sido confeccionadas com o objetivo de oferecer dados para análises populacionais, estas listas constituem-se em importantes fontes para investigação em história demográfica e econômica.

Deve-se considerar que estas listas, por se tratar de documentação fiscal, apresentam problemas de sonegação de impostos por aqueles que queriam fugir da tributação.³⁶ Ainda assim, entendemos que vale a pena utilizá-las, pois revelam dados sobre os escravos e o nome de seus proprietários. Através do nome das proprietárias, será possível inferir sua posição social, ou seja, livre ou forra, e ainda analisar o tamanho de sua posse em escravo. Ainda é possível traçar o perfil da escravaria a partir de sua composição, considerando o número de escravos e escravas.

Outra documentação utilizada se refere às *Cartas de Sesmarias* que se encontram na Seção Colonial do APM, correspondente aos anos de 1710 a 1751. A *Lei de sesmarias* pretendia melhorar a produtividade das terras, e, para isso, promovia a redistribuição daquelas que se encontravam improdutivas. A terra foi algo de grande importância em Minas Gerais no século XVIII, pois, por um lado, a agricultura servia para o consumo interno das unidades produtivas, e, por outro, existiam unidades cuja produção tinha caráter produtivo-mercantil.³⁷

Inicialmente, partimos da análise dos dados encontrados nos inventários e testamentos da Vila do Carmo e montamos um banco de dados para melhor visualização da posse em escravos e dos tipos de bens que aparecem inventariados. Buscamos ainda informações mais qualitativas que possam contribuir para traçar algumas características do cotidiano dessas proprietárias, como por exemplo, pertencimento a irmandades, questões sobre partilha, herdeiros, entre outras.

No primeiro Capítulo, lançaremos o olhar sobre homens e mulheres que rumaram ao sertão em busca de riquezas e lá ficaram formando uma sociedade diversa. Trataremos ainda, dos olhares histográficos acerca das mulheres setecentistas. Apresentaremos também algumas considerações iniciais sobre os proprietários de bens e “gentes”, buscando apresentar a diferença entre a participação econômica entre homens e mulheres.

O segundo capítulo apresenta nosso olhar sobre as vestimentas, jóias e utensílios arrolados nos inventários. Consideramos, então, o conceito de cultura material para buscarmos o entendimento de como objetos, roupas, adornos, podem revelar diversas

³⁶ BOTELHO. A escravidão nas Minas Gerais, 1720. In: BOTELHO. T.R. et.al. (Org.) *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH, 2001, p.47

³⁷ Cf. REIS, Liana Maria e GUIMARÃES, Carlos M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais. (1700-1750) In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG nº 2 junho, 1986.

sociedades e temporalidades. Partindo desse conceito, traçaremos perfis econômicos e sociais de mulheres livres e forras, considerando o contexto da sociedade mineradora barroca que se apresenta com traços fortes de Antigo Regime.

Inicialmente, no terceiro capítulo, consideraremos o que a histografia nos apresenta a cerca dos estudos sobre as atividades agropastoris. Buscaremos perceber as atividades agropastoris predominantes em Vila do Carmo por meio dos bens raízes e ferramentas arroladas. Tratando ainda sobre a posse de terra, lançaremos luz sobre as sesmarias, e, por fim, trataremos das proprietárias de escravos, traçando o perfil dos cativos, considerando a origem, a idade e o sexo. Buscaremos ainda analisar a posse de escravo, cruzando com a faixa de riqueza, considerando a condição social da proprietária.

Enfim, no Quarto capítulo, lançaremos luz sobre os testamentos de livres e forras onde se fará uma análise qualitativa buscando perceber a inserção social da mulher na sociedade por meio das irmandades e associações pias. Partiremos da noção de “bem morrer” e do conceito de barroco para analisar a visão que se tinha da morte e como essa se apresenta para livres e forras.

CAPÍTULO 1: A PRESENÇA DOS HOMENS E MULHERES NAS MINAS SETECENTISTAS

1.1 Minas do Ouro

A certeza da existência de ouro na América portuguesa só veio a se confirmar em fins do século XVII, com os descobertos no sertão da colônia. A metrópole nunca deixou de lado a esperança de encontrar metais preciosos na América. As lendas sedutoras da cidade de Manoa, das serras das Esmeraldas e de Sabaraduçu alimentavam essas esperanças³⁸. O sonho luso, alimentado desde o século XVI, se materializou com os descobertos auríferos e significou grande riqueza para a Coroa portuguesa, assim como a esperança de enriquecimento para seus súditos.

Bandos de paulistas, com o firme propósito de descobrir ouro, adentraram ao centro da colônia atrás do *Eldorado*. Esses bandos eram chamados de bandeiras, termo de início aplicado às companhias da milícia portuguesa. As bandeiras eram formadas em geral por ameríndios em servidão ou livres, paulistas brancos e mestiços³⁹. Nas bandeiras maiores, havia a presença feminina. Claro que não se tratava das esposas legais, mas mulheres ameríndias como cozinheiras e concubinas⁴⁰.

Ainda há uma grande divergência entre os historiadores acerca da data e do nome do primeiro descobridor⁴¹. No entanto, esses dados tornam-se secundários diante do que realmente importa: a repercussão da descoberta do ouro para o Império luso.

A notícia dos descobertos de metais preciosos levou ao centro da colônia uma variedade de pessoas que se dirigiam pelo *Caminho Geral do Sertão*⁴². “Numerosas famílias

³⁸ ZEMELLA, M.P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 37.

³⁹ BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial, 1695-1750*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 58.

⁴⁰ Ibidem. p.59

⁴¹ O ano de 1674 marca o auge da bandeira comandada por Fernão Dias Paes que adentrou o sertão abrindo largamente as portas da região aurífera. Junto de Fernão Dias Paes estava seu filho Garcia Rodrigues e seu genro Borba Gato. Garcia Rodrigues pode ser considerado o primeiro descobridor do ouro na Serra do Sabaraduçu. O genro de Dias Paes teria descoberto ouro no Rio das Mortes. Ver: ZEMELLA. M.P. Op. Cit. 1990, p.38

⁴² Caminho, no qual, as bandeiras vinham de São Paulo até as ramificações superiores do Rio São Francisco. Cf.

*brancas e paulistas, e da Bahia vieram viver nas Minas, tanto colonos quanto reinóis”*⁴³. Essa multidão de gente variada e tumultuária se distribuía por povoados pequenos, situados às margens dos rios e nas encostas dos montes, onde se realizava a exploração do ouro. Inicialmente, esses núcleos populacionais eram bem rústicos, estabelecidos de forma improvisada e provisória. “(...) *Estruturavam-se os povoados como centro de gravidade das zonas mais ricas, nos quais os tropeiros podiam mais facilmente estabelecer-se como comerciantes. Tais lugarejos definiam-se como retaguarda imediata da lide mineratória*”⁴⁴.

Esta foi, ao longo de todo período colonial, a maior migração na América portuguesa. A maioria dos portugueses que rumaram às Minas era oriunda das regiões do Minho, Trás os Montes, Porto, Douro e Beira. Portugueses de Lisboa e do sul de Portugal foram exceções⁴⁵. Antonil descreveu o grande número de pessoas na área aurífera da seguinte forma:

Cada anno vem, nas frotas, quantidade de portugueses e de estrangeiros para passarem as minas. Das cidades, villas, recôncavos, e sertões do Brazil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas servem. A mistura eh de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velho; pobres e ricos; nobres e plebeos, seculares, cléricos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tem no Brazil convento nem casa⁴⁶.

Na região aurífera das Minas Gerais, surgiu uma sociedade diferenciada, com uma vida urbana formada de interações entre livres, escravos e forros. Esse emaranhado de pessoas e culturas deu início à formação de uma sociedade diversificada que centraria as atenções da Coroa lusa sobre a região aurífera. Conforme Diogo de Vasconcelos, a população das Minas era composta de europeus e seus descendentes, negros africanos, mulatos ou pardos⁴⁷.

Inicialmente, a Coroa procurou facilitar o acesso às jazidas, pois, quanto mais gente lavrando o ouro, maior seria o quinto para os cofres do Erário Régio. Como bem destaca

BOXER. Charles R. Op. Cit. 2000, p.64.

⁴³ PAES, Maria Paula D. C. *Teatro do controle. Prudência e persuasão nas Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000, p.52.

⁴⁴ Cf. LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982, p. 16.

⁴⁵ MAXWELL, Kenneth Robert. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 114

⁴⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p 207.

⁴⁷ VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p.78

Mafalda P. Zemella, a preocupação em facilitar o acesso às minas e incrementar o povoamento não era uma medida desinteressada. Não era uma política social, e sim fiscal⁴⁸.

No entanto, as facilidades não durariam muito tempo. O grande contingente de ambiciosos a procura de ouro provocaria um súbito congestionamento, levando a Coroa a criar restrições para a ida às minas. Porém, tais medidas não alcançaram sucesso, pois até os funcionários do Reino descumpriam as restrições⁴⁹. A legislação não conseguiu conter o crescimento populacional. Na parte de maior densidade, formaram-se os arraiais⁵⁰ que seriam espaços pré-urbanos. Conforme Lima Jr., o arraial consistia num conjunto de casas em torno da igreja, onde os fiéis se dirigem para solenidades religiosas, e onde ainda ocorriam encontros comerciais⁵¹. Segundo essa definição, pode-se concordar com Pierre Sanchis, que apresenta a definição de arraial em Portugal como espaço ocupado ou anexado para a realização das festas que acompanham as romarias⁵².

Contudo, Sergio da Mata atenta que nem sempre o arraial foi o palco principal da vida cotidiana e, ao contrário dos europeus, não estabeleceu uma separação nítida entre o espaço interno e o exterior. O autor concorda com a presença da Igreja como via de regra, e nos apresenta a seguinte definição:

O típico embrião de cidade pode ser definido como um ponto de cristalização, um espaço não-racionalizado⁵³ de comércio coletivo. O arraial é a expressão das necessidades econômicas, religiosas e lúdicas de um grupo de vizinhança⁵⁴.

Buscando aumentar o controle metropolitano sobre as populações concentradas nos arraiais que se configuraram como grandes centros urbanos e possuíam uma dinâmica variada, estes arraiais foram elevados a condição de Vila⁵⁵.

⁴⁸ ANTONIL. A.J. Op. Cit. 1982, p.47

⁴⁹ Ibidem. p.50

⁵⁰ Segundo BOTELHO e REIS, o arraial cresceu em função da mineração tendo por origem, acampamentos de mineradores, marcado por pelo aumento efetivo populacional. BOTELHO, Ângela V. e REIS, Liana M. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: O autor, 2001

⁵¹ LIMA Jr. Augusto de. *As primeiras Vilas do Ouro*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1966, p. 34

⁵² SANCHIS. Pierre. *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.142-3.

⁵³ Sergio da Mata entende não racionalizado no sentido weberiano, ou seja, não é formalmente regulado por uma instância ou código legal pré existente. MATA, Sergio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Brasil, séculos XVIII e XIX*. Berlin: Wiss. Virl, Berlin, 2002.

⁵⁴ Ibidem. p. 51.

⁵⁵ A formação de vilas implicava na implantação de órgãos administrativos e a criação das câmaras. BOTELHO, A.V. e REIS, L.M. Op. Cit. 2001.

A região mineira foi explorada, ocupada e, em menor escala, colonizada com espantosa rapidez. Os principais campos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará se haviam tornado, ao fim do século, povoações prósperas... Uma das primeiras indicações de colonização permanente foi a ereção de uma ou mais capelas...⁵⁶

As descobertas de metais preciosos causaram efeitos importantes na Metrópole e na Colônia. O desequilíbrio existente entre a balança comercial de Portugal e Inglaterra foi, por muitos anos, compensado pelo ouro do Brasil. O sistema colonial teve sua dinâmica alterada com as descobertas auríferas. A metrópole, que, até então, tinha o seu olhar voltado para a produção açucareira no nordeste da colônia, passou a concentrar suas atenções sobre as minas. Nesse sentido, a coroa viabilizou, em relação à extração do ouro e do diamante, uma intervenção regulamentadora mais ampla. Como parte desta fiscalização, iniciou a cobrança de impostos.

A Capitania se apresentou com uma diversa experiência monetária que, segundo João Antônio de Paula, teve desse modo vários regimes tributários⁵⁷. O imposto sobre o ouro chamou-se Quinto Real: a quinta parte de todo o ouro extraído pertencia ao rei, sendo deduzido do ouro em pó ou pepitas. A forma de recolhimento desse imposto sofreu doze modificações entre 1700 e 1827.

Como já referido, a coroa também se preocupou em estabelecer limites à entrada na região das minas. A câmara de São Paulo reivindicou, junto à Coroa portuguesa, que apenas aos moradores da Vila de São Paulo deveriam ser dadas as concessões de explorar as áreas auríferas. Como nos lembra Boxer:

Desde o início da corrida do ouro, os primeiros paulistas descobridores e os forasteiros que vieram nas suas águas não morriam de amores uns pelos outros. Coisa bastante natural, se considerarmos que os paulistas achavam-se com o direito à prioridade nas reivindicações, de vez que tinham sido os descobridores⁵⁸.

Devido à quantidade de portugueses e de outros que chegavam de várias partes do Brasil, principalmente baianos às minas, viu-se que tal concessão era inviável. Disso resultou a Guerra dos Emboabas (1708-1709), ficando paulistas de um lado, e, de outro, estrangeiros e baianos. O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, da Capitania do Rio de

⁵⁶ Cf. BOXER, C.R. Op. Cit. 2000, p. 73-4

⁵⁷ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

⁵⁸ Cf. BOXER, C.R. Op. Cit. 2000, p. 87

Janeiro, fora mandado pela Coroa portuguesa, no início do século XVIII, para conter os conflitos entre emboabas e paulistas, e para que se fizesse efetiva a cobrança dos Quintos Reais.

Os paulistas não conseguiram ter êxito em suas pretensões, mas conseguiram que fosse criada a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Depois de contidos os conflitos, em 1710, o governador Antônio Albuquerque assumiria a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, elevando à condição de vila três arraiais mineiros: Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará. Foram elas sucessivamente inauguradas pessoalmente por Albuquerque: em 8 de abril de 1711, Ribeirão do Carmo, que recebeu o nome de Vila de Nossa Senhora do Carmo; em 8 de junho de 1711, Vila Rica D'Albuquerque; em 17 de julho de 1711, Vila de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. *Com toda a formalidade, ele empossou uma Câmara, ou Câmara Municipal eleita, em cada uma daquelas novas vilas, entre cenas de grande entusiasmo e regozijo.*⁵⁹ Posteriormente, surgiram outras vilas, como a de São João Del Rei em 1713, a Vila de Pitangui em 1715, e a Vila de São José Del Rei em 1718.

A Coroa nas regiões das minas criou junta de julgamentos e nomeou ouvidores que ficavam incumbidos de julgar e supervisionar questões relacionadas à arrecadação do quinto do ouro.

Na região das Minas Gerais, nasceu uma sociedade formada por mercadores, negociantes, padres, advogados, burocratas e militares, senhores e escravos. Composto esta diversificada população, estavam também as mulheres das mais diversas condições. Portanto, são as mulheres proprietárias de bens e escravos inseridas nessa sociedade mineradora diversificada que se pretende estudar.

1.1.1. Vila de Nossa Senhora do Carmo

A presente dissertação se propõe tratar das mulheres da primeira vila do ouro, *Vila de Nossa Senhora do Carmo*, que ocupou um importante lugar na história de Minas Gerais, tanto no que tange a história religiosa quanto à social e econômica. Portanto, antes de lançarmos luz sobre os dados referentes às proprietárias de Vila do Carmo, passaremos pelo histórico desse arraial que, em 1711, seria elevado a uma importante vila.

⁵⁹ Ibidem. p. 104

Existe, com relação ao descobridor do ouro no Ribeirão do Carmo, uma divergência entre os historiadores. Há atribuições do descobrimento feitas ao bandeirante João Lopes de Lima, que teria chegado ao ribeirão em 1698. Sobre o descoberto, Códice Matoso nos diz:

Foi este sítio descoberto no mesmo tempo em que se principiou a extrair ouro no morro do Padre Faria, em Vila Rica. Seu descobridor foi um paulista, chamado João Lopes de Lima, assistente no dito morro que, embandeirado com outros descobridores, desceu a tal ribeirão, com 4 dias de jornadas, que tanto eram necessárias naquele tempo por causa dos grandes matos...

O dito João Lopes de Lima fez levantar uma capelinha feita de ramos de palmito, e nela colocou uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, de quem era muito devoto.

⁶⁰

Há outra versão que nos diz que o descobrimento aconteceu no ano de 1696, dia da festa da Virgem, sendo este realizado por Miguel Garcia e o Coronel Salvador Fernandes Furtado. Eles chegaram ao rio, e lá encontraram uma abundância de ouro. Garcia e Furtado, então, teriam construído às margens do ribeirão uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo. Para Augusto de Lima Jr., Salvador Fernandes Furtado recebeu o título de descobridor e fundador do Ribeirão do Carmo graças à memória de seu filho Bento Furtado, que serviu a Cláudio Manoel da Costa. No entanto, para o autor, Furtado chegou ao ribeirão quando este estava praticamente povoado⁶¹.

Enfim, existe grande divergência com relação ao primeiro descobridor do Ribeirão do Carmo. No entanto, o que realmente é relevante é a chegada da notícia do descobrimento. Em pouco tempo, em volta do ribeirão, surgiu uma população suficientemente numerosa que lhe permitia pleitear o reconhecimento diante da Igreja e do Estado⁶². Em 1701, foi criada a paróquia na capelinha do Carmo, nomeando-se o primeiro pároco, Padre Manuel Brás Cordeiro⁶³.

No ano de 1703, o português Antônio Pereira Machado ⁶⁴ ali se instalou e ergueu uma igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Com a notícia do sucesso das

⁶⁰ CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

⁶¹ LIMA JR., Augusto de. Op. Cit. 1966, p.32

⁶² FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Maria: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998, p.29.

⁶³ VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

⁶⁴ A propósito, a Antônio Pereira Machado é atribuído o início do povoamento do Ribeirão do Carmo. Contudo, essa é mais uma informação que é divergente. Ver: Códice APM. Salomão de Vasconcelos. Revista IHGB, V.140.

explorações feitas por Antônio Pereira, chegaram ainda mais aventureiros que passaram a trabalhar e morar nas terras do português sob sua autorização⁶⁵. O arraial, em 1709, já havia se expandido bastante. A expansão seguiu margeando o ribeirão e uma das estradas que passava pelo povoado⁶⁶. Por esse tempo, Antônio Pereira Machado recebeu uma sesmaria por intermédio do governador Antônio de Albuquerque e, como chama atenção Cláudia D. Fonseca, abrangia a área onde hoje se localiza o Centro Histórico de Mariana⁶⁷.

Em 1711, a população do Ribeirão do Carmo já era numerosa. Não só a população aumentava, mas, provavelmente, a aspiração de crescer em outra categoria institucional também. Isso significava alcançar a autonomia política e administrativa⁶⁸. Em abril de 1711, o povoado foi elevado a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Vejamos um trecho do documento que marca a criação:

Aos 8 dias do mês de abril de mil setecentos e onze, nas casas em que mora o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, acham-se presentes em uma junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia, as pessoas e moradores principais deste distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Fez-lhe presente o dito Senhor que, na forma das ordens de Sua Majestade, que Deus guarde, tinha determinado levantar uma Vila neste dito distrito e Arraial, por ser o sítio mais capaz para ela, e que, como para esta se erigir, era somente e preciso concorrer os ditos moradores para a fábrica de Igreja, elevando Câmara Cadeia...⁶⁹

O antigo arraial não seria modificado tão rápido fisicamente. Alguns traços permaneceriam predominando a disposição irregular de suas casas⁷⁰. Apesar das permanências, não deixariam de serem construídos edifícios marcantes, e alguns logradouros ganhavam importância.

O terreiro da capelinha da Conceição, agora transformado em Largo da Matriz, adquiria uma estudada forma quadrangular e passava a abrigar não somente a principal igreja, mas outros símbolos do poder colônia, colocados bem junto à praça ou em suas proximidades, e acentuando seu valor de polarização.⁷¹

⁶⁵ VASCONCELLOS. D de. Op Cit. 1974.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ FONSECA, Cláudia D. Op. Cit. 1998, p.33

⁶⁸ MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de Quem?* São Paulo: Edusp, 1991, p.42

⁶⁹ Transcrição retirada do *Termo de Mariana*, p.149. Atualização feita por Gustavo C. Viera e Ronaldo Polito.

⁷⁰ MARX. Murilo. Op Cit. 1991.

⁷¹ FONSECA, C.D. Op Cit. 1998, p.36

Sylvio de Vasconcelos bem observou que o desenvolvimento físico dos núcleos mineradores era acompanhado por uma transformação complexa da sociedade. Inicialmente, o povo se reunia em uma capela provisória erguida por irmandade única. Com o desenvolvimento da população, aumentava a estratificação social e apareciam novas irmandades congregadas em torno de matrizes ou em suas próprias capelinhas, ou ainda, em suas ricas igrejas⁷².

Em Vila do Carmo, instalou-se a primeira capital de Minas Gerais. Arraiais como Passagem, São Sebastião, São Caetano, Furquim, São José da Barra, Guarapiranga e outras ficaram subordinadas a Vila do Ribeirão do Carmo⁷³.

Vila do Carmo, nas primeiras décadas do século XVIII, vai prosperar e se tornar um importante centro religioso, educacional e administrativo⁷⁴. Atendendo a um pedido de D. João V, o papa Bento XIV, em 6 de dezembro de 1745, criou o bispado de Mariana, com o objetivo de atender a toda Capitania das Minas Gerais⁷⁵. Com isso, em 1745, Vila do Carmo deixaria de ser Vila para se tornar a cidade de Mariana⁷⁶, seguindo uma tradição advinda da Idade Média, na qual, o título de cidade só era atribuído às povoações dotadas de sede episcopal⁷⁷.

Portanto, por sua importância, Vila do Carmo foi o espaço geográfico escolhido para tratarmos sobre as proprietárias que viveram nessa sociedade que nasceu e se desenvolveu na primeira metade do século XVIII.

⁷² VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p.44-45.

⁷³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico- geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, p.178.

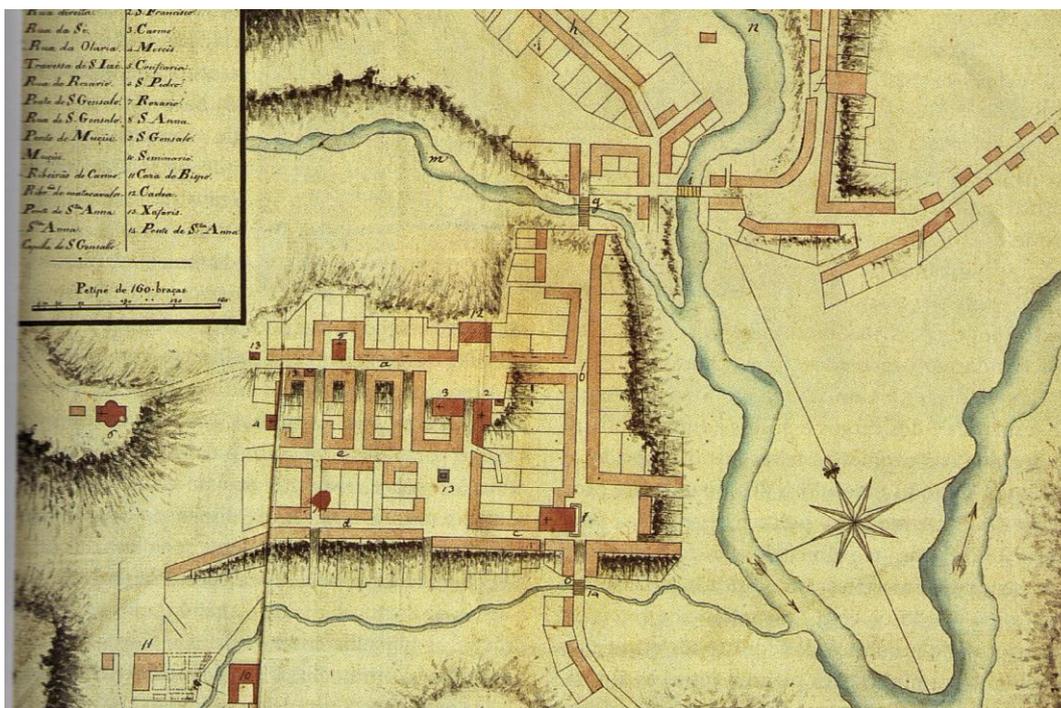
⁷⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. (Dissertação de mestrado) . ICHF/UFF, Niterói, 1994, p.47.

⁷⁵ BARBOSA, W de Almeida. Op Cit. 1995, p.279.

⁷⁶ Nome dado para homenagear Dona Maria Anna D' Áustria esposa de D. João V.

⁷⁷ MATA, S. da. Op.Cit. 2002, p.46.

IMAGEM 1
Planta da Cidade de Mariana, da Segunda Metade do século XVIII



Fonte: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998.

1.2. Homens e mulheres da sociedade mineradora

A notícia da descoberta do ouro despertou em muitos o desejo de rumarem à região das minas atrás da possibilidade de enriquecimento. Dom Lourenço de Almeida, em 1722, explicaria à Coroa que a maior parte daqueles homens que rumaram às minas era de moços solteiros, dos quais larga proporção era de imigrantes recém chegados de Portugal.⁷⁸ Muitos jovens portugueses, ao virem para as minas, alimentavam o desejo de enriquecer e depois retornar a metrópole. Caroline Brettell, em seu estudo sobre o noroeste de Portugal, mostra que este desejo se materializou para muitos⁷⁹. Contudo, o estudo de Carla Maria Carvalho de Almeida nos mostra que, de fato, o que se verifica é uma forte fixação dos portugueses na região das Minas.⁸⁰

⁷⁸ BOXER. C.R. Op. Cit. 2000, p.190

⁷⁹ BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: conseqüências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

⁸⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Trajatórias imperiais: imigração e sistemas de casamentos entre a elite*

A emigração portuguesa caracterizou-se, desde o século XVI, por um fluxo contínuo. E essa migração foi marcada pelo elemento masculino de tenra idade.⁸¹ Havia os que optavam ou os que eram forçados a deixar a casa paterna, pois tinham que buscar o próprio caminho, amparados ou não por alguma compensação deixada pelos pais. Muito optavam, então, pela travessia do Atlântico em busca do eldorado.

Esses portugueses que vieram ao Brasil encontraram maior possibilidade para a mobilidade social e a acumulação de capital, sob a forma de terra e de escravos. Isso criou uma sociedade mais complexa e etnicamente desigual, que, por sua vez, modificou algumas das características das famílias portuguesas, das quais essas pessoas eram oriundas. Mas, de maneira independente das diferenças de ambiente, as famílias ainda contavam com estratégias tradicionais para encorajar a migração dos homens e o favorecimento das mulheres.⁸²

Havia, portanto, uma esmagadora preponderância de homens, em sua maioria, portugueses. Carla Almeida, ao estudar a elite econômica das Minas setecentistas, demonstra que a presença de homens ricos procedentes de outras capitânicas, dentro da documentação pesquisada, era mínima, representando não mais que 7,6%⁸³.

Os solteiros “desenraizados”, considerados elementos de difícil submissão ao poder da metrópole, foram forte motivo de preocupação para as autoridades régias.

Laura de Melo e Souza chama a atenção para a alta incidência de concubinatos que se justificava, no fato das relações amorosas nas Minas, encontrar-se assentada à transitoriedade⁸⁴.

Em 22 de março de 1721, D. João escreveu ao governador da Capitania, D. Lourenço de Almeida, sobre a necessidade dos povos das Minas adotarem o estado de casados, com o objetivo de estabelecer a ordem. O casamento significava uma forma de maior submissão dos colonos, “*porque, por este modo, ficarão tendo maior amor à Terra e maior convivência do sossego dela; e, conseqüentemente, ficarão mais obedientes às minhas reais ordens*”⁸⁵.

mineira setecentista. In : ALMEIDA, C. M. C de, OLIVEIRA, M.O. (Org) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2006.

⁸¹ Conforme SCOTT a idade era em torno dos 12-14 anos. SCOTT, Ana Silva Volp. Aproximando a Metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (séculos XVIII e XIX) *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*,Ouro Preto, 2002, p.8

⁸² METCALF, A. e BRETTELL, C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. *Revista População e Família*. V. 5, São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP. p. 127-153, 2003, p. 151.

⁸³ ALMEIDA. C. M. C de. Op. Cit. 2006, p. 81.

⁸⁴ SOUZA. Laura de Mello e. *Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p.23.

⁸⁵ Cartas do governador da Capitania de Minas. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa

Contudo, em relação às mulheres, havia uma escassez de moças da mesma condição desses homens para casar, pois muitos pais preferiam mandar suas filhas para conventos em Portugal, a deixar que se casassem em Minas Gerais⁸⁶. D. Lourenço de Almeida, em abril de 1721, dirigiu-se ao rei apresentando um problema para o estabelecimento do casamento: “nestas Minas, não havia mulheres brancas que houvessem de casar”⁸⁷. Esse fato significou um problema para a Coroa, que chegou até a promulgar, em março de 1732, uma lei proibindo as mulheres de deixarem a colônia sem a devida permissão. O Estado português acreditava que o casamento era uma forma de normalizar a população das Minas que crescia vertiginosamente. Para o governador D. Lourenço de Almeida, a desobediência estava ligada a “solteirice” dos moços, pois “não têm que perder o seu cabedal pouco volumoso (...) nem mulher e filhos que deixa”⁸⁸. Podemos, então, dizer que houve, por parte da coroa, um incentivo à formação da família na região aurífera, já que o casamento era uma forma de fortalecer os laços familiares e viabilizar os interesses econômicos⁸⁹. O casamento era vantajoso, pois o “*amor dos filhos os faz trabalhar com maior cuidado (...), e, quanto maior for o devê-lo com que desejem e consigam ajuntar cabedais grossos, tanto maior é a utilidade que se segue (...) assim nos seus reais quintos que se lhe pagam*”⁹⁰.

Maria Beatriz Nizza Silva nos mostra que, nos pedidos de concessão de terras na região das Minas, muitos homens pediam permissão a Coroa para trazer os filhos e mulheres⁹¹.

Haverá, portanto, casamentos legais de portugueses com moças da própria capitania de Minas, ou até de outras regiões da colônia, filhas de portugueses ou descendentes que aqui já viviam. A rede de acolhimento aos jovens portugueses por seus parentes já estabelecidos na colônia seria de fundamental importância para o estabelecimento deles⁹².

Oficial de Minas Gerais, volume 30, 1979. p. 125-6.

⁸⁶ BOXER. C. R. Op. Cit. 2000, p.191.

⁸⁷ Cartas do governados da Capitania de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 31, 1980. p.110.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ CHEQUER, Raquel M. Pinto. *Negócios de família, gerencia de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*.(Dissertação de Mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002. p.50.

⁹⁰ Revista APM, Op. Cit. 1980, p.111.

⁹¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.87.

⁹² ALMEIDA, C.M.C. de. Op. Cit. .2006 p.83

Esses portugueses se estabeleciam e arrumavam por aqui casamentos com as filhas daqueles que já haviam conseguido algum prestígio ou ascensão social. Predominavam homens ricos casados com moças do local⁹³. Não se pode esquecer que o casamento legal era uma marca de status social e uma demonstração de que se tinham recursos⁹⁴.

Em sua pesquisa em Mariana, ao estudar o sistema de casamento entre a elite mineira setecentista, Carla Almeida, ao lançar luz sobre a origem dos casais, nos mostra que a maioria das moças era da própria colônia, ao contrário dos homens que, em sua maioria, vinham de Portugal e não da própria América portuguesa. 88,6% das noivas eram naturais da América portuguesa, encontrando apenas um noivo brasileiro, natural das Minas. 86,7% dos noivos eram do norte de Portugal⁹⁵.

Donald Ramos procurou mostrar o casamento em Minas Gerais como um exemplo de família oficial incentivada tanto pelo Estado quanto pela Igreja⁹⁶. Em contraposição, temos o estudo de Júnia Furtado que constatou a existência entre os comerciantes de uma descendência com altos índices de ilegitimidade⁹⁷. Como ressalta Ana S. V. Scott, há uma grande complexidade dos sistemas familiares no Brasil setecentista⁹⁸.

Com relação às noivas, percebe-se que, além de serem da própria capitania, elas se casavam em idades precoces, *o que colabora para intensificar os índices de fecundidade*⁹⁹. O número de mulheres que casavam precocemente era muito grande. Os rapazes vindos do Reino, diante da pouca oferta de mulheres da mesma condição, ficavam *aguardando ansiosos que as meninas aqui nascidas atingissem a idade mínima para que pudessem se unir em matrimônio*¹⁰⁰.

⁹³ Ibidem. p.86

⁹⁴ BASSANEZI, Maria Silva B. Considerações sobre os estudos do Celibato e da Idade ao casar no Passado Brasileiro. *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Caxambu, 1994, p.381-395.

⁹⁵ ALMEIDA, C.M.C. de . Op.Cit. 2006. p.87-88.

⁹⁶ RAMOS, Ronald. Casamento e família no mundo ibero americano: imposição e reação. *Revista População e Família*. V. 5, São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP.p.225-253, 2003.

⁹⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio – A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p.154-155.

⁹⁸ SCOTT, Ana S. V. “Velhos portugueses ou novos brasileiros?”. Reflexões sobre a família Luso brasileira setecentista. *Anais da V Jornada Setecentista*.. Curitiba, 2003. p.23

⁹⁹ BRASSANEZI, M. S. B. Op. Cit. 1994, p. 383.

¹⁰⁰ ALMEIDA, C. M.C. de. Op. Cit. 2006. p.91

Carla Almeida, ao analisar os processos matrimoniais, nos mostra que, entre a elite econômica das Minas setecentistas, havia uma grande diferenciação da idade das primeiras núpcias entre os homens e as mulheres. A maioria dos homens da elite tinha suas primeiras núpcias com mais de 39 anos, o que corresponde a 41,5%. A maioria das moças, 70,7% casava-se entre 13 a 19 anos.

TABELA 1
Predominância por faixas de idade para o casamento de
homens e mulheres em primeiras núpcias.¹⁰¹

Faixa de idade	Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%
Mais de 39 anos	17	41,5	1	2,4
30 a 39 anos	16	39,0	2	4,9
20 a 29 anos	7	17,1	9	22,0
13 a 19 anos	1	2,4	29	70,7
Total	41	100	41	100

Fontes: Processos matrimoniais referentes aos homens ricos – AEAM

Com relação às mulheres de Vila do Carmo, pretende, a posteriori, buscar a origem das mulheres a partir da análise dos testamentos e inventários com testamentos inclusos, ou seja, mostraremos se estas eram da própria vila ou procediam de outras partes da colônia. É preciso ressaltar que o estudo, por exemplo, com relação à vinda das mulheres nas primeiras décadas da colonização, é realizado mais facilmente em Portugal do que no Brasil.

O estudo das frotas é básico para delimitar a emigração feminina para o Brasil: mulheres que acompanhavam maridos ou pais, órfãos, meretrizes, degredadas pela justiça inquisitorial ou pela justiça civil.¹⁰²

A noção de degredo feminino vai sofrer alterações no decorrer da história colonial. Como destaca Maria Beatriz Nizza da Silva, o litoral, em certo momento, deixa de ser o local escolhido para o exílio, sendo escolhidas regiões mais remotas e necessitadas de povoamento¹⁰³.

¹⁰¹ Dados retirados da tabela 5 do trabalho de ALMEIDA, C.M.C. de. Op.Cit. 2006, p.91

¹⁰² SILVA, Maria B. N. da. Op. Cit. 2000, p.60

¹⁰³ Ibidem. p.61

Também, entre a população africana, as mulheres estavam em menor número, pois tanto os engenhos como as lavras de ouro exigiam um número maior de homens. Contudo, ainda assim, estas mulheres vão predominar principalmente na sociedade mineradora, em relação às brancas. Essa situação contribuiu para o estabelecimento da prática do concubinato, fazendo com que, à medida que o século XVIII avançava, surgisse uma crescente camada de mulatos. Como destaca Júnia Furtado, a desigualdade racial entre os cônjuges era motivo suficiente para dificultar e mesmo impedir matrimônios legais¹⁰⁴.

Existem estudos que demonstram que os casamentos ilegítimos vão significar para essas mulheres negras uma possibilidade de ascensão econômica, e também que, em muitos momentos, elas ultrapassaram os limites impostos a sua condição. Mulheres estas que foram donas de vendas ou vendedoras de ruas e que deixaram grandes fortunas.¹⁰⁵

As mulheres, ainda que em relação aos homens estivessem em número menor, deixaram marcas importantes que merecem atenção dos estudiosos que se dedicam às Minas setecentistas.

Enfim, são essas mulheres que viveram na sociedade nascente e durante a consolidação da atividade aurífera, brancas ou forras que pretende tratar. Quem eram elas? Quem eram seus maridos? Quais eram seus bens? Suas posses em escravo? Como viviam? Eram viúvas ou casadas? Mulheres que, em seu tempo, conseguiram fazer história.

1.3. A mulher nas Minas Setecentistas: um repasse historiográfico

Segundo Maria B. N. da Silva, a história das mulheres na colônia é algo ainda a ser escrito¹⁰⁶. Desde os fins da década de 1970, já existe por parte dos historiadores um esforço

¹⁰⁴ FURTADO, J. F. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. Op. Cit, 1997. e 1999. FURTADO, Junia F. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. HIGGINS, Kathleen J., "Licentious liberty" in a Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais. Pennsylvania State University, 1999. MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH/ UFMG: Belo Horizonte, 2002. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. e *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

¹⁰⁶ SILVA, Maria B. N. da. Op. Cit. 2000.

em perceber como essas mulheres se apresentam como sujeitos da história, contribuindo para incrementar nossos conhecimentos históricos¹⁰⁷.

Eni de Mesquita Sâmara afirma que estudar a história da mulher é um desafio, um desejo de recuperar a identidade social e a inserção desta no processo de tomada de decisões¹⁰⁸. A história da mulher na colônia é algo que ainda está sendo escrito pela historiografia brasileira. Mas, sobre as mulheres setecentistas das Minas Gerais, já há importantes estudos.

Luciano Figueiredo¹⁰⁹ realizou um estudo das famílias mineiras no século XVIII, abordando a questão conjugal que se apresentava de forma tensa por conta da instabilidade social e da rotatividade de grande parte da população masculina na sociedade mineradora. Entretanto, ele centra sua análise em questões referentes às mulheres escravas e forras.

Figueiredo detectou que, na sociedade mineradora, existiam grupos familiares característicos, com uma rica diversidade, na qual tinham domicílios controlados por mulheres, cujos maridos eram empurrados para lugares distantes do núcleo doméstico para trabalhar em atividades mineradoras; ou ainda, aqueles que fugiam das visitas episcopais, sempre vigilantes na punição dos amasiados.

O historiador chama a atenção para a violência sofrida pelas mulheres, independentemente da condição social, estado civil ou cor. As mulheres eram vítimas do excesso de poder das autoridades coloniais¹¹⁰. A violência, da qual Luciano Figueiredo trata, não é apenas a física, mas refletida também na exclusão de postos e cargos administrativos¹¹¹.

Contudo, mesmo excluídas pelos poderes formais, estas mulheres participavam ativamente daquela sociedade por meio do trabalho¹¹². Conforme Figueiredo, as mulheres trabalhavam como comerciantes, sendo, em sua maioria, escravas e forras. As mulheres em ocupações comerciais acabavam por agravar as tensões sociais, fazendo recair sobre elas intensa repressão. As negras e mulatas, ao atrair os homens para o lazer e o prazer, acabavam na perspectiva oficial por se tornar agentes da desordem¹¹³.

Outro historiador que trata da questão da mulher forra e escrava é Eduardo França

¹⁰⁷ Cf. TILLY, L. A. Op.Cit. 1994.

¹⁰⁸ SAMIRA, Eni de M. Op. Cit. 1989/91.

¹⁰⁹ Cf. FIGUEIREDO, L.R. Op.Cit. 1997. e 1999.

¹¹⁰ FIGUEIREDO, L.R. Op. Cit, 1997.

¹¹¹ Ibidem. p.182

¹¹² Ibidem. p.188

¹¹³ Ibidem. p.200

Paiva ¹¹⁴, que realizou uma pesquisa na região de Sabará e na Comarca do Rio das Velhas, fazendo uso de testamentos e inventários *post-mortem*, nos quais foram encontradas mulheres forras. Paiva atribui essa presença de forras como proprietárias ao fato de que elas faziam uso de estratégias para conseguir a alforria e privilégios de brancos, por meio da facilitação da miscigenação étnica ¹¹⁵. Em suas análises, Paiva trata da situação das mulheres alforriadas dentro da sociedade mineradora. O autor afirma que a mulher possuía uma posição privilegiada com relação ao homem no que diz respeito à obtenção da carta de alforria. Ela podia se envolver sexualmente com seu senhor, dando-lhe um filho, o que acabava por favorecê-la. A mulher, ao obter sua alforria, agora tinha que se empenhar para se manter economicamente. Algumas delas adquiriam terras como heranças dos senhores, com os quais tiveram filhos.

Júnia Ferreira Furtado ¹¹⁶ chama a atenção para o Distrito Diamantino que, apesar de apresentar características comuns à sociedade mineradora, se mostrava, por outro lado, com peculiaridades. No Distrito Diamantino, aparece um índice significativo de mulheres mulatas e negras que conseguiram a alforria. A historiadora observa que estas negras e mulatas, ao conseguirem a alforria, procuravam inserir-se na sociedade, usufruindo as vantagens da nova condição, buscando diminuir o estigma da cor e da escravidão ¹¹⁷. As alforriadas conseguiam obter maior ascensão econômica do que social ¹¹⁸. Muitas mulheres de cor que conseguiam a alforria oscilavam entre a desclassificação e a inserção ¹¹⁹. Furtado aponta o significativo número de forras que abriram espaços na sociedade do século XVIII como chefes de domicílios ¹²⁰.

Furtado ¹²¹, por meio de inúmeros documentos referentes à Xica da Silva, assim como do contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, realiza uma discussão sobre o mito existente em volta da imagem de Xica da Silva, tratando-a não como uma exceção, mas, por meio dela, lançando luz sobre as demais mulheres forras setecentistas:

¹¹⁴ PAIVA, E. F. Op.Cit. 1995. e 2001.

¹¹⁵ PAIVA, E.F. Op. Cit. 1995.p. 109.

¹¹⁶ FURTADO, J.F. Op.Cit. 2001.

¹¹⁷ FURTADO, J.F. Op. Cit.,2001. p.84

¹¹⁸ Ibidem. p.84

¹¹⁹ Ibidem..p.86

¹²⁰ Ibidem..p.86-87

¹²¹ FURTADO, J.F. Op. Cit. , 2003.

(...) assim como outras forras da época, ela deixou sua alforria, amou, teve filhos, educou-os, buscou ascender socialmente, com vistas a diminuir a marca que a condição de parda e forra impunha para ela mesma e seus descendentes.¹²²

Kathleen Higgins¹²³ também trabalha com a idéia de que a alforria esteve mais acessível às mulheres escravas do que aos homens. A autora que também realizou um estudo sobre a Vila de Sabará afirma que muitas escravas conseguiam a alforria ao se tornarem companheiras de seus proprietários. Havia aquelas que recebiam o alforriamento no leito de morte de seus senhores, tendo como condição prestar serviços aos herdeiros por algum tempo.

Raquel M. P. Chequer analisa situações cotidianas decorrentes da morte do esposo de algumas senhoras do interior da Capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII¹²⁴. Chequer explorou leis, discursos e práticas que regiam o universo das mulheres, mães e viúvas, assim como a forma com que o Estado disponibilizava a justiça para que fossem amparadas. A autora propõe uma reflexão sobre o padrão moral português, procurando identificar suas singularidades, e ainda a aplicação na região das Minas.

A historiadora demonstra as duas faces da viuvez. Se, por um lado, não tinha autonomia de decisão, por outro lado, apesar de todas as dificuldades inerentes a condição de viúva, com a morte do marido, a mulher podia desfrutar de mais liberdade de ação. O Estado português pareceria depositar mais confiança na viúva para gestão dos negócios dos seus filhos, do que no homem que propusesse desposá-la pela segunda vez.

Cláudia Cristina Mol trabalhou com as mulheres libertas de Vila Rica, utilizando inventários *post mortem* e testamentos do período de 1750 e 1800 para desvendar o cotidiano cultural e material dessas mulheres forras. Ela analisou os bens imóveis, considerando as unidades rurais e urbanas, a posse em escravos, os utensílios, as vestimentas. Considerou os aspectos culturais, a sociabilidade, a questão religiosa dessas forras na Vila da segunda metade do século XVIII¹²⁵.

O meio urbano e a diversidade das atividades fez surgir, segundo Cláudia C. Mol, uma “classe trabalhadora”, da qual se beneficiaram, sendo a maioria mulheres, principalmente as negras advindas da Costa da África que trouxeram consigo a tradição do comércio. Essas mulheres ganharam as ruas para venderem seus produtos nos armazéns e no tabuleiro, permitindo, por um lado, o incremento do comércio colonial, e, de outro, a acumulação de

¹²² Ibidem. p. 284

¹²³ HIGGINS, K. J. Op.Cit. 1999.

¹²⁴ CHEQUER, R. M. P.Op.Cit., 2002.

¹²⁵ MÓL, C.C. Op. Cit, 2002.

pecúlio que lhe renderam a própria alforria como também a alforria dos seus. Essas mulheres alforriadas resistiram à condição que lhes era imposta, seja por meio do trabalho ou da aquisição de escravos. Buscaram, ainda que de forma limitada, estabelecer-se nos interstícios do espaço social¹²⁶.

Esses estudos nos mostram que, na Capitania das Minas Gerais, devido ao tipo de ocupação, vários aspectos se apresentaram como peculiares em relação ao resto da América Portuguesa. Claro que, pela diversidade cultural, a região das Minas abrigou ocorrências similares a de outras regiões da América Portuguesa.

1.3.1. O Patriarcalismo em Minas: uma questão

Outro aspecto que é bastante discutido é a questão do patriarcalismo em Minas que se coloca como uma discussão um tanto polêmica entre os historiadores da família. Não é pretensão do presente estudo adentrar nessa discussão, apresentando-se favorável ou contra. Buscaremos apenas apresentar alguns pontos sobre esta questão que historiografia nos apresenta.

O conceito de patriarcalismo geralmente é empregado para o domínio masculino sobre a família. No Brasil, além da idéia de patriarcal ser utilizada para a esfera do espaço doméstico, é também utilizada para a política. Gilberto Freyre colocou:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.¹²⁷

Portanto, por muitos anos, a configuração da família colonial foi entendida como exclusivamente patriarcal.

Assim, ela foi retratada através de um quadro que apresentava um núcleo centralizado na figura do chefe de família acompanhado por esposa e seus filhos

¹²⁶ Ibidem..p.144

¹²⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o Regime da Economia Patricarcal*. São Paulo: Círculo do Livro s/d. p56.

legítimos. Vários outros parentes, dentre eles os filhos ilegítimos, também se agregavam a este núcleo, bem como os escravos, afilhados e amigos, configurando-se uma relação semelhante à de vassalagem, onde todos os dependentes deveriam prestar total fidelidade àquele que lhes garantia a sobrevivência.¹²⁸

Porém, diante de novas configurações da sociedade que surgiram no decorrer da história brasileira, esta exclusividade da existência do modelo patriarcal começou a ser questionada. Mariza Corrêa, ao repensar a família patriarcal brasileira, questionou a existência de um único modelo familiar, entendendo-o como “*modelo ideal dominante, vencedor sobre várias alternativas que se propuseram concretamente*” no passar da história¹²⁹.

Silvia Maria Jardim Brügger argumenta que Gilberto Freyre, na realidade, não queria colocar em questão o sexo do chefe de família, mas a representação do poder familiar. Brügger ainda sugere que talvez “o uso do termo familismo seja preferível a patriarcalismo, evitando tantas críticas que longe estão de atingir o cerne do conceito”.¹³⁰

Há de se reconsiderar a idéia de patriarcalismo em Minas Gerais, que, já de uma maneira geral, tem apresentado problemas no emprego do conceito. Luciano Figueiredo, sobre a ausência de patriarcalismo em Minas, afirma:

Seu caráter urbano, concentrando enormes contingentes populacionais, a extrema diversificação de atividades que se impõe quase naturalmente, e a presença maciça de desclassificados sociais, homens livres, mestiços e escravos pro jornal, afastam a possibilidade do domínio patriarcal. Em Minas, a direção da atividade de exploração aurífera exige a organização e atuação do Estado sob novas bases.¹³¹

Sheila de Castro Faria também vai negar a existência do patriarcalismo em Minas. Segundo a autora, a atividade mineradora impediu por vários anos a existência de uma população estável. Para Faria, a sociedade mineradora não se apresentou favorável para se constituir família do tipo patriarcal e extensa.¹³²

Para Eni Samara, a urbanização da sociedade mineradora teria gerado um novo tipo de família patriarcal, com predomínio de atividades nucleares, de filhos ilegítimos e com

¹²⁸ CHEQUER. R.M. P. Op. Cit. 2002, p.20

¹²⁹ CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. “notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofe et alii. *Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. p.16

¹³⁰ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal-família e sociedade (São João Del Rel –séculos XVIII e XIX)*. (Tese de doutorado). ICHF/ UFF, Niterói 2002. p.53

¹³¹ FIGUEIREDO, L.R. Op.Cit. 1997. p.24

¹³² FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a.

fogos chefiados por mulheres ¹³³. Kenneth Maxwell defende que a sociedade mineira “não era tão patriarcal quanto à das outras regiões” ¹³⁴.

Para alguns estudiosos da história da família, o modelo patriarcal nas Minas se apresenta com uma extrema debilidade. E há aqueles que são categóricos em afirmar a inexistência do patriarcalismo em Minas.

Nas Minas, as autoridades portuguesas tiveram que conviver com outras configurações de família. Hoje, a historiografia conta com diversos estudos demográficos que nos demonstram o grande número de casos de uniões consensuais. Ao analisarem um códice das devassas que se encontra no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero Costa perceberam que a maioria dos homens livres estabelecia uniões com mulheres forras e escravas e, em menor proporção, com as brancas ¹³⁵.

No caso das uniões consensuais, as mulheres, em muitos casos, eram responsáveis pelo sustento da casa. Muitas mulheres, diante das inúmeras circunstâncias, se viram obrigadas a se tornarem “cabeças” do domicílio. O cotidiano exigia a repartição das tarefas ou a transferência de papéis para a sobrevivência do grupo doméstico ¹³⁶.

A existência de relações afetivas instáveis, o abandono de mulheres por homens que iam e vinham ao ritmo da mobilidade espacial tão presente naquela época, levaram várias mulheres a ocuparem papéis diferentes dos preconizados pelo discurso misógino que atribuía a elas apenas os afazeres domésticos. ¹³⁷

A mulher ocupava o pequeno comércio e a gerência dos negócios na ausência de seus maridos. Nos domicílios em que, por exemplo, os homens estavam adoentados, o trabalho feminino era de vital importância. A associação do trabalho feminino foi de fundamental importância para a produção de gêneros para o pequeno comércio que abastecia as populações.

Portanto, o arranjo familiar na região das Minas teve configurações diversas. Nesta região, houve tanto a formação da família legítima, com a figura masculina à frente da

¹³³ SAMARA, Eni de Mesquita. Famílias e Vida doméstica no Brasil: engenhos aos cafezais. *Estudos CEDHAL*, nº10, São Paulo, USP, 1999.

¹³⁴ MAXWELL, Kenneth. R.Op. Cit.1978, p. 113

¹³⁵ COSTA,Iraci Del Nero da. LUNA, Francisco Vidal. Devassas nas Minas Gerais: observações de casos de Concubinato. In: *Anais do Museu Paulista XXXI*, São Paulo, 1982.

¹³⁶ FIGUEIREDO.L.R. Op.Cit. 1997.

¹³⁷ CHEQUER. R.M.P. Op. Cit. 2002, p. 57-8.

gerência dos negócios, que contava com o incentivo do Estado português, e ainda famílias advindas de uniões consensuais e famílias chefiadas por uma figura feminina.

As mulheres brancas gerenciam também os negócios, não sendo apenas exclusividade das pardas e negras livres. Com a morte dos maridos, muitas mulheres se viam diante da responsabilidade de assumir as dívidas deixadas por estes¹³⁸. Diante do novo estado jurídico, muitas tiveram que negociar os direitos e deveres dos maridos falecidos¹³⁹.

Silvia Maria Jardim Brügger vai considerar difícil negar o caráter patriarcal da sociedade mineradora, não o entendendo apenas na configuração dos domicílios, mas sim num universo de valores calcados na importância dos laços familiares. E, considerando a presença do Estado português nas Minas, Brügger não vê por que não afirmar a existência do modelo patriarcal, “ainda quando se pensa na importância das relações familiares para a constituição das alianças e das ‘amizades desiguais’ ”¹⁴⁰.

Para Brügger, considerando a arquitetura política do Império português e considerando a presença da Coroa nas Minas, é arriscado negar a existência do patriarcalismo em Minas Gerais. A historiadora, ao analisar o patriarcalismo e o compadrio em São João Del Rei, reafirma a dificuldade em negar a existência de uma sociedade patriarcal em Minas, diante de 457 homens que apadrinharam os quase 20% dos batizados entre 1736 e 1850, considerando que os afilhados constituíam um recurso de poder importante, do qual dispunham os padrinhos¹⁴¹.

Discordando de Luciano Figueiredo que, diante das especificidades da atividade mineradora, nega o modelo patriarcal em Minas, Brügger defende que as especificidades não impediram que as teias familiares fossem o esteio por excelência da organização social¹⁴².

Alguns poderiam preferir rotular esta realidade “familiar”, ao invés de patriarcal, fugindo assim à controvérsia do conceito. A mim, me parece não haver motivos para rejeitar um termo consagrado na historiografia, desde que se precise o sentido em que está sendo empregue¹⁴³.

¹³⁸ VASCONCELLOS, D. de. Op. Cit. 1974. p.104-141.

¹³⁹ CHEQUER, R.M.P. Op Cit. 2002, p.46.

¹⁴⁰ BRÜGGER, S.M.J. Op. Cit. 2002, p. 68

¹⁴¹ Ibidem. p. 365

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem. p.371

Como é possível perceber, a discussão sobre o patriarcalismo em Minas se apresenta como um campo bastante espinhoso. Mas, como já foi dito, não é objetivo desse trabalho discutir o conceito e sua aplicabilidade para Minas. Buscou-se apenas apresentar um pouco do debate historiográfico sobre a aplicação ou não do modelo patriarcal para a região aurífera.

1.4. Proprietários das Minas do ouro: considerações iniciais

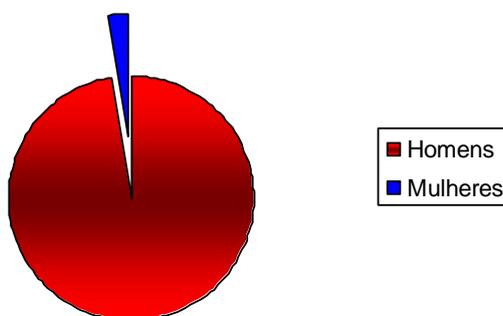
Como já referido, a sociedade mineradora foi marcada pela predominância dos homens envolvidos nas atividades mineradoras, no comércio, no campo e em várias outras atividades. No entanto, como já vimos, estes espaços não eram exclusivos dos homens; vamos encontrar mulheres ocupando estes mesmos espaços, ainda que de forma limitada.

As mulheres não assumiam posição política, impedidas do exercício de qualquer função político-administrativa, refletindo a vitalidade da mentalidade da época como fator de definição dos papéis sexuais na colônia.

Luciano Figueiredo observa que, apesar da situação de subordinação à figura masculina, as mulheres resistiam com pequenas atitudes em seu cotidiano. Essa resistência vai se manifestar de forma mais perceptível no mundo do trabalho¹⁴⁴.

Vamos agora lançar luz sobre algumas informações para perceber a presença dessas mulheres em vários espaços, ainda que elas se apresentem como a minoria em alguns casos.

GRÁFICO 1
Proprietários de escravos segundo sexo de Vila do Carmo, Vila Rica, Vila de São João e Vila de Pitangui, 1718.

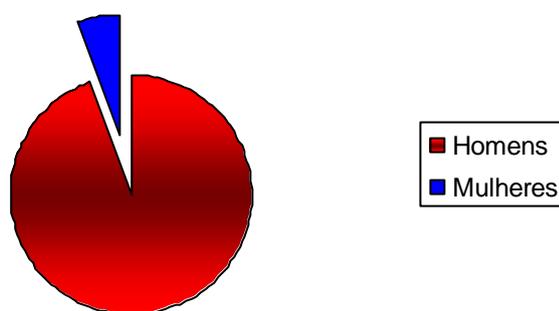


Fonte: APM, Lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, códice C.C 1028, 1031, 1036 e 1038.

¹⁴⁴ FIGUEIREDO, L.R. Op. Cit. 1999.

No ano de 1718, foram encontrados em Vila do Carmo 97,9% de proprietários de escravos e 2,1% de proprietárias de escravos. No mesmo ano, em Vila Rica, foram encontrados 98,3% de homens com posse em escravos e 1,7% de mulheres com posse em escravos. Também em Vila de São João Del Rei, foram encontrados com posse em escravo 95,5% de homens e 4,5% de mulheres, e, em Pitangui, foram encontrados 97,9% proprietários de escravos e 1 (2,1%) mulher proprietária de escravos (Gráfico 1).

GRÁFICO 2
Proprietários segundo sexo, Vila de Sabará, 1720.



Fonte: APM, lista dos Quintos Reais Câmara Municipal de Sabará, CMS 02

Em Vila de Sabará, no ano de 1720, foram encontrados 94,5% de proprietários de escravos e 5,5% de proprietárias de escravos (Gráfico 2).

TABELA 2
Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos, segundo condição e número de escravos. Vila do Carmo, 1718 e 1719

Ano	Nº de escravos	Condição					
		Livre	Forra	Total	Livre (%)	Forra (%)	Total
1718	1 a 4	0	3	3	0	75	75
	5 a 9	0	0	0	0	0	0
	10 a 19	1	0	1	25	0	25
	Total	1	3	4	25	75	100
1719	1 a 4	1	0	1	100	0	100
	Total	1	0	1	100	0	100

Fonte: APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, código 1036

Em Vila do Carmo, no ano de 1718, foi encontrada Maria Gomes de Abreu, que possuía 17 escravos. E, em 1719, outra proprietária, Maria de Vasconcelos, aparece na lista, com 4 escravos.

TABELA 3
Número absoluto e relativo das proprietárias de escravos, segundo condição e número de escravos. Vila Rica, 1718 e 1719.

Ano	Nº de escravos	Condição					
		Livre	Forra	Total	Livre(%)	Forra(%)	Total
1718	1 a 4	4	1	5	80	20	100
Total		4	1	5	80	20	100
1719	1 a 4	1	1	2	50	50	100
Total		1	1	2	50	50	100

Fonte: APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, códice 1028

Em Vila Rica, no ano de 1718, 80% das proprietárias eram livres com plantéis de 1 a 4 escravos. Em 1719, foi encontrada Izabel de Meneses, com uma escrava chamada Clara Mina. (Tabela 3)

TABELA 4
Número absoluto e relativo de proprietárias de escravos, segundo condição e número de escravos. Vila de São João Del Rei, 1718

Ano	Nº de escravos	Condição					
		Livre	Forra	Total	Livre (%)	Forra(%)	Total(%)
1718	1 a 4	2	0	2	100	0	100
Total		2	0	2	100	0	100

Fonte: APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, códice 1031

No ano de 1718, em São João Del Rei, foi encontrada Joana Gomes, que aparece com 1 escravo, e Antonia Francisca, também com um escravo. (Tabela 4)

TABELA 5
Número absoluto e relativo de proprietárias de escravos, segundo condição e número de escravos. Vila de São José, 1722

Ano	Nº de escravos	Condição					
		Livre	Forra	Total	Livre (%)	Forra (%)	Total (%)
1722	1 a 4	4	4	8	30,77	30,77	61,54
	5 a 9	2	0	2	15,38	0	15,38
	10 a 19	3	0	3	23,08	0	23,08
	Total	9	4	13	69,23	30,77	100

Fonte: APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, códice 1046

No ano de 1722, na Vila de São José, aparecem 30,77% de proprietárias livres, com plantéis de 1 a 4 escravos. Aparecem Joana Gomes e Ana Barros; cada uma com 5 escravos; e 23,08% com plantéis de 10 a 19 escravos. (Tabela 5)

TABELA 6
Número absoluto e relativo de proprietárias de escravos, segundo condição e número de escravos. Vila de Sabará, 1720-21.

Ano	Nº de escravos	Condição					
		Livre	Forra	Total	Livre (%)	Forra(%)	Total (%)
1720	1 a 4	14	29	43	28,57	59,18	87,76
	5 a 9	1	3	4	2,04	6,12	8,16
	10 a 19	1	1	2	2,04	2,04	4,08
	Total	16	33	49	32,65	67,34	100

Fonte: APM, Câmara Municipal de Sabará, 02

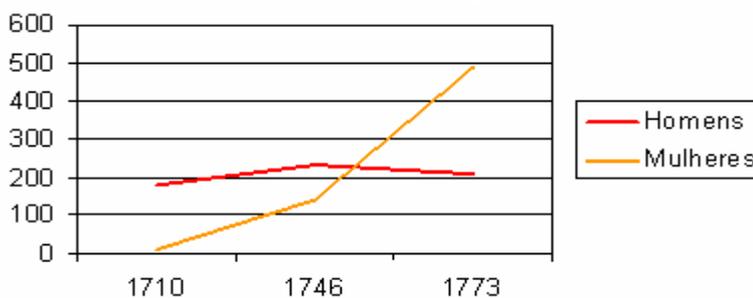
Em Sabará, aparecem 28,57% de proprietárias com plantéis de 1 a 4 escravos e com 5 escravos. Brites Pereira, além de Marta forra, com 10 escravos; e Aguida com 12 escravos. A vila de Sabará merece destaque por apresentar 32,65% de proprietárias livres e 67,34% de proprietárias forras. (Tabela 6).

Esses dados reafirmam as tendências da historiografia já analisada. O que percebemos é que, na sociedade nascente do século XVIII, predominava a figura do homem participando do sistema escravista, com uma pequena participação da mulher proprietária. Ainda sim, diante da presença de mulheres com escravos, ainda que com plantéis pequenos, é possível considerar a participação delas nos sistema escravista. Ter escravo significava status social e era também um investimento social. Pode-se inferir que as mulheres com maior número de escravos eram viúvas que havia herdado a escravaria e tinham autonomia de gerir

os negócios. Não nos deteremos nesse assunto por agora, pois, no terceiro capítulo, nos dedicaremos a analisar a posse em escravo, considerando as atividades econômicas e tentando comparar a posse entre livres e forras, casadas e viúvas. Os dados apresentados buscam apenas apresentar a presença das mulheres nas Minas como proprietárias de escravos.

Estudos como de Flávio Rocha Puff nos mostram a predominância de homens envolvidos no comércio, identificados pelos registros de almotaçaria, ainda que a presença feminina neste estudo seja bem mais considerável. Em Mariana, 33,3% das mulheres estão envolvidas nesse tipo de comércio em oposição a 66,7% de homens¹⁴⁵. Luciano Figueiredo chama atenção para a presença feminina no exercício do pequeno comércio em Vila e cidades do Brasil colonial. Figueiredo nos mostra que, com o avançar de século XVIII, o número de mulheres aumenta até superar numericamente os homens no ramo do pequeno comércio. É isto que nos mostra os gráficos abaixo elaborados a partir dos dados apresentados por Luciano Figueiredo sobre as vendas de Vila Rica e Vila do Carmo¹⁴⁶.

GRÁFICO 3
Proprietários de vendas, segundo sexo
Vila Rica

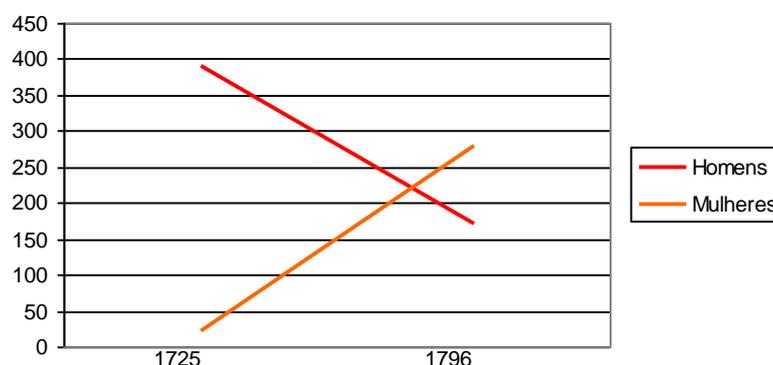


Fonte: FIGUEIREDO, L.R. Op.Cit.1999.

¹⁴⁵ PUFF, Flávio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia.(1716-1755)*. Dissertação de Mestrado. ICH- Programa de Pós graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.p.57

¹⁴⁶FIGUEIREDO. Op Cit, 1999 p.54-57.

GRÁFICO 4
Proprietários de vendas, segundo sexo
Vila do Carmo/Mariana



Fonte: FIGUEIREDO, L.R. Op.Cit.1999.

Em outros dados apresentados por Flávio R. Puff, há uma preponderância da presença de mulheres envolvidas com o comércio de venda de molhados entre 1733 e 1753, predominando 188 mulheres contra a presença de 112 homens. Dentre essas mulheres, há a predominância de escravas e forras¹⁴⁷. Os dados sobre o predomínio de forras e escravas nestes ramos de atividades vêm reafirmar estudos como de Cláudia Mol, que percebeu a presença das mulheres de Vila Rica que vão as ruas para vender seus produtos e conseguem a acumulação de um pecúlio que permite assim alcançar sua própria alforria ou a alforria dos seus¹⁴⁸.

Um dos objetivos da presente pesquisa é lançar luz sobre os inventários *post mortem*, buscando traçar o perfil econômico dessas mulheres. Os inventários consistem em uma descrição pormenorizada de todos os bens móveis e imóveis, posse de escravos e identificação de dívidas e créditos¹⁴⁹. Quem eram essas mulheres, viúvas, solteiras ou casadas? Qual perfil dos bens arrolados? Qual o tamanho do plantel de escravos? Esses são alguns dos questionamentos que se pretende buscar responder a partir da análise dos inventários. Os inventários pesquisados encontram-se na Casa Setecentista de Mariana, divididos em 1º e 2º Ofícios. Com relação à primeira metade do século XVIII, encontramos 279 inventários, sendo 188 correspondentes a inventários de homens e 91 inventários de

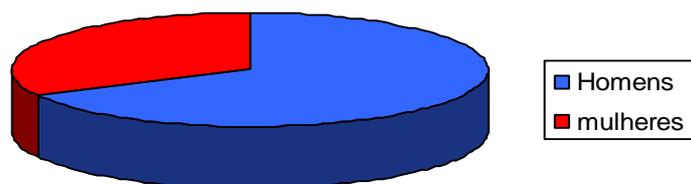
¹⁴⁷ PUFF, F.R. Op Cit. 2007, p. 72

¹⁴⁸ MOL, C.C. Op. Cit. 2002.

¹⁴⁹ DAUMARD, Adeline et.al. Op. Cit. 1984, p.197.

mulheres. Dentre o universo de inventários correspondente a 1713-1750, podemos considerar uma boa representatividade por parte das mulheres inventariadas.

Gráfico 5
Número de inventariados por sexo de
Vila do Carmo, 1713-1750.



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários *post mortem*, 1º e 2º Ofício

Dos 91 inventários *post mortem* encontrados, 72 são de mulheres livres e 19 de forras. Comparando com os dados recolhidos por Karina Paranhos da Mata¹⁵⁰, que faz uma análise geral da população inventariada e aprofunda sua pesquisa sobre a trajetória política, social e econômica dos mais abastados, 67,4% são homens, sendo 140 sem título honorífico e 46 com títulos honoríficos e mais 2 forros.¹⁵¹ Em contraposição, temos as mulheres com um percentual de 32,62%.

Agora analisaremos a situação dos inventariados, considerando a condição e a faixa de riqueza de Vila do Carmo¹⁵².

¹⁵⁰ MATA. Karina. P da. *Riqueza e Representação Social nas Minas do Ouro: um perfil dos mais abastados (1713-1750)*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

¹⁵¹ Dados conf MATA. K.P. 2007. Op. Cit.

¹⁵² Pesquisamos apenas 84 inventários, sendo 64 de livres e 18 de forras, pois 9 inventários não apresentaram condição adequada para pesquisa.

TABELA 7
Inventariados segundo o sexo, condição e por faixa de riqueza (contos de réis)
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750 (números absolutos)

Faixa de Riqueza	Homens		Mulheres		Total
	Livre	Forro	Livre	Forro	
Sem bens relacionados	15	0	1	1	17
0-499\$999	10	0	6	5	21
500\$000-1:999\$999	45	2	15	8	70
2:000\$000-4:999\$999	50	0	16	3	69
5:000\$000-9:999\$999	31	0	12	1	44
10:000\$000-17:999\$999	18	0	9	0	28
18:000\$000	17	0	5	0	22
Total	186	2	64	18	270

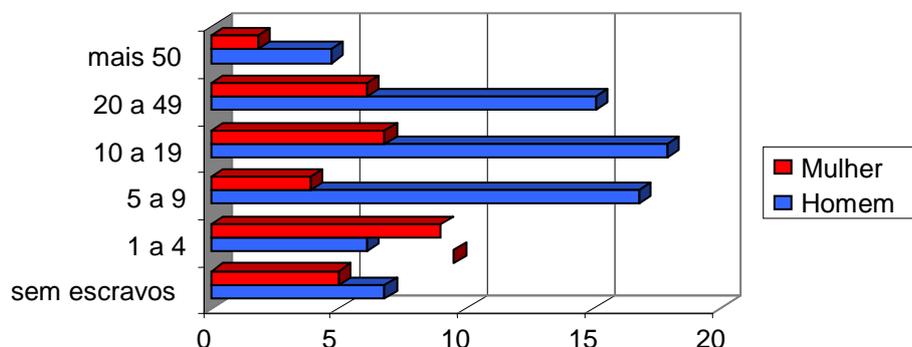
Fonte: ACM, Inventários *post mortem*, 1º e 2º Ofícios.

Conforme os dados, podemos perceber que existe praticamente o mesmo número de homens e mulheres presentes na mesma faixa de riqueza, correspondente a 0-499\$999 contos de réis, sendo 10 homens livres (3,7%), 6 mulheres livres (2,2%), 5 forras (1,9%). Na segunda e terceira faixa de riqueza, temos uma proporção maior de homens (35,9%) em relação às mulheres (15,6%), predominando as livres sobre as forras. (Tabela 7)

Nas faixas de 5:000\$000-9:999\$999, percebemos uma proporção interessante de 11,5% de homens em contraposição a 4,5% de mulheres. Podemos dizer que, nessa faixa de riqueza, as mulheres até que estão bem representadas, como também na faixa de riqueza de 10:000\$000-17:999\$999 contos de réis, onde temos 18 homens (6,7%) para 9 mulheres (3,3%). Na faixa dos mais ricos, não deixamos de ter a representação das mulheres que correspondem a 1,9%. Portanto, diante desses dados percebemos que as mulheres estão em minoria numérica, reafirmando as análises historiográficas já apresentadas inicialmente. No entanto, o interessante é notar a presença das mulheres em todas as faixas de riquezas, sendo elas representadas em maioria pelas livres. As forras, ao contrário dos forros, estão presente nas faixas de riqueza entre 0 e 9:999\$999 conto de réis, ao contrário dos homens que são representados apenas na faixa de 500\$000-1:999\$999 contos de réis apenas por 2 forros.

Agora lançaremos o olhar sobre a posse de escravos dos inventariados, considerando o sexo.

GRÁFICO 6
Proprietários de escravos segundo o sexo, Vila do Carmo e seu termo.
1713-1750



Fonte: ACSM, Inventários *post-mortem*, 1º e 2ºOfício.

A partir do gráfico 6, podemos perceber que existe uma maior presença de mulheres com plantéis de 1 a 4 escravos. Uma observação inicial que pode ser feita é que a maioria das mulheres proprietárias, tanto livres quanto forras, possui plantéis pequenos. Muitas delas aparecem na maioria das vezes com uma escrava que pode ser uma espécie de acompanhante. Uma das hipóteses é que esse perfil de proprietária com plantéis pequenos reflete o seu baixo poder econômico. Porém Sheila de Castro Faria aponta que não é possível considerar de maneira absoluta como “pobre” o proprietário de um único escravo, considerando que a grande maioria da população economicamente ativa não podia ter nenhum escravo¹⁵³. Portanto, *mulheres proprietárias de escravos, qualquer que tenha sido sua condição social, não pode ser consideradas “pobres” no sentido econômico do termo.*¹⁵⁴

Os homens numericamente aparecem em maior quantidade com plantéis maiores, estando 17,9% com plantel entre 10 a 19 escravos. Não podemos deixar destacar a presença das mulheres em todas as faixas, o que nos mostra que elas estavam envolvidas na sociedade escravista. Contudo, como já foi dito, nós nos deteremos na análise da estrutura da posse de escravos posteriormente.

Nosso olhar sobre os dados ainda é bem introdutório. Gostaríamos apenas de, nesse primeiro momento, apresentar a presença da mulher forra ou livre nos diversos espaços

¹⁵³ FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras-riquezas e estigma social. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro:7letras. vol.5 n 9 Julho,2000.b.p.83

¹⁵⁴ Ibidem.

sociais. Daqui por diante, buscaremos tentar entender como estas mulheres, ao longo do século XVIII, por meio do trabalho, da família, de suas crenças, vão conseguir fazer-se presentes nas Minas e nelas se manter. Para isso, traçaremos o perfil econômico e social dessas mulheres de Vila do Carmo.

CAPÍTULO II: DONAS DE BENS MÓVEIS

ANÁLISE DE VESTIMENTAS, JÓIAS E UTENSÍLIOS

2.1. Cultura material: possibilidades de análise histórica

Com a ampliação dos objetos pela escola dos *Annales*, e ainda a expansão do conceito de documento, abarcando assim os vestígios de quaisquer fazeres humanos, abriu-se novas possibilidades para o estudo de sociedades do passado por meio de sua cultura material. Uma roupa, uma arma, um objeto de devoção, uma ferramenta pode revelar muito sobre um determinado passado. Por meio dos bens materiais arrolados nos inventários *post mortem*, tentaremos traçar o perfil econômico e social das mulheres que, na primeira metade do século XVIII, viveram em Vila do Carmo, e seu termo.

A cultura material, ao se tornar foco dos historiadores da Nova História¹⁵⁵, revelou a riqueza das sociedades por meio dos objetos que se apresentam cotidianamente. A partir disso, é então possível estudar o passado de uma sociedade, pois os objetos acabam por funcionar como veículos de qualificação social.

A volta das atenções sobre a cultura material se deve em muita medida a interdisciplinaridade entre a antropologia e a história. E não se pode negar a contribuição marxista que, por meio do materialismo histórico, percebeu a construção da sociedade através das condições materiais de existência.

O conceito de cultura material foi utilizado inicialmente pelos arqueólogos que definem cultura material como ciência dos artefatos¹⁵⁶, mas pode se referir também aos instrumentos de trabalho até chegar ao produto final.

A cultura material representa as necessidades do ser humano no cotidiano, suas criações e produções que dizem respeito às suas experiências cotidianas que marcam, de alguma maneira, sua história. Utensílios, objetos de adorno, utilitários, arte, ferramentas,

¹⁵⁵ Jacques Le Goff e Pierre Nora incluíram, na trilogia *Faire de l'Histoire* alguns ensaios que abordaram a historicidade a partir da experiência ligadas à materialidade da Cultura. Conf. NORA, Pierre e LE GOFF, J. (Orgs). *História- Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

¹⁵⁶ PESEZ, Jean Marie. História da Cultura Material. IN: LE GOFF, Jacques.(Org). *A história Nova*. São Paulo: Martins fontes, 1993. p. 180.

maquinaria delineiam a cultura material de diversas sociedades e temporalidades revelando culturas distintas.

A cultura material, conforme Jacques Le Goff, está ao lado das infra-estruturas, mas não as abrange, e sim apenas exprime-se pelo concreto por objetos, ou seja, “*pela relação do homem com os objetos porque, quando se trata de cultura, o homem não pode estar ausente*”¹⁵⁷. O historiador defende, portanto, que há uma relação direta entre o homem e o objeto, sendo que o primeiro, no seu corpo físico, é um objeto material.

Jean Braudrillard destaca que os objetos têm funções específicas que são significados por meio do tempo¹⁵⁸. O objeto ou o registro do autor nos leva a um tempo passado e nos permite analisar a vida cotidiana e as condições materiais de existência. Os objetos levam-nos a uma história.

...remetem-se às tradições identificadas pelo grupo como suas marcas distintivas, específicas de sua identidade; falam dos modos de viver e de pensar compartilhados no momento da confecção do produto material ou artístico ou da vivência da dramaturgia dos rituais, indicando uma situação no presente; em suas inovações, no esmero de suas produções e no uso que dela faz, indicam as relações entre o indivíduo e o patrimônio cultural do grupo a que pertence...¹⁵⁹

É preciso tomar cuidado para não reduzir o trabalho com cultura material em um simples levantamento de diferentes artefatos sem pensar sobre sua situação e como estes se relacionam através dos meios simbólicos e das relações de poderes. Os objetos, pois, se contextualizados, podem ser verdadeiros resumos de uma sociedade, podem revelar sinais de status, traços culturais e relações de poder.

A história da cultura material caminha lado a lado da vida material e econômica, estando, portanto, estreitamente ligadas e nitidamente distintas. A vida é feita dos objetos, dos utensílios, dos gestos do homem¹⁶⁰. Por conseguinte, buscamos dar significado aos objetos que aparecem arrolados nos inventários, tentando assim reconstruir um pouco da história das mulheres setecentista tanto forras como livres. Por meio dos registros dos bens móveis e imóveis, pretendeu-se traçar o perfil econômico e social, considerando tratar-se de uma

¹⁵⁷ LE GOFF, Jacques. Op. Cit. 1993, p.113.

¹⁵⁸ BRAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p.70

¹⁵⁹ VIDAL, L. e SILVA, A. L. O sistema de objetos as sociedades indígenas: arte e cultura material. IN: SILVA, A. I e GRUPIONI, L. D. B. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARE/UNESCO, 1995, p..371

¹⁶⁰ LE GOFF. J. Op. Cit. 1993. p.117.

sociedade de representação e marcadamente barroca, tendo em vista que o material acaba por refletir a condição social.

Por meio da cultura material, objetiva-se analisar o cotidiano das mulheres livres e forras, buscando perceber suas diferenças e similitudes. Para isso, tomaremos inicialmente o modo de vestir e os adornos dessas mulheres. Depois, lançaremos luz sobre os outros utensílios como as ferramentas, vasilhames, objetos de devoção, entre outros. Trataremos, logo depois, dos bens imóveis e, por conseguinte, das formas de sobrevivência por meio do trabalho.

2.2. Moda como objeto da História

Gilda de Mello e Souza define moda como um todo harmonioso e que “*serve à estrutura social, acentuando a divisão em classe*”¹⁶¹. O uso da moda pode exprimir a “*necessidade de afirmação como pessoa*”, ou ainda a “*necessidade de afirmação como membro de um grupo*”¹⁶². Se lançarmos luz sobre o estudo das roupas e da moda de determinada comunidade, se revelará diante de nós uma sociedade marcada por oposições sociais. Como chama atenção Braudel:

A história das roupas é menos anedótica do que parece. Levanta todos os problemas: os das matérias-primas, dos processos de fábrica, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais (...). As Leis suntuárias correspondem à sensatez dos governantes, mas ainda às inquietações das classes altas da sociedade quando se vêem imitadas pelos novos-ricos¹⁶³.

A vestimenta pode revelar hábito cultural, assim como distinção social. Por exemplo, um mandarim em sua casa se veste com roupas simples de algodão. No entanto, quando está exercendo suas atividades, usa roupas brilhantes de seda bordadas com ouro¹⁶⁴. Afinal, publicamente, ele precisa se distinguir dos demais chineses, mostrando sua posição dentro da hierarquia social.

¹⁶¹ SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, século XV-XVIII. As estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.v.1 p. 281.

¹⁶⁴ Ibidem.

Moda é a maneira dos privilegiados se distinguirem dos menos afortunados, e pode revelar um código das relações de poder. Na Europa do século XVI, entre as classes altas, inspirado nos espanhóis, foi imposto o uso do preto. O preto sinalizava a preponderância do Império “mundial” do Rei católico¹⁶⁵.

O tecido e as cores também nos levam a perceber códigos culturais, sociais e econômicos. Segundo Gilda de Mello e Souza, a utilização da cor tem certos fins. Um deles pode ser “*conduzir o olhar numa determinada direção por meio de ângulos coloridos, enfeites, etc*”¹⁶⁶. O tecido mantém uma relação íntima com a cor, e pode corresponder não a uma preferência arbitrária, mas sim a uma grande medida determinada pela tradição e por condições sociais sancionadas pela sociedade¹⁶⁷.

Os tecidos podem revelar uma forma de ver uma cultura se apresentando como testemunha de uma sociedade e de uma época. Por meio da análise dos tecidos, vestuários, cores e acessórios, torna-se possível indicar o crescimento ou decadência econômica, e ainda aspectos sociais de certa sociedade. Isso é o que faremos daqui para frente. Vamos lançar luz sobre os tecidos, vestimentas e acessórios das mulheres livres e forras da Minas.

Aos analisarmos a vestimenta setecentista utilizada por forras e livres, verificaremos como a roupa pode nos revelar a distinção social e nos apresentar um código de conduta, além de nos levar a perceber a condição econômica por meio dos tecidos.

2.3. Tecidos, jóias e cores: modo de vestir das forras e livres.

O comércio

Os séculos XV e XVI foram marcados por grandes transformações econômicas, sociais e políticas. Ocorreram as expansões dos Estados europeus, a descoberta do novo mundo e, por conseguinte, o contato com novas culturas e “gentes”. Todas essas transformações que contaram em grande medida com os portugueses como protagonistas apagaram lentamente os “*velhos valores e modas medievais*”¹⁶⁸. Aos poucos, os suntuosos

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ SOUZA, G. de Mello e. Op.Cit. 1987,p.44.

¹⁶⁷ Ibidem. p.47

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Fernando de. O vestuário feminino dos séculos XV e XVI. *Oceanos, mulheres no mar*

trajes a Luís XIV deram lugar aos trajes menos rígidos, adaptados aos novos hábitos da aristocracia.

Mas foi durante o século XVIII que a maneira de vestir ganhou novos conceitos e possibilidades. A indústria têxtil europeia passou por grandes transformações diante das novas possibilidades tecnológicas, e a Inglaterra, pioneira nesse processo, ganhou o mercado mundial com seus tecidos.

Portugal, por sua pouca qualidade na produção de têxteis, importava uma diversidade de tecidos de outras regiões. Os principais pólos fornecedores de têxteis eram a Inglaterra, a França e o Oriente. Os lusos adquirem boa parte dos tecidos da Inglaterra que serão vendidos tanto na colônia quanto na metrópole. Além do baixo preço, havia a qualidade das manufaturas. Os tecidos ingleses tinham preferência entre os consumidores portugueses, mas havia também um interesse pelos tecidos franceses, holandeses e italianos. Roquinaldo Ferreira aponta que, além dos escravos, os navios vinham de Goa carregados de “*panos, especiarias e louças*”¹⁶⁹.

Os produtos que eram vendidos na colônia chegavam ao Rio de Janeiro e depois eram levados a outras partes para abastecer as diversas lojas espalhadas pela América Portuguesa. O Rio de Janeiro terá um papel preponderante no comércio colonial, consolidado a partir do desenvolvimento da economia mineira¹⁷⁰. “*Ao longo da primeira metade do século XVIII, a praça carioca vai sobrepunhando a de Salvador em importância dentro do sistema mercantil imperial, tornando-se assim a principal da América portuguesa.*”¹⁷¹

Em 1717, foram estabelecidos três registros de entrada de mercadorias na Capitania de Minas: o do Rio Grande, no Caminho Velho; o das Abóboras, no caminho para a Bahia, e o do Caminho Novo, no caminho para o Rio de Janeiro¹⁷².

Chegava ao porto do Rio uma diversidade de tecidos como baetas, camelões, cetins, bretanhas da França e de Hamburgo, tafetá de Castela, pano de linho da Irlanda, entre outros. Chegavam também alfinetes, botões de madrepérolas, saias de cambraia, fitas de seda e panos

salgado.Lisboa, n. 21. 1995, p. 128.

¹⁶⁹ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João. Et.al. *O Antigo Regime dos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.351

¹⁷⁰ ARRUDA, José Jobson. *O Brasil e o comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

¹⁷¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. (1701-1750). In: In: FRAGOSO, João. Et.al. *O Antigo Regime dos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.75

¹⁷² CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1808*. (Tese de doutorado).Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1997.

de lã¹⁷³. Era no Rio de Janeiro que também aportavam, além dos tecidos, as louças, porcelanas e tapeçarias da Índia e da China. Todos esses produtos direcionavam-se em grande medida às Minas, onde vestiam homens e mulheres com condição econômica para adquiri-los.

Conforme Mafalda Zemella, a grande população que rumou para as Minas fez convergir para os “*sertões de além Mantiqueira*” importantes correntes comerciais que levaram todos os gêneros de consumo exigidos pelos núcleos humanos densos e de alto poder aquisitivo¹⁷⁴.

Surgiram as lojas que vendiam tecidos, indumentárias e outros, denominadas de “*fazendas secas*”. Havia também as vendas de bebidas e comestíveis chamados de “*molhados*”¹⁷⁵. Além dos locais de venda, havia mulatas e negras que, com seus tabuleiros, percorriam os morros e as margens dos rios vendendo seus quitutes¹⁷⁶. Os remédios e drogas eram vendidos geralmente por padres em “*boticas*”¹⁷⁷.

Em 1743, no inventário de Mariana de Freitas Furtado, moradora do arraial de São Caetano do termo de Vila do Carmo, casada com João Pereira Lisboa, aparece a descrição das mercadorias de sua loja de panos. Havia, entre outras coisas, 4 *côvados de pano inglês* (40\$500), *panos grossos de várias cores* (181\$125), *saias da França* (44\$250), 24 *côvados de pano fino de várias cores* (33\$300), 52 *côvados de manto de várias cores* (25\$350) 1 *pano de linho*(1\$537,5), 4 *côvados de nobreza larga* (47\$025), 104 *côvados e meio de nobreza estreita* (55\$800), 79 *côvados de veludo* (155\$250), 33 *côvados e meio de seda da França* (33\$562,5), 130 *côvados de tafetá* (43\$875), 3 *côvados de gala preto* (12\$500) 2 *peças de baeta* (22\$350), 11 *côvados de sarafina vermelha* (2\$700) 30 *côvados e meio de brim grosso* (4\$575) 27 *côvados de crepe* (8\$100), 13 *camisas de pano de linho* (13\$162,5), 10 *ceroulas de pano de linho* (3\$750), 6 *peças de bretanha* (9\$675), 20 *varas de pano de colchão*¹⁷⁸.

Essa grande diversidade de panos nos mostra a intensidade do comércio das Minas. Havia as lojas que tinham a preocupação em manter uma diversidade de mercadorias e um mercado consumidor ávido por consumi-las.

¹⁷³ O Brasil recebia produtos de Hamburgo, França, Itália, Inglaterra, Holanda, Castela e Prússia e ainda em menor escala Dinamarca, Suécia, Alemanha, Barbaria e Rússia. Conf. ARRUDA. J.J. Op.Cit. 1980.p.294.

¹⁷⁴ ZEMELLA, Mafalda P. Op. Cit. 1990. p.91

¹⁷⁵ Ibidem..p.163.

¹⁷⁶ Ibidem. p.164

¹⁷⁷ Ibidem. p. 165

¹⁷⁸ CSM. *Inventários*. 1º Ofício Cx. 45 Auto 1043. Ano 1743. Côvado corresponde a três palmos ou 0,66m e vara a 5 palmos ou 1,1 m. Conf. CARRARA, Ângelo A. Op. Cit. 1997.

É claro que, no início das explorações auríferas, não existia a mesma diversidade de produtos e o padrão de vida era mais simples. Com o passar do tempo, à medida que houve um crescimento econômico e uma consolidação do comércio interno, foi possível perceber a mudança no padrão de vida. Com relação às roupas, isso é evidente por meio dos inventários das mulheres analisadas.

Ana Maria de Borba Gato, casada com Bartolomeu dos Santos, com quem tinha 3 filhos, morreu no ano de 1713 e teve seus bens avaliados em aproximadamente 12 contos de réis. Seu patrimônio se concentrava em grande medida em itens necessários para as atividades econômicas da família. A maior parte do seu patrimônio era representada por escravos e terras mineiras. De roupa, foram declarados apenas um *casquinho de mulher de seda verde com 26 botões de prata grandes, um gibão de mulher e uma saia de tecido de baeta na cor preta*. Havia também poucas jóias: *14 botões de prata, 24 botões de prata, 20 botões de ouro e 2 anéis*¹⁷⁹.

Em 1715, a senhora Francisca Luiz, filha legítima de Francisco Sutil e Thomazia Ribeira, natural da Vila de Parnaíba, casada com Domingos Pimenta das Neves, com quem teve 2 filhos, vivia na Freguesia de Guarapiranga, termo de Vila do Carmo. O casal estava envolvido com atividade mineradora onde possuía em escravos 5:190\$000. Seu marido, ao declarar suas jóias e roupas no inventário, nos mostra a simplicidade de suas posses apesar da condição econômica. De jóias, declarou *um cordão com 4 palmos e meio de cumprido e outro cordão com 7 palmos de cumprido, uma abotoadura de ouro da família, um anel de pedra azul*. Foram declaradas as seguintes roupas: *um manto, uma casaquinha de primavera e duas de saias velhas de algodão*¹⁸⁰.

Antônio da Silva de Araújo, ao declarar, em 1739, as roupas e jóias do inventário de sua falecida mulher Catarina Rodrigues de Sá, apresentou as seguintes peças: *uma medalhinha com a imagem de Cristo, 2 pares de brincos de ouro 2 cordões de ouro fino, uma capa de pano de crepe de mulher, uma saia de lã verde, uma saia de seda, uma chapéu fino com sua renda de ouro e algumas outras peças*¹⁸¹.

Já em 1744, quando faleceu Ângela da Cruz de Santa Rita, natural da Província de Alentejo, mulher de um dos homens mais ricos de Vila do Carmo, Domingos Fernandes de

¹⁷⁹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 87 Auto 1838. Ano 1713.

¹⁸⁰ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 89 Auto 1870. Ano 1715

¹⁸¹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 74 Auto 1555. Ano 1739.

Carvalho¹⁸², a situação era outra. Seu inventário apresenta arrolada uma diversidade de roupas, dentre elas:

uma capa de gola de prata de baeta, uma saia de veludo liso, outra de baeta cor de camurça, um par de sapatos de veludo azul, um colete de veludo de cor (sic) de prata com franjado do mesmo, uma meia de seda de mulher, além de uma variedade de roupas brancas como pano de linho, toalha de mãos, toalha de mesa com rendas¹⁸³.

A diferença entre os inventários de Ana Maria de Borba Gato e Ângela da Cruz de Santa Rita nos mostra como o comércio das Minas passou por um desenvolvimento e ainda refletiu o acúmulo da riqueza, possibilitando uma maior oferta e diversidade dos produtos.

Carla Maria Carvalho de Almeida chama atenção com relação à chegada dos produtos a região das Minas. Segundo a autora, não era só do exterior que vinham as mercadorias. Desde o início do povoamento, desenvolveu-se uma rede de abastecimento interna baseada em grande medida na pecuária e na agricultura¹⁸⁴.

Havia comerciantes de grosso trato que faziam altos investimentos no negócio e operavam em diversos lugares, sendo responsáveis diretos pela importação de mercadorias. Havia também os pequenos comerciantes, conhecidos como volantes, que ganhavam por comissão¹⁸⁵.

A simplicidade apresentada nos inventários das primeiras décadas não estará presente naqueles feitos a partir da década de 1735. Como se verá mais adiante, quando estivermos tratando dos móveis e utensílios e, ainda mais especificamente, das roupas, os bens arrolados vão ostentar a riqueza acumulada nas Minas. Segundo Mata, os maiores investimentos em adereços e arranjos domésticos vão refletir o aumento da riqueza privada¹⁸⁶, e, em muita medida pelo desenvolvimento do comércio, terá de buscar novas ofertas de produtos para agradar e satisfazer consumidores que queriam se distinguir ostentando o padrão de riqueza adquirido. As lojas de tecidos e adereços terão que acompanhar estas necessidades, pois as mulheres, tanto forras como livres, vão estar mais desejosas por novidades e coisas finas que a condição econômica e a posição social exigiam.

¹⁸² Ver : ALMEIDA, C. M.C de. Op.Cit. 2006. p.95-6

¹⁸³ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Cx 30 Auto 724. Ano 1744.

¹⁸⁴ ALMEIDA, C.M.C. de Op.Cit. 2006.

¹⁸⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia.F. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del. (Org). *Revisão do paraíso:500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.98-109.

¹⁸⁶ MATA, K. P. Da. Op.Cit. 2007, p.74

Inicialmente, haverá na região das Minas uma carência de tudo. As poucas coisas que tinham para se vender eram muito caras¹⁸⁷. Porém, a produtividade das lavras vai refletir no poder aquisitivo da população das Minas, determinando o consumo, o padrão de vida e as correntes abastecedoras. “*Os tropeiros, os mascates, os donos das lojas e vendas puseram ao alcance das populações das Minas as louças e as porcelanas, os damascos e as tapeçarias da Índia e da China, da Europa chegaram os veludos, os brocados, os linhos, as bretanhas*”, etc¹⁸⁸.

Em Portugal, o modo de vestir revelava a distinção social, sendo regulado por inúmeras normas. Por exemplo, em 1560, D. Manuel limitou o uso de seda, tafetá e veludo às mulheres e filhas de fidalgos. Também os portugueses que vieram para o Brasil queriam se distinguir da gente da terra. Por isso, utilizavam tecidos finos e importados à moda europeia, evidenciando sua distinção social.

Antônio Vieira de Brito, escrivão da ouvidoria da Vila de Sabará, preocupava-se com sua aparência. Gostava de ser visto com seu “*vestido de pano de cor de chumbo, inteiro com calção e vestia, com botões de tabaque branco, forrado de tafetá carmesim*”¹⁸⁹. Portanto, como já foi dito, a moda será uma forma de distinção social, e isto é algo evidente na sociedade mineradora tão marcada pela representação. As mulheres livres brancas, ao irem à missa ou para acompanhar seus maridos, esmeravam-se em ir bem vestidas mostrando sua posição social. Já as forras, que, de alguma maneira, vão conseguir certa ascensão econômica, vão buscar impor-se, ostentando sua riqueza. Uma das maneiras para isso será por meio das roupas e adornos.

2.3.1. Livres e Forras: vestindo e se impondo

O Antigo Regime, segundo Antônio Manuel Hespanha e Ângela Xavier, será marcado pela prática da *economia do dom*¹⁹⁰. Esta prática tinha como principal categoria as redes clientelistas que funcionavam como instrumento de reprodução do poder. Do monarca,

¹⁸⁷ ZEMELLA, M.P. Op.Cit. 1990, p.170

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ MO- Casa Borba Gato.IPHAN: Inventários (CSO)Ref.Ant.46 A (09), citado por Rafael F. Santos que destaca a importância da aparência também para a realização das práticas creditícias. SANTOS, Rafael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. (Dissertação de Mestrado)FAFICH. UFMG, Belo Horizonte, 2002, p.58.

¹⁹⁰ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In MATTOSO, José(Org). *História de Portugal: O Antigo Regime*. v.4. Lisboa: Editorial Estampa,1993.

emanava o poder que irradiava sobre todo o império português. O rei tinha a obrigatoriedade de conceder as mercês, espécie de gratificação ou prêmio, que eram regidas pelo critério da amizade fidelidade, honra e serviço. “Dar” significava um “*investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais*”, e ainda “*estratégia de diferenciação social*”¹⁹¹.

Segundo Maria Fernanda Bicalho, a prática clientelista presente no Reino português também fez parte das relações estabelecidas na América Portuguesa. Obter uma função na administração colonial conferia honra e prestígio. Por meio da concessão de mercês, se estabeleceu na colônia lusa a prática da economia do dom semelhante ao Reino que, a partir do recebimento das benesses, estava ligada ao rei por uma rede baseada em relações de troca de favores e serviços¹⁹².

A concessão do estatuto de nobreza, a propósito, será uma prática utilizada pela monarquia para incentivar a busca e extração do ouro, solidificar o corpo mercantil e recompensar aqueles que ajudassem os reis em ocasião de crise. Nobilitar alguém se apresentava como uma moeda de troca que os reis do Antigo Regime tinham em mãos¹⁹³.

Conforme explica Maria Beatriz Nizza, as regras para o registro e seleção dos vassallos aptos a requisitar as mercês eram rígidas. Ao solicitar uma mercê, o suplicante deveria comprovar que prestara serviços à Coroa por pelo menos doze anos contínuos, não cometera crime no Reino nem na colônia, e ainda apresentar certidão de registro de mercês para provar que não recebera nenhuma antes pelos serviços alegados¹⁹⁴. Por exemplo, o processo para conseguir um hábito de ordem militar era longo. Inicialmente, o pedido passava pelo crivo do Conselho Ultramarino. Em caso de concessão, iniciava-se, na Mesa de Consciência e Ordens, o processo de habilitação do candidato onde consultava testemunhas oriundas dos lugares de naturalidade do suplicante e seus ascendentes. Então, se não houvesse indicação de defeitos de qualidade, o hábito era concedido. Caso fosse encontrado algum impedimento do candidato, este candidato continuava titular da mercê, porém sem poder efetivá-la¹⁹⁵.

As mercês nas Minas vão significar importante meio de conseguir poder e

¹⁹¹ Ibidem.p.382.

¹⁹² BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 7-9

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem. p. 76-160.

prestígio¹⁹⁶. Nas Minas setecentistas, havia uma busca por status e prestígio. Buscava-se uma maneira de distinguir e de se inserir nas redes de influência. Essa obsessão por mercês evidência como as práticas do Antigo Regime influenciavam a sociedade mineradora.

O Antigo Regime é demarcado também por características relacionadas à aparência e aos aspectos exteriores da conduta. Como observa Maria Beatriz Nizza da Silva, o estilo de vida constituía prova de nobreza, como por exemplo, andar de cavalo, servindo-se com criados¹⁹⁷. Por isso, para ser considerado um *homem bom* na América portuguesa, mais que ter sangue nobre, precisava ter estilo de vida nobre¹⁹⁸. Ter estilo de vida nobre pressupunha o uso de “*roupas de tecidos caros com ornato prateados ou dourado (...); em suma, um consumo conspícuo que era uma das obrigações sociais da nobreza*”¹⁹⁹.

Beatriz Nizza da Silva explica que, para o enquadramento nas graças honoríficas, não dependia apenas do afortunamento, mas era preciso seguir um “código honorífico da época”²⁰⁰. Fazia-se necessário também manter boas relações locais e contatos com pessoas influentes no Reino.

Durante o século XVIII, o que o indivíduo “*consegue parecer*”²⁰¹ era marca importante na Europa, e não deixará de ser na América portuguesa. A necessidade do “*parecer ser*” estimulou nas Minas um “*consumo de luxo*”²⁰², tanto para distinguir como também para transgredir as hierarquias. A maneira de se vestir e os ornamentos indicavam a posição social e a capacidade financeira dos indivíduos. Mafalda Zemella destaca que, nas Minas, havia o consumo dos bens que eram vitais e dos que eram artigos de luxo, como roupa e indumentárias²⁰³. Para Nobert Elias, “*(...) o mero asseguramento da posição social depende da capacidade de tornar os custos domésticos, os consumos, as despesas em geral, dependentes em primeira instância do nível social, do status ou prestígio possuído ou almejado*”²⁰⁴.

¹⁹⁶ MATA, K.P. da. Op.Cit. 2007.

¹⁹⁷ SILVA, M. B. N. da. Op.Cit. 2005.

¹⁹⁸ SANTOS, Raphael Freitas. Op.Cit.. 2002.

¹⁹⁹ MESCRAVIS, Laima. *Os aspectos estamentais da estrutura social da Brasil colônia*. In: *Estudos Econômicos*. (IPEA/USP).n 13, 1983. p.799-811.

²⁰⁰ SILVA, M. B. N. da. Op.Cit. 2005. p. 95.

²⁰¹ ARIES, Phillipe. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (Org) *História da vida Privada. Da Renascença aos séculos das Luzes*. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁰² SANTOS, R. F.Op.Cit. 2002. p.57

²⁰³ ZEMELLA. M.P. Op.Cit.p. 1990, 189 e 206.

²⁰⁴ ELIAS, Nobert. *Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.p.86

As mulheres das Minas vão fazer grandes “*investimentos sociais*”, buscando fazer-se presente nesse universo do “*parecer*” e do “*ser*”. Por isso mesmo, a Coroa portuguesa vai baixar as leis suntuárias nas Minas, com o objetivo de regular o uso de certos bens, como roupas e jóias segundo o grupo social, pois havia mulheres que com certeza incomodavam.

Era este o caso da preta forra Mônica Gomes Corrêa, natural de Pernambuco, que, em seu testamento datado de 1739, declarou ter várias jóias, entre elas: *uma corrente de braço de São Bento feita de ouro, uma cruz de diamantes e outra de rubis, mais dois pares de brincos de diamantes, sendo um deles com pendentas de aljofre e um cordão de ouro de peso de 15 oitavas*. Declarou ter também várias roupas, como por exemplo: *seis saias, sendo uma de linho bretão preta, outra roçagante²⁰⁵ parda com renda de prata, outra de bretã preta, outra (sic) cor de café com galão de ouro por baixo, outra de veludo preto e outra saia de chama cor de fogo*. Possuía também *três saias brancas, um guarda pó amarelo, uma roupa castelhana e um chapéu fino bordado de prata*. Mônica Gomes Corrêa abusava da cor e dos brilhos, ostentando ouro e prata em suas roupas, além de jóias com diamantes e rubis que com certeza chamava bastante atenção e causava indignação.

No Rio de Janeiro, em 1702, o bispo enviou ao rei uma carta pedindo que ficasse proibido às pretas e pardas vestirem “*sedas, garças*”, e ainda trazerem ouro, “*mais que as publicamente expostas, porque estes enfeites que vêm em outras, as move poderosamente a imitá-las nos erros*”. O rei aconselhou “*mandar que, de maneira alguma, usem nem sedas, nem telas e ouro, pois será tirar-lhes a ocasião de poderem incitar para os pecados com os adornos custosos de que se vestem²⁰⁶*”.

Os funcionários da Coroa, recém-chegados às Minas mostraram indignação ao verem forras mineiras entrarem “*na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos e totalmente alheios e impróprios de suas condições*”²⁰⁷.

Contudo, não havia o mesmo espanto se uma branca ostentasse tal brilho carregando adornos e vestimentas cheias de prata e ouro. A mulher do Alferes Felipe dos Santos Ferreira, Dona Ana Gonçalves de Camargo, moradora da Freguesia de São Sebastião do termo de Vila do Carmo, ao sair, poderia escolher entre seus *4 pares de brincos de ouro* e ainda entre os

²⁰⁵ Conforme glossário do vestuário roçagante é que arrasta pelo chão. Disponível <http://trajes.no.sapo.pt/GlossarioVestuário.secXV.XVI.htm>. Acesso 01/06/2008.

²⁰⁶ LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.p.177-9.

²⁰⁷ Bando do governador Conde da Galveas de 2 de dezembro de 1733. Apud. FURTADO, Júnia F. Op. Cit. 2003.p.137.

brincos com brilhantes, ou brincos avermelhados. Havia ainda os anéis e os cordões. Ela poderia usar um *casaco com um vestido de pano de seda de dama*, ou ainda escolher entre seu *guarda pó de seda azul com flores*. Poderia variar entre suas *4 saias de seda* combinando com um *capote de baeta vermelha* ou seus vestidos finos. Para acompanhar seu marido alferes, poderia ostentar sua posição com o *vestido de baile* que foi avaliado em seu inventário em 24\$000²⁰⁸. Se compararmos o valor de um cavalo castanho avaliado em 36\$000, poderemos afirmar que seu vestido tinha um valor considerável.

Em casa, as mulheres vestiam-se com simplicidade, mas, ao se apresentarem em público, exibiam roupas e jóias que refletiam o poder econômico de sua família. As mulheres livres e ricas só estariam ostentando sua condição econômica e social que adquiriam muitas vezes por estarem ao lado de homens ricos, ou ainda somando o patrimônio dos maridos à herança paterna. Mafalda Zamella afirma que os mais ricos mineradores só saíam às ruas “*depois de escolherem cuidadosamente seu traje, seu chapéu de castor, sua tabaqueira de prata, sua faca de ponta, sua arma de qualidade e arreios luxuosos de seu cavalo*”²⁰⁹.

O capitão-mor Manuel Pinto da Mota, minerador e senhor de engenho, morador na Freguesia de São Sebastião, em seu inventário, revelou possuir indumentárias que ostentavam sua condição econômica:

cinco camisas de gorgorão lisas e três de Holanda fina, um casaco e véstia de lemiste forrada com tafetá preto, um sobretudo de pano azul grosso com seu calção de mesmo pano, um capote de pano berne com galão de prata. Compunha a ornamentação pessoal um chapéu com plumas dois cordões de ouro, duas cruces de ouro e botões de camisa em ouro²¹⁰.

Andar pelas ruas das Minas era “*um ato estudado, sempre com o propósito de impressionar os passantes e informar o prestígio que se desfrutava*”²¹¹. Os grandes momentos de interação social entre a população colonial provavelmente aconteciam em festas religiosas, como por exemplo, as procissões, missas festivas e *te deums*²¹². A missa aos domingos tornava-se uma ótima oportunidade para as senhoras brancas demonstrarem, ao

²⁰⁸ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 71 Auto 1514. Ano 1723.

²⁰⁹ ZAMELLA, M.P. Op. Cit. 1990, p. 206

²¹⁰ CSM, inventário *post mortem* do capitão Manuel Pinto da Mota, caixa 93, auto 1999, 1º ofício, Ano 1749. *Apud.* MATA, K.P. Op.Cit. 1990

²¹¹ FURTADO, J.F. Op.Cit. 2003, p.158.

²¹² ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.113

lado de seus maridos, a posição ocupada. “*Sentar-se nas primeiras fileiras do templo*” ou “*à mesa de autoridade de alta patente*” evidenciava a distinção²¹³. A Igreja, a propósito, era um espaço de sociabilidade no mundo colonial.

Segundo Affonso Ávila, a preocupação visual é própria do Barroco²¹⁴. O Barroco que não é apenas um estilo de arte, mas uma forma global de vida²¹⁵. Esse estilo, nas Minas setecentistas, pode ser percebido por meio da arquitetura, da música, nas festas profanas e religiosas, e ainda pela mistura racial, pelos costumes, regras de convivência e até mesmo em normas legais²¹⁶.

Nas festas religiosas do barroco, percebe-se o esplendor das vestimentas. Esse esplendor é inerente ao barroco que, segundo Maravall, tem como característica o gosto pelo exagero e busca o impacto²¹⁷. Na procissão do *Triunfo Eucarístico*, por exemplo, destaca-se o aparato colorido das irmandades e de seus santos padroeiros.

Para Ávilla, a indumentária barroca não está presente apenas nas roupas dos números coreográficos - como o *Triunfo Eucarístico* e o *Áureo Trono*. O requinte era comum também nas solenidades públicas, onde figuras de destaque da sociedade como magistrados, senadores e gente nobre trajavam “*ao modo cortesão*”²¹⁸.

Assim, a vestimenta, no século XVIII, vai refletir, de certo modo, o espírito de mulheres e homens barrocos, e ainda de uma sociedade que está inserida num mundo de Antigo Regime. A roupa, numa sociedade marcada pela representação como as Minas, vai desempenhar importante função de demarcador social.

As jóias e roupas eram verdadeiros sinais exteriores da posição social do indivíduo, no século XVIII. A indumentária se configurou como importante elemento simbólico ao evidenciar as diferenças existentes entre os grupos sociais.

Refletindo o requinte e gosto pelo esplendor, pode-se perceber uma variedade de tecidos e cores presentes no vestuário das mulheres livres e forras, arrolados nos inventários e testamentos.

²¹³ FURTADO, J.F. Op.Cit. 2003, p. 158

²¹⁴ ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

²¹⁵ COUTINHO, Afrânio. *Do Barroco. Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.p.215.

²¹⁶ Ibidem. p.220

²¹⁷ MARAVALL, José Antônio. *Cultura do barroco. Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

²¹⁸ AVILLA, A. Op.Cit. 1971. p. 225.

O que percebemos é que existe uma diversidade de cores de tecidos: cor de prata, amarelo, azul, preto, rosa, cor de pedra, vermelho entre outras. A cor, como já vimos, pode conduzir o olhar numa determinada direção. Portanto, o objetivo das cores, numa sociedade em que o “*parecer*” e o “*ser*” são marcas importantes, toma uma conotação simbólica importante. A cor associada ao tecido pode afetar a luminosidade e avivar o tom²¹⁹.

Ao analisarmos as indumentárias e os tecidos descritos nos inventários e testamentos, percebemos uma preferência pelo vermelho, amarelo cor de ouro, cor de fogo, principalmente entre as mulheres forras.

Gracia Fernandes da Cruz, preta forra, possuía várias peças de roupas com rendas inglesas. Há declarado ainda *dois lenços de cabeça cinza, um colete de bretanha liso, um macaquinho de renda azul de pestanas de carmesim (vermelho), uma casaquinha de pano azul claro com rendas de prata, um colete de seda azul forrado de tafetá carmezim, uma saia de roçagante preta*, além de *dois chapéus: um com plumas de seda e outro com galão de ouro*²²⁰.

No caso dos povos africanos, a cor tem um significado bem simbólico. Eles utilizam três cores em analogia com a natureza: o branco, o preto e o vermelho. Destas três cores, o vermelho é o mais importante. Por ser mais vivo e brilhante, confere ao usuário destaque social²²¹. Para Laure Meyer, o tecido africano tinha como principal fim destacar a presença do usuário. Tinha, portanto, mais uma função estética que a de proteção²²².

As forras vão adaptar a vestimenta de estilo europeu aos tons vivos, mais adequados ao gosto africano. Elas vão misturar indumentárias euro-ocidentais - como cruz, sapatos e chapéus – a ornamentos africanos como búzios, contas e colares. Pode-se inferir que, além de quererem se distinguir socialmente e demonstrar status econômico, as forras buscavam manter-se próximas de suas origens e de seus pares.

As negras forras conseguiam, através das roupas, estabelecer um diálogo de culturas, utilizando tecidos floridos e estampados com roupas de estilo europeus, buscando, por meio dessa mistura, reivindicar um pertencimento, principalmente aquelas que alcançaram, de alguma forma, ascensão econômica.

²¹⁹ SOUZA, G de Mello e. Op.Cit. 1987. p. 44

²²⁰ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 118 Auto 2453. Ano 1745.

²²¹ Ver: MÓL, C. C. Op.Cit. 2002.

²²² MEYER. Laure. *Objetos africanos: vida cotidiana, ritos, arte de corte*. Lisboa: Livros e livros, 2001.p.68. apud. MOL, Claudia C. Op.Cit. 2002.

Como Silvia H. Lara chama atenção, numa sociedade em que predominava os analfabetos, “*ver era experiência das mais importantes*”²²³. Por isso, o modo de vestir era um fator tão importante na demarcação da distinção social.

IMAGEM 2
Funcionário do governo passeando com a família



Fonte: Jean Baptiste Debret c. 1820-1830 Aquarela, 19,2x24,5cm.²²⁴

As jóias vão exercer importante influência na sociedade mineradora, demarcando a posição social e econômica. As mulheres reservavam para os momentos solenes as mais belas e caras roupas assim como as jóias. “*A jóia, objeto de adorno, por excelência, além de sua nobre função simbólica, serve para embelezar ou dar aspectos mais atraentes as pessoas*”²²⁵.

Dona Barbara Pereira da Cruz, casada com o Capitão Domingos Lopes da Cruz, com certeza aproveitava todas as oportunidades de sair com suas jóias e ostentar sua condição social e econômica. O capitão, ao fazer o inventário de sua esposa Bárbara, declarou a posse de *uma cruz de ouro pequena com diamantes (4\$800), outra cruz de ouro fina (5\$400), um broche de ouro (9\$600), um par de brincos de ouro e aljofrei (6\$000), um cordão de ouro fino (\$300), um fio de contas de ouro com aljofre (4\$500), um par de brincos de aljofre esmaltados verde (12\$000), um cordão de ouro (14\$400), uma corrente de braço com a verônica de São Bento e a imagem de Nossa Senhora da Conceição (12\$000), entre outras*²²⁶.

²²³ LARA, Silvia. H. Op.Cit. 2000. p. 177-179.

²²⁴ Imagem com o objetivo de ilustrar a saída de uma família branca. In: <http://estadao.com.br/ext/debret/catalogo.htm>

²²⁵ FACTUM, Ana Beatriz Simon. Jóia escrava: design de resistência. In: *Revista Desing em foco*. Jul-dez, ano 1.v.1 Universidade do Estado da Bahia, 2004, p.35.

²²⁶ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 16 Auto 478. Ano 1740.

No inventário de Francisca de Almeida, preta forra, solteira, aparece *um par de brincos e coração de ouro* no valor de 4\$800 e um *fio de corais esmaltado de prata* no valor de 2\$400²²⁷. Outra preta forra, Rosa da Silva, tinha um cordão de ouro com diamantes no valor de 30\$000, mais 4 pares de brincos com diamantes grandes e 2 pares pequenos, totalizando 36\$000; e ainda uma cruz de diamantes no valor de 2\$400 que estava empenhada²²⁸.

Para as mulheres forras, além de adorno, as jóias era um verdadeiro investimento de capital. Rosa da Silva provavelmente tomou um empréstimo e deu por garantia sua cruz de diamantes. Num momento de dificuldade econômica, tanto para forras como livres, uma jóia de valor poderia torna-se uma solução, sendo vendida ou penhorada.

O uso de ornamentos como balangandãs²²⁹, fios de conta e correntões de ouro, além de ser uma forma de se enfeitar, também representam uma maneira de resgate das tradições. Ana Beatriz Simon Fartum chama as jóias africanas de “*design de resistência*”²³⁰. Nos inventários, não encontramos a presença de balangandãs que, segundo Eduardo França Paiva, teria seu uso mais difundido entre as forras e escravas na Bahia²³¹. No entanto, encontramos contas de corais, presentes tanto nos inventários de livres como forras. Talvez os significados fossem diferentes: enquanto, para uma livre, as contas de corais serviam de adorno, para as forras, eram uma espécie de amuleto, já que o coral segundo tradições africanas tinha funções mágicas²³².

Segundo Eduardo França Paiva, nas Minas, havia misturas de informações étnicas, tradições e práticas culturais²³³. Essas misturas estavam presentes na vestimenta e adorno das forras.

As jóias que aparecem em maior quantidade tanto no inventário de forras como livres são os brincos com ou sem diamantes, os anéis de ouro e os cordões. Aparecem também arrolados cordões com crucifixos e pingentes com imagens de santos, alfinetes, corais, pulseiras e botões de ouro. Com relação às medalhas de santos, de Nossa Senhora, crucifixos e outras jóias com símbolos de devoção, trataremos mais a frente.

²²⁷ CSM. *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 89 Auto 1869. Ano 1733.

²²⁸ CSM. *Inventário*. 2º Ofício. Caixa 91 Auto 1961. 1736.

²²⁹ Conforme Silvia H. Lara os balangandãs consistia numa coleção de miniaturas de prata ou de ouro, reunidas numa fivela ornamentada de formato especial e ligada a uma corrente. LARA, S.H. Op. Cit. 2000. p.191

²³⁰ FACTUM. A.B.S.Op.Cit. 2004, p.38

²³¹ PAIVA, E. F. Op.Cit. 2001.220p.

²³² Ver: PAIVA, E.F.. Op. Cit.2001 e Mól. Cláudia C. Op.Cit.2002.

²³³ PAIVA, E.F. Op.Cit.2001. p.36

IMAGEM 3
Negras indo à festa.



Fonte: Carlos Julião – Biblioteca Nacional²³⁴

IMAGEM 4
Mulheres brancas



Fonte: Carlos Julião – Biblioteca Nacional

2.4. Modo de viver nas Minas: análise dos móveis e utensílios

A descoberta aurífera fez rumar para a região das Minas uma população bastante heterogênea. Essa população formada por reinóis, paulistas, escravos, entre outros, se distribuíram em pequenos povoados e arraiais situados as margens dos rios e nas encostas dos montes. Os primeiros povoados que se formaram tinham moradas rústicas e improvisadas, formadas de ranchos de pau-a-pique, que tinham a função de dar abrigo e serviam de repouso.

Com o adentrar do século XVIII e uma melhor organização administrativa, formaram-se as vilas, e as pessoas passaram a se estabelecer e formar seus domicílios. As moradas abrigavam as pessoas e poderiam também incluir locais para criação de animais, e ainda locais para a produção de artigos de consumo que poderiam ser comercializado, tais como a cachaça, rapadura, farinha de mandioca, entre outras. Em quase todas as moradias, existiam os quintais, que eram parte fundamental da casa²³⁵. O quintal podia conter senzala e a secreta, que era uma edificação com fins de higiene, existente em algumas casas, mas que consistia muitas vezes num buraco na terra, embaixo do qual podiam se instalar chiqueiros²³⁶.

As casas eram bastante simples. Sylvio Vasconcelos, ao falar das casas de Vila Rica, afirma que geralmente a sala ficava na frente da casa, os dormitórios ficavam no meio, e, nos fundos, o local de serviço ou varandas²³⁷. As cozinhas inicialmente estavam no exterior das

²³⁴ Disponível <http://www.bn.br/bndigital/>. Acesso 14/08/2008.

²³⁵ ALGRANTI, L. M. Op.Cit. 1997, p.92-4

²³⁶ Ibidem. p. 94-5

²³⁷ VASCONCELOS, Sylvio de. Op.Cit. 1977.p.121-148.

casas. As louças e roupas, pela falta de água encanada, eram lavadas na área externa das casas²³⁸.

IMAGEM 5
Planta primitiva de habitação do século XVIII

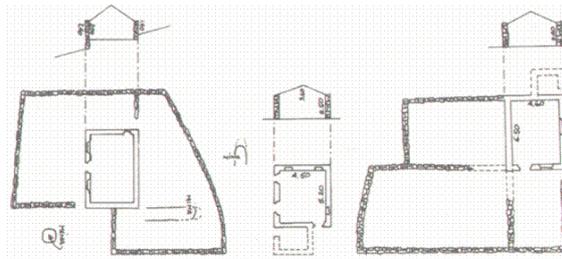


IMAGEM 6
**Transformações arquitetônicas ocorridas em Minas Gerais
ao longo do século XVIII**



Fonte: TOPOS Revista de Arquitetura. *Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais*. Sylvio de Vasconcellos. Belo Horizonte. Imprensa Universitária. p. 148-163, jul/dez. 1999.

No geral, a mobília das casas é muito simples. Não há muitas cadeiras e armários. Ana Maria de Borba, que já destacamos pela simplicidade, apesar de possuir um posse em escravo de 4:406\$400, e, portanto, possuir uma situação econômica cômoda, não tinha

²³⁸ ALGRANTI. L.M. Op. Cit. 1997,p.103

arrolados móveis em seu inventário²³⁹. Provavelmente, seus bens móveis eram tão simplórios e de pouco valor que os inventariantes não se deram ao trabalho de listá-los.

Ana Gonçalves de Camargo, por ocasião de sua morte em 1723, casada com o Alferes Felipe dos Santos Ferreira, inventariante de seus bens, aparece com alguns bens arrolados: *2 redes brancas em bom estado, 1 tapete, 1 espelho, 2 fogareiro*²⁴⁰. Ainda assim, percebe-se a simplicidade dos bens.

No inventário de Ana de Moraes Sodré, que faleceu em 8 de maio de 1733, já se percebe um maior consumo de bens móveis. Aparecem arrolados *uma caixa pequena e outra grande, um baú, uma caixa de pau branco, e uma frasqueira*²⁴¹.

Com o adentrar do século XVIII, a consolidação do comércio e uma maior estabilização da sociedade, vamos perceber um aumento de bens móveis arrolados. Foi o que percebemos na casa de Dona Mariana Rodrigues Leal, casada com o Licenciado Manoel Rodrigues da Costa, que teve seus bens arrolados no inventário de 1749, por ocasião de sua morte. O casal tinha uma morada na Freguesia de Catas Altas, perto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, além de uma roça. Na categoria madeiras, aparecem listados: *um leito de pau branco torneado com cortinado, uma preguiceira, uma papeleira de jacarandá com porta e fechadura, dois caixões lisos de pau branco, uma caixa de madeira com fechadura, outra caixa ainda menor com fechadura, uma banca lisa com gaveta, três mesas e uma frasqueira com fechadura*²⁴².

Portanto, nota-se um maior número de mobílias em relação ao início do século. Claro que, se compararmos aos nossos tempos, e aos ideais de uma sociedade burguesa, perceberemos que a vida no século XVIII é marcada por grande simplicidade. Contudo, pela análise dos inventários, fica claro que, na medida em que se consolida a presença das atividades comerciais, e ainda outras que precisam de técnicas como a marcenaria, nota-se um maior número e diversificação do mobiliário arrolado nos processos.

Os móveis, em geral, eram adquiridos mais pela necessidade e função prática do que por efeito decorativo. Nos inventários, encontramos arroladas com grande frequência mesas, sendo que algumas vinham com gaveta. Para sentar, havia algumas poucas cadeiras. Era mais

²³⁹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 87 Auto 1838. Ano 1713.

²⁴⁰ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 71 Auto 1514. Ano 1723.

²⁴¹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 36 Auto 841. Ano 1739.

²⁴² CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 78 Auto 1669. Ano 1749.

comum a presença de bancos e mochos. Encontramos também algumas espreguiçadeiras (preguiceiras), peça mais cara, pois era mais trabalhosa de se fazer²⁴³.

Observemos o quadro 1 de móveis de madeira. Separamos em dois períodos para percebermos as diferenças. É claro que temos que considerar que o primeiro período de 1713-1735 refere-se a 30 inventários analisados, e o período seguinte, 1736-1750, refere-se a 41 inventários. Precisa-se considerar ainda que os números apresentados sejam aproximações, pois alguns móveis ficaram de fora devido à dificuldade de leitura do documento por conta da letra às vezes ilegível, ou ainda pela documentação estar às vezes corroída. Enfim, é preciso considerar uma margem de erro para alguns móveis que ficaram de fora da contagem.

QUADRO 1
Utensílios de móveis de madeira inventariados
de Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750

1713-1735		1736-1750	
Baú	27	Baú	21
Caixa(pequenas e grandes)	43	Caixa(pequenas e grandes)	53
Mesa	16	Mesa	36
Preguiceira	-	Preguiceira	5
Cadeiras	-	Cadeiras	22
Balcão	-	Balcão	12
Leito	-	Leito	9
Banco	-	Banco	15

Fonte: CSM. *Inventários Post Mortem*, 1º e 2º Ofícios.

A primeira questão a ser observada é maior diversidade de objetos presentes no segundo período Com adentrar do século XVIII e o estabelecimento dos domicílios, desenvolveu-se outras formas de sobrevivência por meio do trabalho, com a atuação dos artífices que produziam móveis para as residências. Outro aspecto que talvez possa explicar essa maior presença de mobília seria a incrementação mercantil que permitiu incorporar eventuais melhoramentos dos bens dentro da sociedade mineradora.

É preciso considerar também a formação e consolidação de fortunas que, de alguma maneira, também contribui para entendermos essa presença maior de mobiliário dentro do domicílio.

Aparecem na maioria dos inventários caixas e baús que geralmente serviam para guardar roupas e papéis. Os baús também serviam para guardar mercadorias e ainda para fazer viagens. As caixas aparecem em maior número nos inventários. As caixas de jacarandá, com

²⁴³ Conf. ANAIS do Museu Paulista. v. 12 Jan-dez, 2004. p.138

gaveta e fechadura, eram as mais caras. Elas eram medidas por palmos e possuíam vários tamanhos e dimensões, sendo caixas com chaves ou não. No inventário de Catarina Silva, do ano de 1734, aparece uma *caixa pequena* (3\$600), *um baú* (2\$100), *uma caixa de pau branco* (2\$100)²⁴⁴. No ano de 1738, no inventário de Maria Lemos de Brito, aparecem *2 caixões lisos de pau branco* (3\$600), *uma caixa de madeira com fechadura* (3\$600)²⁴⁵



IMAGEM 7 Baú, século XVIII

Fonte: SOUZA, *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Alguns inventários fazem referências a redes que, provavelmente, serviam de descanso. Um ou outro inventário faz referência a leito feito de jacarandá. Apesar de alguns não citarem leitos ou camas, aparecem, na categoria roupas, vários lençóis, colchas e fronhas arrolados. Por exemplo, no inventário do ano de 1739, da mulher do capitão mor João Nogueira Ferreira, Dona Ana Francisca Rider, aparecem arrolados *dois travesseiros, dois lençóis de panos de linhos e três panos de travesseiro, outros três lençóis de linho, quatro fronhas de travesseiros, quatro almofadinhas e mais seis fronhas de travesseiros de pano de linho com renda*²⁴⁶.

As fronhas e os lençóis aparecem nos inventários geralmente feitos de pano de linho, brenta ou algodão decorados com babados e rendas. Aparecem também cobertores castelhanos ou feitos com baetão. Na casa de Maria Neves Moreira e de seu marido, o sargento-mor Antônio Luiz de Miranda, havia *uma mesa com 5 palmos de comprimento e 4 de largura com 2 gavetas, uma caixa de madeira branca com fechadura, uma frisqueira lisa, um catre de madeira branca*. Apesar de não haver referência, a cama aparece no inventário de D. Maria, em 1742: *8 colchas de pano de linho, 2 cobertores e alguns lençóis*²⁴⁷.

Florência Pereira possuía em seu sítio *dois catres de madeira branca, duas caixas de linhagem, uma mesa de madeira lisa, dois banco* que já estavam muito velhos, e ainda

²⁴⁴ CSM. *Inventário*. 2º Ofício Caixa 139 Auto 2807. Ano 1734.

²⁴⁵ CSM. *Inventário*. 2º Ofício Caixa 100 Auto 2113. Ano 1738.

²⁴⁶ CSM. *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 87 Auto 1846. Ano 1739.

²⁴⁷ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 44 Auto 1030. Ano 1742.

*quatro mochos*²⁴⁸. A preta forra Rosa Maria da Silva possuía *um catre velho de pau branco, uma mesa pequena, duas caixas velhas e dois barris*²⁴⁹.

IMAGEM 8- Mesa de almoço, século XVIII-XIX



IMAGEM 9 - Preguiceiro-catre, Ouro Preto, século XVIII.



Fonte: SOUZA, L.de M. e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Como já foi dito no primeiro capítulo, muitos portugueses vieram tentar a vida nas Minas e acabaram por aqui ficando. Eles tiveram que adaptar os costumes domésticos com que estavam habituados no reino à realidade dos trópicos. Como afirma Leila Algranti, “*a enorme distância da Metrópole, a ser vencida pelas embarcações, ditou modas e hábitos de todo o tipo*”²⁵⁰. Os colonos tiveram que conviver com a falta de muitos utensílios conhecidos na metrópole. Se garfos já eram bem escassos no reino, na colônia praticamente inexistiam. A média de garfos arrolados é de 6,4 e de colheres é 6,7 por inventário. (Quadro 2)

O uso de talheres só será difundido na colônia no século XIX²⁵¹. Contudo, apesar da precariedade da existência desses utensílios, serão encontrados talheres de prata nos inventários das mulheres de Vila do Carmo. As mais ricas, que tinham maridos com uma posição privilegiada, provavelmente utilizavam esses itens em jantares oferecidos por seus

²⁴⁸ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 89 Auto 1868. Ano 1741.

²⁴⁹ CSM *Inventário*. 2º Ofício. Caixa 64 Auto 1431. Ano 1740.

²⁵⁰ ALGRANTI, L.M. Op.Cit. 1997, p.122

²⁵¹ *Ibidem*. p. 123

maridos, sendo também uma forma de ostentar sua posição econômica e social. Encontramos também nos inventários outras peças de prata, além de peças de cobre e estanho. O estanho, em sua maioria, aparece em forma de pratos e copos.

Há uma presença constante de louças da Índia, principalmente nos inventários das livres casadas. A partir de 1735, o número de louças da Índia aparece com mais frequência revelando a entrada de produtos do oriente na colônia.

Quadro 2
Percentuais médios utensílios arrolados nos Inventários
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750

Barril	1
Tacho (cobre e estanho)	4
Colher	6,7
Garfo	6,4
Faca	6,3
Prato (cobre e estanho)	12
Forno	1
Panela (cobre, estanho, barro)	2
Lavabo	1
Pote (estanho e Barro)	1
Bacia (cobre)	1,2
Tigela (cobre e estanho)	2,7
Caldeirão	1,3
Louças da Índia (xícaras, pratos, sopeiras, etc)	6
Bandeja	1
Copos (estanho e cobre)	3,6

Fonte: CSM. *Inventários Post Mortem*, 1º e 2º Ofícios.

Na casa de João Pinto Álvares, português do Minho, um dos homens mais ricos de Vila do Carmo²⁵², casado com Dona Mariana Corrêa de Oliveira, encontramos 24 *colheres de prata*, 4 *garfos de prata*, 16 *facas de prata*, uma *saladeira de prata*, uma *bacia de cobre*, três *tachos de cobre*, uma *bacia de cobre para lavar os pés*, dois *tachos pequenos de cobre*, uma *bacia de lavar o pé que ficava embaixo da cama*, 6 *torteiras de cobre*, uma *chocolateira de cobre*, três *pratos de estanho*. De louças da Índia, encontramos 7 *pratos grandes*, uma *bacia de lavar as mãos*, 66 *pratos finos, rasos e pequenos*, um *prato fundo*, 2 *tigelas*, 4 *pires*, 2

²⁵² Conforme ALMEIDA, C.M.C de. Op. Cit. 2007.

*sopeiras, 5 tigelas de caldo de galinha, 6 xícaras com pires para chá e ainda 11 xícaras com 5 pires para chá e café*²⁵³.

Percebe-se que, na casa de um casal da elite colônia mineira, havia certa sofisticação e um número maior de utensílios que significava uma tentativa de reviver os costumes do Reino na colônia. Provavelmente, o casal mantinha-se atualizado com relação às práticas da Corte, pois seus filhos, Francisco e João, se achavam em Coimbra estudando, além de suas filhas, Jerônima, Sebastiana e Ana, que também estavam em Portugal.

Percebe-se, no inventário de Dona Mariana, a presença de bacia de cobre que poderia ser utilizada para lavar as mãos antes das refeições. Para Nobert Elias, isso fazia parte da boa educação. Ele ainda lembra que o uso de talheres é sinal de civilidade: “*à mesa deve usar guardanapo, prato, faca, colher e garfo. Seria inteiramente contrário ao bom tom dispensar um destes utensílios à refeição*”.²⁵⁴



IMAGEM 10 - Copos de Estanho, séculos XVII-XVIII

Fonte: SOUZA, L. de M. e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Quase todos os inventários fazem referência ao lavabo, utilizado para lavar pés e mãos, o que nos revela a preocupação com a higiene, ainda que de forma precária. Os lavabos e as bacias para lavar os pés também eram comuns. Antes das refeições, os escravos passavam entre os convivas com a jarra de água, bacia e toalha²⁵⁵. Antes de dormir, lavam os pés, “*hábito atribuído aos paulistas desde os primórdios da colonização*”, para evitar o “*bicho de pé*”.²⁵⁶

²⁵³ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 46 Auto 1050. Ano 1748.

²⁵⁴ ELIAS, N. Op. Cit. 2001. p. 104

²⁵⁵ ALGRANTI, LM. Op. Cit. 1997. p.126

²⁵⁶ *Ibidem*.

Conquanto, o refinamento não se dava apenas entre a população branca. No inventário da crioula Inocência Correia de Daria, aparecem arrolados *5 colheres e 6 garfos de prata, 5 pratos de estanho, 1 prato fino da índia e 1 xícara*²⁵⁷.

Conforme podemos notar no quadro 2, pratos de estanho apareciam com frequência nos inventários. A cozinha tanto de forras como de livres possuía vários utensílios. A tigela e os tachos de cobre eram bem comuns. Havia em algumas residências as chocolateiras, bacias para fazer pão-de-ló, formas, caldeirões de vários tamanhos e alguns alambiques. Havia uma presença considerável de Louças da Índia.

As porcelanas da Índia eram trazidas ao Brasil pelos mais providos, desde o início da colonização. O luxo dos utensílios na mesa estava presente nas residências dos mais abastados, principalmente dos opulentos comerciantes que se beneficiavam dos monopólios régios, trazendo vários produtos para serem comercializados nos portos mais importantes²⁵⁸.

Na cozinha de Dona Mariana Corrêa de Oliveira, constavam vários utensílios: havia *uma bacia de cobre; dois tachos de cobre, um com muito uso e outro novo; 6 torteiras de cobre; um caldeirão e uma chocolateira*, ambos de cobre; e ainda uma bacia de cobre para *fazer pão-de-ló*²⁵⁹.

Maria da Costa da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição tinha *dois tachos grandes, um tacho pequeno e 7 fornões*²⁶⁰. Catarina Rodrigues Sá tinha em sua cozinha *um tacho de cobre, 2 formas de cobre para fazer farinha, um alambique*, além de um total de 12 pratos de estanho entre fundos e rasos.

Conforme Cláudia Mol, a cozinha era um espaço que agregava várias atividades²⁶¹. Na cozinha, as mulheres da casa, além de cozinhar, passavam e bordavam. A cozinha era talvez o local em que as senhoras reclusas tinham maior autonomia e realmente mandavam. Gilberto Freyre, ao falar da culinária, descreve: *“Não só a mandioca; também o caju foi europeizado pela senhora do engenho em doce, em vinho, em licor, em remédio”*²⁶². Freire chama atenção para a africanização da cozinha brasileira e, com certeza, os grandes tachos de

²⁵⁷ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 102 Auto 2125. Ano 1750.

²⁵⁸ ALCRANTI. Op. Cit. p.123

²⁵⁹ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 46 Auto 1050. Ano 1748.

²⁶⁰ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 60 Auto 1325. Ano 1734.

²⁶¹ MÓL, C.C.. Op.Cit. p.61

²⁶² FREIRE. Gilberto. *Sobrado e Mocambos – decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*. Brasília INL, 1977. p.33

cobres, as formas de pão-de-ló e caldeirões eram usados também na casa das senhoras brancas para fazer o pão-de-ló, bolos de mandioca, broas de fubá por suas negras.

2.4.1. Sobre as Negras e seus quitutes

A negra liberta, que foi escrava de João Gomes Rodrigues, Antônia Gomes Ribeira, ao morrer em 1739, deixou *um barril de água, uma trempe de fogão, dois tachos de cobre, um caldeirão de ferro e uma gamela*.²⁶³ A também preta forra Rosa da Silva deixou em seu inventário *um tacho de cobre e um caldeirão*.²⁶⁴ Inocência, crioula forra, deixou *três tachos de cobre, um caldeirão de cobre e três tigelas de estanho*.

Os tachos, tabuleiros e formas de fazer pão-de-ló eram peças que muito provavelmente eram usadas para a fabricação de quitutes, importantes instrumentos de trabalho dessas mulheres.

A historiografia tem se dedicado ao estudo das chamadas “negras de tabuleiros”, que, por meio do seu trabalho, participavam de forma efetiva do comércio colonial. Essas mulheres reproduziam nas Minas uma atividade já praticada na África. Vários estudos, como lembra Sheila Castro Faria, indicam que o pequeno comércio na África era monopolizado pelas mulheres, tanto na Costa da Minas, quanto na região banto, Congo e Angola²⁶⁵. “*Os tabuleiros ficaram famosos pela delicadeza do rendilhado e pela coreografia poética. Doces produzidos por negras e embelezados por negras. Algumas delas, forras, iam vendê-los na rua, exibindo, assim, dotes físicos e culinários*”²⁶⁶.

As negras usavam tachos, tabuleiros, formas para fazer acarajé, vatapá e outros quitutes que eram vendidos nas áreas de mineração aos negros que trabalhavam na extração do ouro. Elas foram acusadas de provocarem conflitos, pois também vendiam bebidas alcoólicas, além de desviarem ouro e diamante. As vendedoras de quitutes foram alvo da legislação que proibia as vendas. Porém, muitas desrespeitavam as legislações, continuando a vender suas mercadorias em locais proibidos ou não.

²⁶³ CSM *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 62 Auto 1343. Ano 1739.

²⁶⁴ CSM *Inventário*. 2º Ofício. Caixa 91 Auto 1961. Ano 1736.

²⁶⁵ Conf. FÁRIA, Sheila de Castro. Op. Cit. e VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico escravo entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Currupio, 1987.

²⁶⁶ QUINTAS, Fátima. A culinária e a Negra. In: *Anais do Seminário de Gastronomia em Gilberto Freire*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2005. p.12.

Com relação às balanças que aparecem em alguns inventários, sua presença se justifica pela necessidade de se pesar o ouro. Na casa de Inocência crioula, havia uma balança, artigo comum entre quem estava envolvido com o comércio. Apesar do rigoroso sistema de arrecadação do *Quinto Real*, havia a possibilidade da circulação de ouro em pó que servia como moeda de troca. Portanto, ter uma balança era uma necessidade fundamental, principalmente para aqueles que dependiam de negócios mercantis²⁶⁷.

Em geral, as atividades dessas negras começavam atreladas aos proprietários. Elas eram chamadas “*escravas de ganho*”. Saíam às ruas para vender produtos no início da semana e voltavam no fim, quando dividiam os lucros com seus senhores. Esta era uma maneira de acumularem renda suficiente para comprar a alforria - na maior parte das vezes, por meio de um sistema de crédito ou “*coartação*”.

IMAGEM 11
Negras de tabuleiros



Fonte: Biblioteca Nacional – Carlos Julião.

2.5. Objetos de devoção

Uma forte característica da sociedade barroca setecentista era a religiosidade. Isso pode ser percebido pelos diversos objetos de devoção que encontramos nos inventários. A devoção religiosa a Jesus Cristo, Nossa Senhora, São Bento, Santana Mestre, dentre outros, estava presente nas jóias, por meio dos crucifixos e verônicas com imagens de santos, e ainda nos oratórios e nas imagens sacras.

²⁶⁷ Ibidem. p.87

Os objetos de devoção que aparecem inventariados geralmente eram de ouro e prata. Havia oratórios dos mais simples aos mais sofisticados e caros. Nossa Senhora da Conceição aparece em grande número, disputando com os crucifixos e imagens de Cristo. Aparecem também muitas verônicas com imagens de santos, estando à frente São Bento.

IMAGEM 12
Oratório doméstico, século XVIII



Fonte: Museu do Oratório Disponível <http://www.oratorio.com.br>, Acesso 14/07/2008.

Os oratórios, os crucifixos e os santinhos, além de objetos de devoção, enfeitavam salas e aposentos por serem ricamente adornados. Eles geralmente eram feitos de madeira branca ou de jacarandá, sendo alguns decorados com a talha dourada. Havia de todos os tamanhos, abertos e fechados,

Cecília Maria de Freitas Figueira percebe que o culto à Virgem era bem difundido, e acredita ainda que a presença destas peças de devoção demonstre a força do culto das imagens em Minas²⁶⁸. Diariamente, os moradores voltavam seus olhares para as imagens de seus santos de devoção e cumpriam o ritual das orações diárias.

Por meio da análise das imagens sacras, podemos perceber a força da religiosidade dentro das Minas, principalmente a religiosidade popular que, como bem lembra Peter Burke, é uma manifestação da cultura popular que se apresenta resistente, como no caso da Europa pós-reforma que, durante muito tempo, permitiu rituais de origem medieval, festas carnavalescas e peças de mistérios²⁶⁹.

²⁶⁸ FIGUEIRA, Cecília Maria F. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998. p.108

²⁶⁹ BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;

As casas da colônia, em geral, eram decoradas com símbolos religiosos, imagens sacras e amuletos que sinalizavam a presença divina no espaço privado do lar. Mas Luiz Mott lembra que nem sempre a relação das pessoas com os objetos de devoção era a mais ortodoxa. Muitos devotos xingavam a Virgem e “maltratavam” os santos, quando não atendidos em suas preces. Uma forma de maltrato era prender as imagens de santo num baú escuro até que ele resolvesse atender ao pedido do devoto²⁷⁰.

Os indivíduos pobres faziam penitências, no sentido de “negociar” graças com os seres divinos. Fazia-se jejum e promessas. E havia muitos que apelavam para o martírio físico, como a autoflagelação. Os mais abastados deixavam dinheiro e bens materiais para celebrações de missa pela salvação das almas verificadas nos testamentos, assunto que nos deteremos a posteriori.

As mulheres, na América Portuguesa, buscavam viver uma vida de oração e penitências dentro do seu próprio espaço privado. As irmãs Maria de Castro e Beatriz da Costa viviam em clausura perpétua dentro de casa, buscando a perfeição divina através do jejum, se açoitando e usando espinhos penetrantes, conforme cita Luiz Mott²⁷¹.

Dona Bernarda Maria de Jesus, todos os dias, fazia suas orações diante do oratório de jacarandá com uma bela moldura, e tinha no peito uma medalha feita de ouro com a Imagem de Nossa Senhora da Conceição. Ela também tinha uma imagem de Nossa Senhora da Conceição feita de ouro²⁷².

Dona Eleutéria Maria de Jesus também tinha uma corrente de ouro com a medalha benta de Nossa Senhora da Conceição (18\$480)²⁷³. Dona Feliciano Corrêa, moradora da Freguesia do Senhor Bom Jesus, levava no peito uma corrente avaliada em 6\$300 com a Verônica de São Bento, além de ter uma imagem de Nossa Senhora da Conceição²⁷⁴.

As imagens, crucifixos, oratórios além de serem objetos de devoção, adornavam os domicílios e ainda eram verdadeiros investimentos de capital, pois muitos oratórios, por exemplo, vinham adornados de ouro e eram valiosos. Um oratório de cedro liso encontrado no inventário de Ana Gonçalves valia 3\$600. E ainda havia a uma imagem de Jesus Cristo que foi avaliada em 18\$000 e uma imagem de Santo Antônio de 6\$000. Se compararmos a um boi

²⁷⁰ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência: entre a capela e o calundu.. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁷¹ Ibidem.

²⁷² CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 110 Auto 2263. Ano 1736.

²⁷³ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 120 Auto 2497. Ano 1732.

²⁷⁴ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 87 Auto 1841. Ano 1739.

avaliado em 12\$000, as imagens adornadas em ouro, além de expressar devoção religiosa, tinham valor econômico considerável.

A crioula Úrsula tinha três imagens: uma do Senhor Jesus, outra de Santo Antônio e outra de Nossa Senhora da Conceição, além da imagem do menino Jesus feita de ouro. Havia também a preta forra que, além de uma medalhinha da Virgem, possuía um fio de corais esmaltado de prata.

Os símbolos da religião católica também estavam presentes nas casas das negras forras. Eduardo França Paiva defende que, na convivência cotidiana, foram impostos aos africanos e seus descendentes valores culturais, hábitos, práticas e representações de seus senhores. Segundo o autor, houve também incorporações espontâneas de alguns traços culturais característicos da sociedade européia²⁷⁵.

As forras, ao mesmo tempo, possuíam fios de contas de corais e uma medalhinha de Nossa Senhora. Diante disso, podemos afirmar que havia um processo de mão dupla, onde se preservou a identidade e adaptou-se à realidade cultural da colônia.

A religiosidade colonial foi marcada em muita medida pela carência de párocos, e também pela falta de instrução do clero colonial para orientar as almas²⁷⁶. Diante disso, desenvolveu-se uma religiosidade popular expressa em grande parte no espaço privado, levando a certos desvios e práticas pouco ortodoxas.

As negras, por exemplo, tinham em suas residências os oratórios e seguiam o ritual cristão, mas, paralelo a isso, faziam simpatias amorosas, curavam de mal olhado, ventre caído, entre outros males. Por agora, não aprofundaremos tanto nessa questão, pois oportunamente a retomaremos. Nesse momento, é importante frisar que as imagens sacras e os crucifixos, além das jóias com imagens de santos e da Virgem, evidenciam que a religião fazia parte da vida cotidiana das Minas setecentistas.

As mulheres tanto forras como livres, em seu cotidiano, exerciam certos poderes, ainda que umas mais que as outras. As brancas da elite colonial se impunham ao lado de seus maridos, buscando fazerem-se presentes no espaço público, ostentando-se por meio de roupas e de suas ricas jóias. As negras forras, por sua vez, através da atividade comercial, conseguiram algum status econômico. Por meio de adornos e roupas, elas buscaram dialogar com suas heranças culturais e sua nova condição, e ainda tentaram se impor, distinguindo-se e se afastando da antiga condição. Pretendeu-se, através da análise dos utensílios domésticos,

²⁷⁵ PAIVA, E.F.. Op.cit. 2001, p.93

²⁷⁶ MOTT, L. Op.Cit. 1997.

como os vasilhames e objetos de devoção, adentrar no espaço privado das mulheres setecentistas.

Daqui para frente, analisaremos os bens imóveis e a posse em escravos, buscando caracterizar os diferentes perfis econômicos e as possibilidades de autonomia econômica das mulheres livres. Analisaremos ainda a posse de escravos e as formas específicas de sobrevivência e enriquecimento das mulheres forras.

CAPÍTULO 3 - PROPRIETÁRIAS DE TERRAS E “GENTES”: ANÁLISE DAS ATIVIDADES AGROPASTORIS E DA POSSE DE ESCRAVOS

3.1. Produção agropastoril: repasse historiográfico

Minas Gerais nasceu das atividades de extração de ouro e diamantes, não se limitando, contudo, a apenas estas. As crises de abastecimento, no início dos setecentos, induziram a produção de gêneros que caminharam lado a lado com as atividades mineratórias. Antes de partimos para as atividades econômicas reveladas pela análise dos inventários das mulheres, faremos um breve repasse historiográfico, com relação à presença da atividade agropastoril na região das Minas.

A historiografia tradicional²⁷⁷ tendeu por vários anos a não dar a devida importância às atividades agrícolas. E ainda houve aqueles que defenderam a tese da inexistência dessas atividades na região das Minas. Justificando tal forma de abordagem, uma das hipóteses mais utilizadas por esta linha interpretativa é a idéia de que as regiões perto das lavras não se apresentavam favoráveis às atividades agropastoris. Por isso, “*parte do abastecimento da população (...) teve que recorrer-se, a princípio, a territórios não muito próximos*”²⁷⁸.

Outra afirmação muito recorrente nestes estudos é a idéia da incontrolável atração exercida pelo ouro. O referencial para esta linha interpretativa foram as análises desenvolvidas por Mafalda Zemella, com seu trabalho intitulado *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais do Século XVIII*, que, em 1951, saiu em formato de tese. Neste estudo, a autora se preocupou em tratar do abastecimento da população da região aurífera. Contudo, apesar de sua importância inegável, apresentou uma análise superficial sobre a produção interna de gêneros de primeira necessidade. A autora afirma que, “*no início da mineração, a atividade orientada para a agricultura era uma exceção tímida e absolutamente*

²⁷⁷ Alguns estudos citados por REIS, L.M. e GUIMARÃES, C.M. Op.Cit, 1986: PELUSO, Washigton Albino. *A estrutura sócio-econômica no ciclo do ouro*. IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais, polo de desenvolvimento no século XVIII*. CANO, Wilson. *Economia de ouro em Minas Gerais*. LATIF, Miron de Barros. *As Minas Gerais*. e FILHO, João Dornas. *Aspectos da economia colonial*.

²⁷⁸ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. p.57

insuficiente”²⁷⁹, pois não era interessante desviar a mão-de-obra escrava para outras atividades sem ser aurífera. Zemella, portanto, não dá a devida importância à produção interna dentro da Capitania.

Em 1986, Liana Maria Reis e Carlos Magno publicaram um importante estudo que demarcaria a consolidação de uma nova forma de se pensar as atividades agropastoris nas Minas. Neste artigo, os autores criticam as teses tradicionais sobre a inexistência da agricultura e afirmam a existência de atividades agrícolas na região das Minas Gerais, demonstrando que a agricultura ali praticada servia para o consumo interno das unidades produtivas e que tinha um caráter mercantil²⁸⁰. Reis e Guimarães levaram em conta os dados das sesmarias e a quantidade, encontrados no Arquivo Público Mineiro, que apontam um grande desenvolvimento da agricultura.

As cartas de sesmarias nos permitem perceber o caráter parcialmente escravista da agricultura mineira. Contudo, tal fonte não nos permite analisar as estruturas fundiárias. Para tanto, seria preciso cruzar as informações das cartas de sesmarias com outros documentos, como por exemplo, os inventários *post mortem*, assunto sobre o qual nos debruçaremos mais tarde.

Ângelo Carrara, no esforço de analisar as estruturas fundiárias das Minas setecentistas, lançou luz sobre os registros notoriais, confiscos, registro de entradas de mercadorias e listas de dízimos. Com isso, o autor conseguiu mapear os contornos das articulações mercantis no interior das Minas²⁸¹. Carrara, em seu estudo, percebeu que, desde muito cedo, a atividade agrícola e pecuária atingiram um nível de rendimento que permitiu a estabilização dos preços dos gêneros destinados ao abastecimento²⁸² na região.

Desde os primeiros tempos de ocupação do território, Minas Gerais se configurou como um conjunto de regiões economicamente heterogêneas onde, como lembra Ângelo Carrara, foram fixados determinados padrões de agricultura e pecuária²⁸³. Os sistemas agrários ali presentes demandaram extensões de matas virgens, capoeiras e terras lavradas. E isto “*valia tanto para o sistema de agricultura de corte e queima de matas, quanto para a pecuária em grandes extensões*”²⁸⁴.

²⁷⁹ ZEMELLA, Mafalda P. Op.Cit. 1990, p.234

²⁸⁰ REIS, L M e GUIMARÃES, C. M. Op.Cit. 1986, p.23

²⁸¹ CARRARA, Â. A. Op.Cit. 1997. p.53

²⁸² Ibidem. p.85

²⁸³ Ibidem. p.52

²⁸⁴ Ibidem. p.158

Júnia Ferreira Furtado, ao tratar do distrito diamantino, afirma que, apesar da grande ligação que a região tinha com a Real Extração, havia paralelamente outras inúmeras atividades econômicas às quais a população se dedicava²⁸⁵. José Newton Coelho de Meneses, ao estudar inventários e testamentos da comarca do Serro Frio, vai ao encontro da afirmação de Júnia F. Furtado, pois percebe que, mesmo entre as famílias mais abastadas, os produtos vindos da metrópole ou de outros locais da Europa não eram tão consumidos. O que estava presente na dieta alimentar eram os gêneros da terra, sobretudo milho, fubá, feijão, arroz, carne e peixe. Meneses afirma ainda que, no contexto do auge da extração de diamante, o mercado interno esteve em grande desenvolvimento.

Meneses percebeu que a Capitania das Minas Gerais, ao longo do século XVIII, desenvolveu-se como um importante complexo abastecedor. Segundo o autor, a atividade agropastoril visava abastecer a população das Minas que se apresentava com uma base econômica diversificada e urbana²⁸⁶. Conforme Meneses, a agricultura participou de forma significativa no processo endógeno de acumulação, estando vinculada à economia mineral exportadora²⁸⁷.

Cláudia Maria das Graças Chaves, ao se debruçar sobre as atividades dos mercadores das Minas, também percebeu a complexa estrutura produtiva interna da Capitania voltada para o abastecimento. Com relação à atividade agropastoril para o abastecimento do mercado interno, a autora afirma que esta atividade se desenvolveu desde o início das primeiras décadas do século XVIII²⁸⁸.

A Coroa portuguesa desenvolveu o importante papel de incentivar o surgimento do mercado interno por meio de bandos, editais, ordens e pautas de preço. Com o objetivo de evitar motins, as autoridades coloniais presentes nas Minas “*estimularam a produção agropastoril nas proximidades das vilas e arraiais*”, assim como “*a venda direta dos víveres pelos próprios roceiros*”²⁸⁹. Por meio do controle de preços e de uma oferta satisfatória de produtos utilizados na sobrevivência, a Coroa portuguesa visava o controle da ordem social.

²⁸⁵ FURTADO, Júnia. F. *O Livro da capa verde. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

²⁸⁶ MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. p.51

²⁸⁷ Ibidem. p.198.

²⁸⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

²⁸⁹ SILVA, Flávio Marcus da. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira: coletânea de trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002.v. 4.p.345b

Flávio Marcus da Silva lembra que os alimentos básicos que, de maneira nenhuma, poderiam faltar na mesa de grande parte da população eram: o feijão, o milho, a farinha de mandioca, o fubá, a carne e o toucinho. Portanto, segundo Silva, esses alimentos tinham importância política, e, por conseguinte, a produção e comercialização exigiam atenção constante das autoridades²⁹⁰.

Alguns estudos tradicionais defendem que, diante do contexto da crise da mineração, a atividade agropastoril teria se atrofiado, resultado natural da decadência aurífera. A economia, diante da situação de crise, perderia a vitalidade, o que refletiria sobre a sociedade produzindo “*uma massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência*”²⁹¹. Estudos atuais caminharam em direção contrária a esta afirmação, percebendo uma dinamização das atividades econômicas, mesmo diante da crise mineratória. Demonstraram que a região das minas apresentou um grande dinamismo que ia além da exploração do ouro, e um ritmo de desenvolvimento que transitara entre a crise e a prosperidade²⁹². Carla Maria de Almeida Carvalho, ao lançar luz sobre os inventários de Mariana, percebeu a “*concomitância das atividades mineradoras e agropastoris tanto no tempo quanto no espaço*”²⁹³.

Concluindo, a historiografia atual não tem dúvida sobre a presença e a importância econômica das atividades agropastoris dentro da sociedade mineradora setecentista. Essas atividades abasteceram a população por meio de um consolidado mercado interno e ainda significaram uma forma de enriquecimento para muitos.

Nos próximos itens, debruçar-mos-emos sobre as unidades produtivas encontradas nos inventários das mulheres setecentistas, buscando traçar um perfil econômico.

3.1.1. Unidades produtivas: análise das atividades econômicas

A posse das inventariadas

Nesse primeiro momento, voltaremos nossa atenção para as ferramentas, bens de raiz, criações e produtos agrícolas que possam nos ajudar a revelar um pouco do perfil das

²⁹⁰ Ibidem. p.346.

²⁹¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.p.93

²⁹² SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

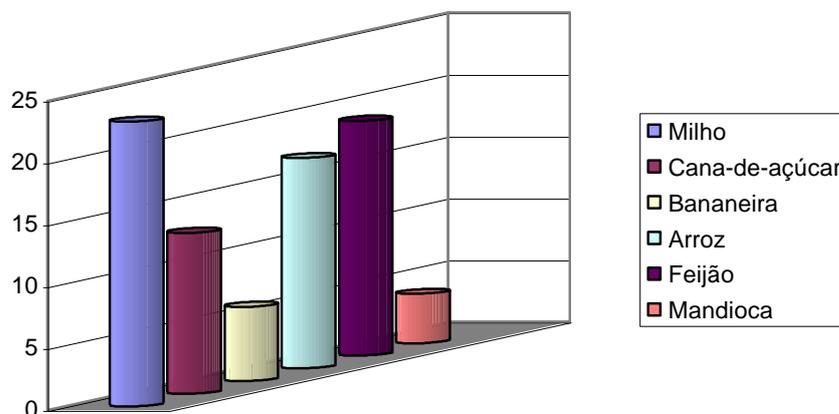
²⁹³ ALMEIDA, C.M. C.de. Op.Cit. 1994.p.33

unidades produtivas pertencentes às mulheres de Vila do Carmo e, por conseguinte, o seu perfil econômico. É preciso considerar que a maioria das mulheres inventariadas, encontradas em Vila do Carmo e seu termo, nesse período, eram livres e casadas, sendo que, ainda havia as solteiras e viúvas, divididas entre forras e livres.

O trabalho agrícola na região das Minas setecentista caracterizou-se por utilizar técnicas rudimentares de plantio. Derrubava-se o mato e queimavam-se as madeiras. As cinzas faziam o papel de fertilizante do solo. Posteriormente, abriam-se buracos no solo e ali se lançavam as sementes. Depois desse processo, pouco trabalho era feito, variando de acordo com o tipo de cultura²⁹⁴. É preciso ressaltar, segundo nos aponta Ângelo Carrara, os aspectos geográficos setecentistas que apresentam duas paisagens distintas. Havia os sítios que podiam estar “nas áreas de ocorrências de jazidas minerais ou à beira das principais estradas e caminhos que lhes acessavam”, e outra paisagem, “a sertaneja curraleira, que abrangia as fazendas”²⁹⁵.

No interior dos domicílios das Vilas mineiras, desenvolveram-se “indústrias caseiras”, com o objetivo de abastecer o mercado interno e ainda para o consumo próprio. Nas unidades produtivas onde a quantidade produtiva era maior, foi necessária uma maior sofisticação dos utensílios. Para os que produziam a farinha de milho, os fornos de cobre foram de grande importância para a torrefação, assim como, para os produtores de aguardente, as moendas e alambiques foram fundamentais.

GRÁFICO 7
Produção agrícola das Unidades produtivas inventariadas
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750



Fonte: CSM, Inventários *post mortem*, 1º e 2º Ofício.

²⁹⁴ Ibidem. p. 167.

²⁹⁵ CARRARA. A. A Op. Cit. 1994, p.158.

Nos inventários analisados, encontramos recorrentemente a presença do plantio de milho, feijão e arroz, além das referências ao plantio de cana de açúcar (Gráfico 1). Caio Prado Júnior destaca que a produção de mandioca era mais cultivada no Brasil colonial superando o milho²⁹⁶. Contudo, esse alto consumo de mandioca e de sua farinha se aplicava a região norte da colônia. No caso das Minas havia o predomínio do uso do milho, idéia compartilhada por Caio Prado Júnior, que, baseado nos relatos de Saint-Hilaire, afirma que o milho era mais cultivado nas Minas do que a mandioca²⁹⁷. Essa conclusão vai ao encontro do que encontramos nos inventários analisados, onde se vê a presença em quase todo o período coberto pela pesquisa da plantação de milho.

A atividade para se obter a farinha era tipicamente feminina. Provavelmente, as senhoras ou suas escravas colocavam os grãos para serem preparados em grandes travessas de cobres até se tornarem pequenos grãos. Depois, eram levados ao fogo para seca. Para os que produziam a farinha de milho, os fornos de cobre foram de grande importância para a torrefação. Nos inventários no período entre 1713-1735, aparecem 7 fornos de cobre; e de 1736 a 1750, encontramos 9 fornos de cobre.

As técnicas para se obter a farinha foram aprendidas com os índios e aperfeiçoadas pelos portugueses²⁹⁸. Com essa farinha, faziam-se os bolos e quitutes. Mônica Chaves Abdala faz referência a um *estilo da cozinha mineira* e destaca a importância do milho nos diversos cardápios. O milho pode ser consumido cozido ou assado, ou ainda feito como mingau. Do milho, fazia-se o fubá, de onde poderia sair belos bolos e bom angu. O milho também servia para alimentar os animais criados nos quintais e para muares das tropas²⁹⁹. Sobre o processo de fabrico da farinha de milho, temos o seguinte relato, datado de 1750:

Para se fazer a farinha de milho, se toma ao milho em grão ou se coloca em um pilão. Depois de estar quebrado ou aquela casquinha que o grão tem bem fora, se sacode o tal milho e se coloca [em] cochos ou gamelas de pau, e ali está de molho em água que o cobre... E, no fim de oito dias, que já está mole, se lava muito bem e se bota ao dito pilão, a pesar com a dita mão. E assim, se vai fazendo em farinha, a que chamam fubá (...). E, feito assim em fubá, se coloca em tacho ou forno de cobre... vai se torrando...³⁰⁰

²⁹⁶ PRADO JR. Caio. Op.Cit. 1976. p.165.

²⁹⁷ Ibidem. p.166-7.

²⁹⁸ ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano XLII, n 2 Jul-Dez, 2006. p.121.

²⁹⁹ Conforme Abdala o angu é termo originado dos bantos. É feito com água fervente e fubá forma que se popularizou no Brasil. Ibidem. p.121.

³⁰⁰ CÓDICE Costa Matoso. Op.Cit. 1999, p. 777.

O feijão também estava bastante presente na dieta alimentar da população das Minas. Os africanos conheciam vários tipos de feijão. Inicialmente, ele fará presença constante no prato dos escravos: *“misturado ao dendê, cozinhavam-no até virar uma pasta espessa, e comiam-no acompanhado de farinha. Uma forma de pirão escaldado, como o dos indígenas³⁰¹”*. Os tropeiros também se alimentavam do feijão. Cozinhavam o feijão e comiam-no misturado com farinha e toucinho. Ao feijão, também vai se misturar os pés, as orelhas e o rabo do porco para se comer.

O feijão normalmente era semeado entre o a plantação do milho. Esse dois produtos agrícolas poderiam ser plantados tanto para o consumo próprio como para fins de comercialização. O arroz³⁰² aparece em menor quantidade. Ainda sim, pode ser considerado um alimento de primeira necessidade, e podia ser cultivado no mesmo terreno que o milho³⁰³.

Na propriedade de Ângela de Santa Cruz de Santa Rita, havia uma plantação de 500 alqueires de milho. Nas ferramentas arroladas, aparecem, além das enxadas e foices, 12 formas e 2 fogões que provavelmente eram usado para o fabrico de farinha de milho³⁰⁴.

Em alguns inventários, aparecem plantações de cana-de-açúcar, e ainda são arrolados barris, alambiques e funis. Nos inventários, encontramos um total de 21 alambiques. Era comum moer cana-de-açúcar nos engenhos para se fazer aguardente e açúcar, sendo que parte da produção podia ser remetida para o Rio de Janeiro, mas, conforme Carla Almeida, quase sempre, seu destino era abastecer o mercado interno³⁰⁵. Almeida aponta que era comum a conjunção do cultivo de produtos agrícolas tipicamente destinados à subsistência paralelamente a produção de gêneros exportáveis³⁰⁶.

Em 1714, a Coroa portuguesa proibiu a construção de novos engenhos em Vila Rica. Contudo, a ordem da Coroa não se efetivou, e o que se viu foi o crescimento da construção de novos engenhos e alambiques, conforme relata Kenneth Maxwell:

Embora fosse necessário um período de cultivo maior para produzir açúcar em Minas do que mais perto do litoral, as primeiras duas décadas do século XVIII assistiram ao rápido crescimento do número dos engenhos e uma crescente

³⁰¹ Ibidem. p. 121.

³⁰² Conforme Abdala o arroz vai se popularizar no século XIX, sendo muito utilizado em Minas com açafreão hábito aprendido com os portugueses. ABDALA. Op. Cit. 2006, p.126.

³⁰³ ALMEIDA, C.M.C. de. Op.cit. 1994, p.146.

³⁰⁴ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 30 Auto 724. Ano 1744

³⁰⁵ ALMEIDA. C.M.C.de. Op.Cit. 1994, p.159

³⁰⁶ Ibidem. p.168-9

produção de açúcar e de cachaça para o consumo local³⁰⁷.

Da cana-de-açúcar, era possível fazer o açúcar, o melado, a rapadura e a aguardente, sendo este último o mais apreciado pela população mineira. A plantação de cana-de-açúcar aparecia associada a outras culturas, como a de milho e a criação de gado. Em Vila Rica, no ano de 1750, Caetano da Costa Matoso escreveu:

Planta-se a cana em todo o tempo, e, em todo o tempo, se costuma, nestas Minas, fabricá-las. E o maior fruto que, nestas Minas, se tira da cana é, todo o ano, por redondo, fazer-se aguardente dela, a que vulgarmente chamam cachaça (...). Nestas Minas, já hoje se faz muito açúcar. E, tanto em povoado como cá, não se corta cana para açúcar, senão em tempo seco. E há de ser a cana boa [e] limpa...³⁰⁸

No inventário da mulher de Domingos Fernandes de Carvalho, D. Ângela da Cruz de Santa Rita, foi declarado um sítio de sua vivenda, localizado na Freguesia do Senhor Bom Jesus de Furquim, avaliado em 3:600\$000. Em sua propriedade, há referência a 500 alqueires de plantação de milho. Entre as ferramentas arroladas, aparecem 13 enxadas, 11 foices, 6 machados, além de 8 faquinhas de cortas cana-de-açúcar, uma serra de moer, um cortante de ferro e uma alavanca grande³⁰⁹.

O casal Antônio da Silva de Araújo e Catharina Rodrigues de Sá era sócio de João Rodrigues de Sá. A sociedade se dedicava à produção de açúcar e água ardente. No inventário de Catharina Rodrigues de Sá – sócia e irmã de João Rodrigues de Sá – aparecem declarados um sítio e um engenho avaliados em 750\$000. Para a plantação de cana-de-açúcar, eles contavam com 7 enxadas. Para a fabricação da água ardente e açúcar, apareciam arrolados “12 *cachos de taboas que serve de garapa*”, “1 *funil de pinga (sic) de zinco*”, uma barril pequeno com arcos de ferro, além dos 40 barris. Na propriedade da sociedade, provavelmente plantava-se milho também, pois há referência a um “*coxo de taboa que serve para deixar o milho de molho*”³¹⁰.

Portanto, como se pode perceber, a atividade agrícola na região de Vila do Carmo tinha grande importância para subsistência dos domicílios. E ainda, verifica-se que é muito provável a existência de unidades produtivas que produziam excedentes de mantimentos, com

³⁰⁷ MAXWELL. Kenneth. Op.Cit. 1978, p.111.

³⁰⁸ CÓDICE Costa Matoso. Op.Cit. 1999.

³⁰⁹ CSM. 1ºOfício. Códice Caixa 30 Auto 724. Ano 1744.

³¹⁰ CSM. 1ºOfício. Códice Caixa 74 Auto 1555. Ano 1739.

o objetivo de comercializá-los nas Vilas e arraiais. Conclui-se que produzir alimentos para o abastecimento do mercado interno se apresentava como uma alternativa interessante para aqueles que não se dedicavam à extração aurífera.

Algumas empresas mineradoras, a propósito, dependiam da produção de alimento de outros roceiros para garantir a subsistência da mão-de-obra escrava. Para os mineradores e comerciantes que tinham interesse em diversificar suas atividades buscando aumentar os lucros, a concomitância das atividades mineradoras com a produção agrícola era uma opção bastante interessante.

As principais fortunas das Minas advinham de empresas mistas de lavras e roças. Diante dos exorbitantes gastos com a mineração e a efetivação da cobrança do quinto, a atividade encareceu ainda mais. Isso favoreceu a associação da mineração com atividades de produção de gêneros alimentícios para o abastecimento local³¹¹. Foices, enxadas e almocafres se misturavam com as ferramentas dos sítios.

As inventariadas, junto com seus maridos, tinham maior riqueza quando envolvidas em atividades auríferas, e ainda quando a propriedade se dedicava a mais de uma atividade. Podemos observar tal fato, analisando os *montes mores* de algumas inventariadas que arrolaram datas minerais e plantação de algum mantimento (Quadro 3).

³¹¹ DIAS, M. O. L. S. Nos sertões das gerais e do rio das Velhas 1708-1730. In: Luis Gomes Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fiocruz/ FAPEMG, v. 1, p. 45-106, 2001. p.91

QUADRO 3
Unidades Produtivas e Monte-Mor das Inventariadas de Vila do Carmo e seu termo.

Ano	Inventariada	Inventariante	Unidade Produtiva	Escravos	Monte Mor
1715	Francisca Luiz	Domingos Pimenta das Neves (Cônjuge)	Datas mineiras e plantação de bananeiras e de milho	36	5:179\$800
1733	Euleutéria Maria de Jesus	Silvestre Rodrigues Negrão(Cônjuge)	Plantação: 8 alqueires de arroz, 8alqueires de milho e 40 alqueires de feijão. 4 sítios alugado a outras pessoas.	28	6:379\$985
1734	Joana Maciel da Costa	Capitão Manoel Rodrigues Passos (Cônjuge)	Roça e serviço de mineração	39	10:103\$475
1734	Maria da Costa	Amaro Ferreira Marinho (Cônjuge)2 marido	1 sítio com casa de vivenda com plantação de cana-de-açúcar e milho.	14	2:723\$700
1739	Barbara Pereira da Cruz	Capitão Domingos Lopes da Cruz (Cônjuge)	500 alqueires de Milho e serviço de mineração	28	3:895\$520
1739	Ana Francisca Rider	Capitão Nogueira Ferreira (Cônjuge)	Datas minerais e plantação de bananeiras	19	3:972\$750
1739	Catarina Rodrigues de Sá	Antônio da Silva de Araújo (Cônjuge)	Fazenda e Engenho	8	1:990\$125
1741	Florência Pereira	Francisco Pacheco (Cônjuge)	1 sítio com 15 alqueires de plantação	3	88\$320
1742	Maria das Neves Moreira	Sargento-mor Antônio Luiz de Miranda (Cônjuge)	serviço de mineração e um sítio	47	7:992\$000
1742	Maria Soares	Antônio Lopes Francisco (Cônjuge)	350 alqueires de milho e 50 de alqueires de feijão. 15 datas minerais.	11	4:827\$600
1744	Angela da Cruz de Santa Rita	Domingos Fernandes de Carvalho (Cônjuge)	500 alqueires de Milho e um sítio. Um engenho em sociedade	18	4:126\$850
1748	Mariana Correia de Oliveira	Capitão João Pinto Alves (Cônjuge)	Datas minerais e possui um sítio	78	32:164\$500
1749	Mariana Rodrigues Leal	Licenciado Manoel Rodrigues da Costa	1 roça com 20 alqueires de plantação	9	1:768\$463

Fonte: CSM, *Inventários Post Mortem*. 1º e 2º Ofício.

Através dessas inventariadas e de seus montes-mor, é possível perceber que as propriedades que associavam mais de uma atividade econômica conseguiam acumular maior riqueza. Francisca Luis e seu marido Domingos Pimenta das Neves, além de plantar banana e milho, possuíam datas minerais. É possível inferir que, além do serviço de mineração, comercializavam seus produtos agrícolas. Na propriedade do casal, havia 36 escravos, provavelmente destinados ao trabalho nas datas minerais e também aos trabalhos agrícolas³¹². O capitão Domingos Lopes da Cruz e sua esposa Barbara Pereira da Cruz, além de estarem envolvidos no serviço de mineração, dedicavam-se a plantação de milho que, provavelmente, se destinava a subsistência e o excedente era comercializado³¹³.

No inventário de Mariana Correia de Oliveira, foi declarado o monte-mor de 32:164\$500. Seus bens mais valiosos são os 78 escravos e as datas minerais. Havia também o sítio onde se plantava, provavelmente, para a subsistência da unidade produtiva. Joana Maciel da Costa e seu marido, o Capitão Manoel Rodrigues Passos, além de possuírem uma roça, estavam envolvidos com a mineração. No inventario de Joana, em 1733, foi declarado um monte-mor de 10:103\$475³¹⁴.

Se observarmos o Quadro 1 e compararmos o monte-mor das inventariadas que, além de estarem envolvidas com as atividades agrícolas, aparecem declarando o envolvimento com a mineração, as inventariadas, que só estão envolvidas com atividades agrícolas em pequenas unidades produtivas, apresentam montes-mor menores. É o caso de Maria da Costa, que foi casada com André Moraes e, ao ficar viúva, recorreu ao segundo casamento com Amaro Ferreira Marinho. Depois de ter a filha do segundo casamento, faleceu em 1734. Em seu inventário, aparece arrolado um sítio onde se plantava milho e cana-de-açúcar, que, provavelmente, eram comercializados em forma de farinha de milho, cachaça, rapadura. Contudo, a maior parte dos seus bens é composta pela posse de escravos que representa 2:006\$400 do patrimônio³¹⁵. Assim, também o casal Catarina Rodrigues Sá e seu marido Antônio da Silva de Araújo, que possuíam monte-mor de 1:990\$125.

No inventário de sua senhora, Antônio da Silva de Araújo declarou apenas como bens de raiz uma fazenda e um engenho³¹⁶. No inventario de Florência Pereira, seu marido

³¹² CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 89. Auto 1870. Ano 1715

³¹³ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 16. Auto 478. Ano 1740.

³¹⁴ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 46. Auto 1050. Ano 1748.

³¹⁵ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 60. Auto 1325. Ano 1734.

³¹⁶ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 74. Auto 1555. Ano 1739.

Francisco Pacheco declarou um sítio com 15 alqueires de plantação, e foi declarado um monte-mor de 88\$320. Para ajudar no serviço, o casal contava com apenas 3 escravos³¹⁷.

É possível, então, concluir que a associação de atividades minerais, com atividades agropastoris, levava ao maior enriquecimento das unidades produtivas, em relação àquelas que estavam apenas envolvidas com as atividades agropastoris e provavelmente vendiam o excedente.

Para traçar o perfil econômico das inventariadas, recorreremos também aos elementos materiais que eram utilizados para o trabalho. Lançamos o olhar sobre as ferramentas arroladas que nos revelam pontos importantes sobre o tipo de atividade econômica, e também a forma como se dava o plantio. Conforme nos mostra o Quadro 2, encontramos arrolado um número considerável de machados, enxadas, almocafres e foices, além de outras ferramentas.

QUADRO 4
Número médio de ferramentas e Utensílios
das Unidades Produtivas
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750

Machado	4,1
Enxada	7,2
Foices	6,2
Facão	3,2
Alavancas	3,5
Bateia	1
Alambique	2
Balança	1,1
Forno de cobre	1
Almocafres	7,2
Martelo	1
Roda de Minerar	1
Serra de Moer	1

Fonte: CSM, *Inventários post mortem* 1º e 2º Ofício.

Por meio da análise das ferramentas e utensílios arrolados nos inventários de Vila do Carmo e seu termo, pode-se inferir que existia uma simplicidade nas técnicas agrícolas, explicada, em muita medida, pelo número de terras virgens existentes que possibilitam um

³¹⁷ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 89. Auto 1868. Ano 1741.

pousio maior e, por conseguinte, não se justificava o desenvolvimento de uma agricultura intensiva que levaria, por consequência, em empreendimento maior de mão-de-obra escrava.

No quadro 4, não há referência ao arado, fato que é recorrente também nos inventários da Segunda metade do século XVIII, em Mariana³¹⁸. Segundo Carla Almeida, o uso do arado “*seria de fato irracional*”³¹⁹, diante das condições de relevo de Mariana. Na agricultura de coivara, o terreno queimado apresenta resíduo, e é possível trabalhar com cavadeiras e enxadas³²⁰.

A presença de almocafres nos ajuda a perceber as inventariadas que estavam envolvidas com atividade mineradora. Os almocafres consistiam em um pedaço de couro que ficava pendurado na ponta da canoa, com pelos voltados em sentido contrário da água, por onde passava o lodo³²¹.

As balanças também são recorrentes nos inventários, sendo grandes e pequenas. As balanças grandes, nas propriedades de corte, poderiam ser utilizadas para pesar a carne. Podiam também ser utilizadas para pesar a farinha de milho e o feijão nas vendas do mercado interno. As pequenas balanças também eram necessárias para os que viviam de negócios mercantis. Diante da possibilidade de circulação do ouro em pó, e muitas vezes diante da dificuldade de alguns mineradores em juntar uma quantidade de ouro suficiente para formar uma barra, a balança se tornava necessária para pesar, pois o ouro em pó funcionaria como moeda de troca.

Joana Maciel da Costa e seu marido, Capitão Mor Manuel Rodrigues Passos, estavam envolvidos na atividade de mineração. Além da roda de minerar, contavam também com uma balança³²². Inocência Correa de Faria, crioula, forra e viúva, provavelmente vivia de costurar. Em seu inventário, encontramos uma fiadeira, uma tesoura de alfaiate pequena, além de um ferro de alfaiate pequeno. Para receber os proventos de suas encomendas, sua balança lhe era muito necessária³²³.

Josefa Correa, também forra, tem arrolados tachos de cobres de todos os tamanhos. Podemos inferir que vivia de vender quitutes ou estava envolvida em outra atividade comercial. A presença de uma “*balança de pesar ouro*” aumenta esta hipótese, já que

³¹⁸ Conf. ALMEIDA., C. M.C. de. Op.Cit.

³¹⁹ Ibidem.p.171

³²⁰ Ibidem. p. 172

³²¹ DIAS, M. O. L. S. Op.Cit. 2001, p.68

³²² CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 148 Auto 3106. Ano 1734.

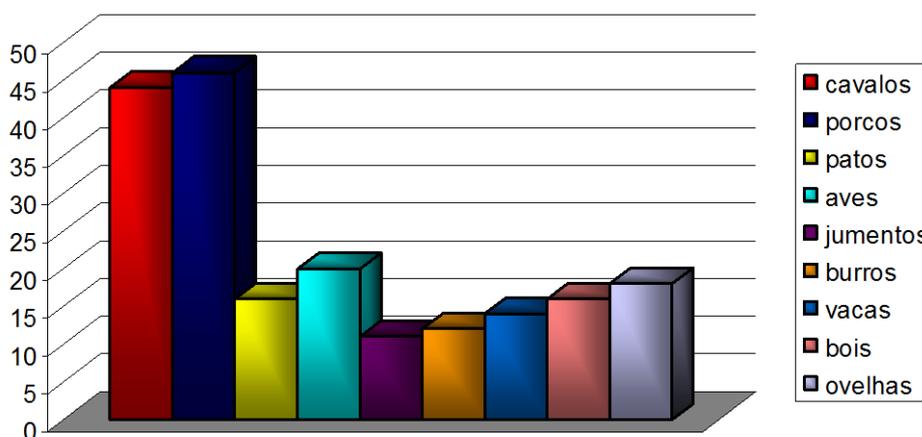
³²³ CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 102 Auto 2125. Ano 1750.

provavelmente recebia em ouro em pó³²⁴. Mariana de Freitas Furtado tinha com seu marido João Pereira Lisboa uma loja de tecidos. Em seu inventário, também aparece arrolada uma balança muito necessária em sua venda³²⁵.

Os inventários nos revelam também o envolvimento das proprietárias – a maioria junto de seus maridos – em atividades agropastoris, sendo que muitas aparecem conjugadas a atividades agrícolas ou atividades de mineração. Dos 88 inventários analisados de 1º e 2º Ofício, 51 possuíam referência a sítios, ranchos, roças ou fazendas. Destes, 23 mencionavam junto da produção agrícola a criação de porcos, cavalos, gado bovino e ovelhas, e 28 inventários fazem referência à criação de porcos, cavalos, touros entre outras criações.

Vejamos alguns exemplos desta conjugação de atividades. Ana Maria de Borba, além de estar envolvida com atividades mineratórias, possuía em sua roça no Sumidouro dois leitões pequenos, 12 patos, 12 aves, 2 cavalos, sendo que um deles possuía sela³²⁶. Na propriedade do casal Domingos Fernandes de Carvalho e D. Ângela da Cruz de Santa Rita, além dos 500 alqueires de milho, aparecem 4 cavalos, 2 porcos, 4 bois de carro, 8 novilhos e 2 vacas³²⁷.

GRÁFICO 8
Freqüência das criações nas Unidades Produtivas
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.



Fonte: CSM, Inventários 1º e 2º Ofício.

³²⁴ CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 150 Auto 3147. Ano 1739.

³²⁵ CSM, *Inventário* 1º Ofício. Caixa 45 Auto 1043. Ano 1743

³²⁶ CSM, *Inventários* 1º Ofício Caixa 87 Auto 1838. Ano 1713

³²⁷ CSM, *Inventários* 1º Ofício Caixa 30 Auto 724. Ano 1744.

Conforme já mencionado, segundo os modelos clássicos, desenvolveram-se na Capitania de Minas Gerais, em torno da região mineradora, unidades produtivas para o abastecimento local. Ao longo do curso do rio São Francisco, as fazendas de gado, “*subiram mais às margens do rio, alcançando o território que hoje é mineiro, e penetrando até o rio das Velhas*”³²⁸.

Buscando driblar a falta de carne, muitos mineiros criavam suínos em qualquer espaço disponível em suas residências. Contudo, segundo a historiografia clássica, a produção aurífera foi tão abundante que inviabilizou o aparecimento de uma pecuária intensa³²⁹. Os estudos atuais nos mostram que tanto a pecuária como a agricultura desenvolveu-se desde cedo, possibilitando um nível de rendimento que permitiu a estabilização dos preços dos gêneros destinados ao abastecimento³³⁰.

Os inventários analisados também contradizem os modelos clássicos e se encontram com os pressupostos da historiografia recente. Através da descrição das unidades produtivas das inventariadas, é possível perceber o desenvolvimento das atividades agropastoris destinadas à subsistência das residências e até mesmo ao abastecimento do mercado interno.

O casal Antônio Lopes Francisco e Maria Soares, moradores da Freguesia de Guarapiranga, são exemplos de proprietários que estavam envolvidos em atividades bem diversificadas. No inventário de Maria Soares, aparecem declaradas 15 datas minerais no rio Guarapiranga, na paragem denominada Barra do Bacalhau. Além delas, havia um sítio no valor de 1:020\$000, onde plantava-se milho e feijão. Havia ainda um cavalo russo com sela, 20 cabeças de porcos, entre pequenos e grandes, machos e fêmeas e 12 cabras. Somava o monte-mor, 4:827\$600³³¹. Podemos concluir que esse casal formou seus recursos por meio da diversificação das atividades econômicas.

A pecuária estava muito presente na vida das unidades produtivas de Vila do Carmo, principalmente pela presença expressiva da criação de porcos. Esses animais eram criados nos quintais e eram alimentados de milho seco, fubá, inhames e caras, e, de 15 em 15 dias, recebiam água salgada³³².

³²⁸ PRADO Jr. C. Op.Cit. 1976, p.58

³²⁹ ZEMELLA, M.P. Op.Cit. 1990, p.234

³³⁰ CARRARA, A.A. Op.cit. 1994, p.85

³³¹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício. Caixa 44 Auto 1020, Ano 1742.

³³² SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Góias*. (1818). São Paulo: Nacional, 1937.

Tudo era aproveitado do porco: da carne à banha. Ao feijão, misturavam-se as orelhas, rabo e a pele. A carne era cozida e depois conservada na sua própria gordura. *Depois de “apurada”, era guardada em latões com banha de corpo*³³³.

O sargento-mor Antônio Luiz de Miranda e sua mulher Maria das Neves possuíam no sítio da Freguesia de Guarapiranga duas vacas, dois novilhos, dois touros e um boi manso, além de possuir datas minerais em sociedade com o reverendo Padre Manoel³³⁴. Os touros e bois, como os que aparecem no inventário de Maria das Neves, provavelmente serviam para o transporte dentro da propriedade ou do sítio a lugares mais perto.

Diante das grandes distâncias, dificuldades e incômodos das viagens, os animais de carga faziam-se muito necessários para carregar os gêneros mineiros que eram levados ao mercado carioca e também para abastecer o próprio mercado interno. Os caminhos eram percorridos pelos escravos, mulas e cavalos.

Há uma presença constante nos inventários de cavalos que, além de servirem como animais de carga, tinham uma conotação simbólica de status social³³⁵. O cavalo era um artigo caro, considerado de luxo. Podia variar entre 18\$000 a 84\$000. Além do mais, possuir uma montaria conotava status social.

No inventário de Barbara Pereira da Cruz, aparece: um cavalo castanho “*calçado dos pés*”, avaliado em 24\$000; um “*cavalo russo queimado*”, de 30\$000; e outro “*cavalo russo velho com crina preta*”, de 18\$000³³⁶. Havia arrolado no inventário de Joana Maciel da Costa, mulher do Capitão Manoel Rodrigues Passo, um cavalo selado, de 84\$000³³⁷.

3.1.2. As proprietárias de sesmarias nas Minas

No contexto da formação do Estado Nacional português, durante a Reconquista, povoar e defender os territórios invadidos pelos mouros foi uma maneira eficaz de se ocupar a terra, dando origem às grandes propriedades chamadas *presúrias*³³⁸. Ao fim do período de

³³³ ABDALA, M.C. Op. Cit. 2006, p.125

³³⁴ CSM. *Inventários* 1º Ofício Caixa 44 Auto 1030. Ano 1742.

³³⁵ DIAS, M. O. L. S. Op.Cit. 2001. p.52.

³³⁶ CSM *Inventário*. 1º Ofício Caixa 16 Auto 478. Ano 1740.

³³⁷ CSM *Inventário*. 1º Ofício Caixa 148 Auto 3106. Ano 1734.

³³⁸ RAU, Virginia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982. p.34-5

guerra, as *presúrias* acabam por serem reconhecidas oficialmente. Contudo, vastos territórios continuavam despovoados.

No século XIV, Portugal passou por uma séria crise agrária, o que acabou por inspirar a *Lei de Sesmarias* para tentar solucionar o problema da escassez de mantimento do reino. Segundo Virginia Rau, a lei tinha por objetivo resolver o problema de escassez de cereais, a carência da mão de obra, o encarecimento dos gêneros, o desenvolvimento da criação de gado em detrimento das atividades agrícolas, dentre outros fatores³³⁹.

Lançando luz sobre as Minas, a lei de sesmaria viria também para solucionar principalmente a situação de fome. Entre 1697 e 1705, a sociedade nascente das Minas foi assolada por grave crise de abastecimento.

De início, os recém chegados foram ameaçados por aguda falta de gêneros alimentícios (...). Não seria por certo uma crise de fome tão despertadora quanto às ocorridas em 1698 e 1705, descritas por Antonil, mas ainda sim bastante incômoda para causar, em 1709, uma verdadeira paralisação dos negócios nas gerais...³⁴⁰

Nos primeiros anos do povoamento, houve, por parte das autoridades, uma preocupação em criar políticas de abastecimento para a capitania diante das graves crises por falta de mantimentos que, conforme Laura de Mello e Souza, fez com que a região das Minas se transformasse no centro de inflação da colônia³⁴¹.

O governador Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho, ao chegar às Minas, se deparou com a situação de fome que não parecia dar trégua aos primeiros povoadores. Buscando regularizar a situação, o governador concedeu, entre 1710 e 1713, 120 sesmarias aos moradores das Minas, tendo como um dos objetivos fornecer produtos alimentícios a preços mais baixos. Queria ainda evitar a ação de contrabandistas e estabelecer o assentamento das pessoas que se estabeleciam as beiras de estradas e regiões limítrofes³⁴².

A carta de sesmaria significava um estímulo à produção, pois legitimava a posse da terra³⁴³. Através da concessão das cartas de sesmarias, objetivava-se povoar os caminhos das

³³⁹ Ibidem. p.90

³⁴⁰ DIAS, M. O. L. S. Op.Cit. 2001. p.46

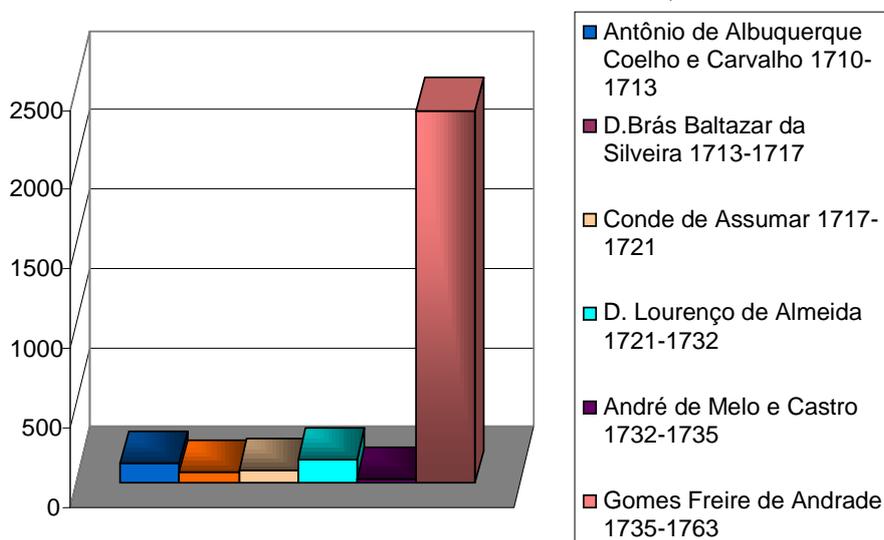
³⁴¹ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.25

³⁴² RUSSEL-WOOD, A.J.R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*, ano XXVIII, volume LV, São Paulo, 1977. p.25-79. p.34

³⁴³ SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a pratica de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. (Tese de doutorado). FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2002. p.132a

Minas, “de sorte que os passageiros encontrassem nelas roças e ranchos localizados em pontos estratégicos que facilitava a circulação de pessoas e mercadorias”³⁴⁴.

GRÁFICO 9
Sesmarias concedidas em Minas Gerais, 1710-1763



Fonte: Dados de BARBOSA, Waldemar de Almeida, *História de Minas*. p.243-244

Conforme o gráfico 9, o governador que mais concedeu Sesmarias foi Gomes Freire de Andrade, o que pode ser explicado, em muita medida, pelo aumento populacional e pelo início de um período de estabilidade provocado pelo fim da era dos potentados³⁴⁵.

As sesmarias eram terras incultas doadas aos sesmeiros³⁴⁶. A princípio, o direito de doação das sesmarias era atributo dos capitães donatários. Posteriormente, os governadores das capitanias passaram a cuidar das doações de terra. A pessoa, para receber a sesmaria, poderia ter qualquer nacionalidade, desde que professasse a fé católica. Os sesmeiros tinham o prazo de dois a cinco anos para produzir. Ao vencer este prazo, a terra que não tivesse nenhuma produção, seria considerada devoluta, e então doada a quem a requeresse. Portanto, a terra que não tivesse melhoramento, poderia ter a sua legalidade contestada por outros

³⁴⁴ Ibidem.p.134

³⁴⁵ Ibidem. p.137

³⁴⁶ BOTELHO, A.V. e REIS, L.M. Op.Cit. 2001.

interessados. Em tese, as sesmarias doadas legalmente seriam retiradas caso não recebessem demarcações precisas e não fossem trabalhadas.³⁴⁷

Não bastasse o número de cartas de sesmarias concedidas no período em estudo, o interesse da Coroa, fica demonstrado também, na condição básica imposta ao sesmeiros, e que ele deveria cumprir para não perder a terra: ela deveria ser ocupada com o povoamento de animais e plantações de roças num prazo que geralmente era estipulado em dois anos.³⁴⁸

Na realidade, considerando o ritmo que as terras mudavam de mãos, a Carta de Sesmaria era mais uma garantia de posse das terras já habitadas. De maneira geral, as petições eram enviadas aos governadores, com o objetivo de justificar o pedido de legitimação da terra que ocupavam, ou ainda pedir novas terras para que continuasse sua atividade de produção³⁴⁹. Conforme aponta Barbosa, a legislação em Minas não seguiu uma norma bem definida, tendo uma variação diante das circunstâncias³⁵⁰. De qualquer modo, a terra foi algo de grande importância em Minas Gerais no século XVIII, onde se desenvolveu um setor agropastoril de grande importância.

Por exemplo, em 1753, Tereza Soares de Jesus se dirigiu à autoridade régia, pedindo a confirmação referente às terras que possuía na paragem chamada Coche de Água, no distrito do Rio das Velhas³⁵¹. A viúva do Coronel Manuel Medeiros Rosa, Faustina Rodrigues da Silva, em 1761, pediu confirmação referente a três léguas de terra na Comarca do Rio das Velhas³⁵².

Em 27 de Março de 1726, Dona Isabel de Souza, viúva de Manuel Campos Carlos da Silveira, moradora em Mapendi, Caminho Velho das Minas, “*donde se retirou, após a morte de seu marido, por causa da pobreza em que ficou, achando-lhe com os filhos e outras mais obrigações*”. Dona Isabel precisava de terras para o sustento de sua família. Portanto, precisava de “*duas léguas de terras em quadra*” na paragem do Rio Mapendi abaixo até a Barra do Rio Verde. Por seu marido ter servido na Capitania de São Paulo e Minas com toda

³⁴⁷ FARIA, S. de Castro. Op.Cit. 2000a

³⁴⁸ REIS, L M. e GUIMARÃES, C. M. Op.Cit. 1986, p. 25.

³⁴⁹ SILVA, F. M. da. Op. Cit. 2002a, p.136

³⁵⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História das Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979. p..234.

³⁵¹ AHU. Código 4985 e localidade AHU-Com. Ultra-Brasil/MG-Cx: 105, doc:13

³⁵² AHU. Código 6272 e localidade AHU-Com. Ultra-Brasil/MG-Cx: 79, doc:4

honra e zelo, conseguiu as ditas terras, sendo “*obrigada a fabricar culturas nestas terras, nos ditos 2 anos, e, não fazendo, devolverão e darão ao vizinhos (sic) cultivar*”.³⁵³

Em 9 de outubro de 1727, Tereza Cardoza de Jesus, viúva do Capitão-mor José Correa do Valle, “*descobriu um sítio e posou gados e cavalos*”. A viúva conseguiu uma sesmaria de três léguas de comprido e um largo perdido, tendo que cultivar nestas terras dentro de dois anos.³⁵⁴

Gomes Ferreira de Andrade, em 1738, representou Beatriz Furtado de Mendonça, que possuía oito escravos, para conseguir a carta de sesmaria. O procurador solicitava a posse de terras que se encontravam nas fraldas da Serra do Caraça com ¼ de léguas. Beatriz precisava das terras para “*fabricar sua roça para poder pagar os quintos reais*”. Em 15 de Maio de 1738, foi concedida em Vila Rica a carta de sesmaria, sendo Beatriz Furtado de Mendonça “*obrigada, dentro de um ano que se encontrava datada, a cultivar e povoar*”.³⁵⁵

Em Vila do Carmo, encontramos uma mulher que merece destaque pelo tamanho de sua posse. Dona Isabel Maria Guedes de Brito, viúva do coronel Antônio da Silva Pimentel. Sua posse foi sendo construída ao longo dos anos por meio de transmissão de herança familiar. Seu pai, o capitão Antônio Guedes de Brito, era filho de Antônio Guedes de Brito Correia e Dona Maria Guedes. Ele foi casado com D. Guiomar Ximeneses de Aragão, com quem não tivera filhos. Isabel nasceu da relação de Antônio Guedes de Brito com Serafina de Souza. Isabel se tornou herdeira por testamento. Antônio Guedes de Brito foi um dos mais notáveis da Bahia no século XVIII. Teve grande contribuição nas milícias coloniais, quando da expulsão dos holandeses, além de ser dono das terras que se estendiam do Morro do Chapéu até a nascente do Rio das Velhas, conforme testamento deixado por ele:

E porque de presente não tenho herdeiro forçado, instituo por herdeira universal de meus bens a minha filha, Dona Isabel, digo, Dona Izabel de Brito Guedes. E quero que o remanescente de minha terça se a vincula a Capela e Morgado, que meus Pais mandam fazer em Portugal, com todos os mais bens móveis. E, de lei e rendimento deles, e sendo em Portugal, a Capela, ainda que haja cá no Brasil bens, e os rendimentos vão para lá, se medirá uma missa cada dia. E o mais: como era ela, não tendo filhos legítimos, nomeio a dita minha filha para administradora da Capela que meus pais deixam, pelo poder que me dão no seu testamento, e instituição, que possa nomear em quem quiser dizer natura, ou pelo poder, que me dá livre, e nomeio, no melhor modo de direito, que haja lugar. Também nomeio à dita Dona Izabel de Brito Guedes a Administração da Capela, que ficou de Maria

³⁵³ APM. 1726. Códice SC28 p. 150v.

³⁵⁴ APM. 1727. Códice SC28 P. 165.

³⁵⁵ APM. 1738. Códice SC42 p.120.

Pires, de meu avô Antônio Guedes, porque, na sua instituição, me dá este poder para nomear quem quiser.³⁵⁶

Com a herança de seu pai, Isabel Maria Guedes de Brito tornou-se grande proprietária de terras, e, ao ficar viúva do Coronel Antônio da Silva Pimentel, fidalgo com muitas posses, passara a ter mais propriedades ainda. As terras de Isabel, juntando às heranças, se estendiam do Morro do Chapéu, na Bahia, até as nascentes do Rio Vainhu³⁵⁷, em confrontação com o Rio São Francisco.

O governador Antônio de Albuquerque deu a seu criado José Seixas terras que faziam parte da propriedade de Dona Isabel. O criado transpassou essas terras ao padre francês Philippe de La Contrie. D. Isabel, por meio de seus procuradores, teve que recorrer à Coroa para reaver suas terras e expulsar o clérigo francês. Em 1720, a viúva Guedes de Brito se dirigiu à Coroa Portuguesa para que ordenasse ao então governador de Minas, D. Pedro de Almeida, não fossem concedidas sesmarias em suas terras. O capitão João Velho Barreto, procurador de Dona Isabel, apresentou documentos e sesmarias que atestava sua posse. No mesmo ano, foi encontrada uma Declaração em forma de provisão de D. Pedro de Almeida, ordenando que moradores de Papagaios e da Barra do Rio das Velhas continuassem a pagar foros à viúva do Coronel Antônio da Silva Pimentel.³⁵⁸ Em 1724, Isabel Maria Guedes de Brito solicitou a confirmação das sesmarias das cabeceiras do rio São Francisco e rio das Velhas, que herdara de seu pai, Antônio Guedes de Brito³⁵⁹.

Conforme Simeão Ribeiro Pires, D. Isabel, por ser uma figura delicada, se apresentou como uma donatária distante, deixando a administração nas mãos de Manuel Nunes Vianna, figura forte e temida: “o capitão dos emboabas, na guerra que lá se travou antes da fundação das vilas e, depois disto, potentado do São Francisco, representado e temido no isolamento majestoso, foi o tipo lendário desse procurador onipotente”.³⁶⁰

Na documentação analisada, aparecem mulheres viúvas que precisavam das terras como necessidade de sobrevivência. Também havia aquelas que, ao que parece, possuíam uma melhor situação econômica, pois declararam ter outros bens, como escravos, gados e cavalos. Infelizmente, não conseguimos cruzar as sesmarias com os inventários *post mortem* e

³⁵⁶ Retirado PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros. 1979. Arquivo da Casa da Ponte de Lisboa – Copiado pelo autor.

³⁵⁷ Conforme o Conde de Assumar a nascente do rio Vainhu chama-se Pará.

³⁵⁸ AHU-Com.Ultra-Brasil/MG- Cx:2, doc:62 e 57

³⁵⁹ AHU-Com. Ultra-Brasil/ MG-Cx: 2, doc 41.

³⁶⁰ PIRES, S. R. Op.Cit.1979, p.105

os testamentos da Casa setecentista de Mariana. Contudo, é possível concluir que essas mulheres que recorriam às autoridades régias como suplicantes para receber ou confirmar as sesmarias viam nessas terras uma forma de sobrevivência.

Considerando estas atividades agrícolas, pode-se dizer que estas mulheres estavam incluídas nestas unidades, usando as terras obtidas por meio de sesmarias como forma de se sustentar. As viúvas, diante das dificuldades, se inseriam no mercado, provavelmente vendendo o excedente do que era produzido. Na falta de seus maridos, estas mulheres, além de plantarem para sua própria subsistência e de seus filhos, garantiam o pequeno comércio de gêneros básicos nos núcleos urbanos mineiros.

Há de se considerar aquelas mulheres que não detinham sesmarias, mas que possuíam roças, mesmo que pequenas, contribuindo como mantenedoras dos pequenos comércios de gêneros básicos nos núcleos urbanos. Apesar do campo não oferecer muitas oportunidades de trabalho em relação à cidade, Luciano Figueiredo coloca que muitas mulheres participaram como roceiras de pequenas produções rurais arrendadas. “*Esta tendência estaria refletida, nos índices da contribuição feminina, na arrecadação do dízimo³⁶¹, imposto que incidia sobre todos os produtos agrícolas, compreendendo sua décima parte.*”³⁶²

Conquanto, as mulheres viúvas inseridas na gerência de seus negócios como chefes de domicílio, atuavam na produção e em pequenos comércios, conseguindo com isso obter certa renda. Pode-se concluir que estas mulheres poderiam fazer uso dessas rendas para obtenção de escravos para ajudar nos trabalhos.

3.1.3. Considerações sobre as proprietárias forras

Proporcionalmente, há poucos inventários *post mortem* de mulheres forras em relação aos das livres. Entre 1713-1750, havia 278 inventários *post mortem*, sendo 188 de homens e 91 de mulheres. Destes, apenas 2 inventários são de homens forros e 19 de forras.

³⁶¹ Esse imposto incidia sobre os produtos agrícolas, colocado por RESENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. In: *20 Anos do Seminário sobre Economia Mineira – 1982-2002*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.

³⁶² FIGUEIREDO, Luciano R. Op.Cit.. 1999. p. 192

Talvez uma explicação possível fosse o fato de muitas mulheres nascidas na África não terem no Brasil ascendente ou colateral, ou mesmo filhos herdeiros.

Contudo, percebemos um número maior de forras testamentárias. Possivelmente, diante da ausência de herdeiro, a confecção do testamento se fazia necessária para que os bens adquiridos pelas forras ao longo do tempo não fossem parar nas mãos de qualquer um ou ainda do Estado.

Lançando luz sobre os bens arrolados nos inventários, percebemos que as forras inventariadas alcançaram uma pequena ascensão econômica. Ao que parece, muitas das forras não se envolviam em atividades agropastoris, sendo que o forte mesmo era o envolvimento com o comércio.

No inventário da crioula Inocência Correa de Faria, viúva do preto forro Francisco Caldeira do Sacramento, há referência a dois porcos e uma morada no valor de 60\$000³⁶³. Cecília Mendes, preta forra, viúva do preto Domingos Gonçalves, faz referência a um cavalo, uma foice e uma morada³⁶⁴. Provavelmente, estas forras tinham pequenas plantações para subsistência de suas residências.

Ao que parece, a principal forma de manutenção destas forras era o comércio, pois é uma constante nos inventários a presença de tabuleiros, tachos e balanças de pesar ouro, instrumentos necessários à atividade comercial. A solteira Josefa Correia, além dos tachos de cobre que poderiam ser utilizados para fazer os quitutes, possuía uma balança de pesar ouro³⁶⁵.

Muitas escravas saíam às ruas com seus tabuleiros, vendendo acarajé, vatapá, carnes preparadas, quitutes e bebidas. Gêneros de consumo diário também eram vendidos pelas vendedoras ambulantes nos arraiais e vilas³⁶⁶. As ambulantes iam às lavras de ouro e aos rios onde se garimpava, distraíndo os escravos. Vários senhores chegavam a pressionar as autoridades para que houvesse a proibição da atuação dessas negras vendeiras. O Conde de Galvêas, em 1733, baixou um bando que dizia:

... e contando-me juntamente que, nos córregos e sítios onde se mineram diamantes, andam negras com tabuleiros e outras vendendo cachaça nas ditas

³⁶³ CSM, *Inventário*. 1º Ofício Caixa 102 Auto 2125. Ano 1750

³⁶⁴ CSM, *Inventário*. 1º Ofício Caixa 35 Auto 818. Ano 1733.

³⁶⁵ CSM, *Inventário*. 1º Ofício Caixa 150 Auto 3147. Ano 1739.

³⁶⁶ SILVA, F.M da. Op.Cit. 2002a, p.148.

passagens, além de perder toda a mercancia que levar, será presa e não sairá da cadeia, sem primeiro pagar cem mil réis, ou seja, forra ou cativa...³⁶⁷

As câmaras das vilas também tentaram estabelecer horário de funcionamento das vendas. Em Vila do Carmo, por exemplo, em 1734, determinou-se que vendas deveriam fechar ao toque do sino da câmara. Posteriormente, proibiu-se a circulação de qualquer pessoa de cor pela cidade, após a Ave Maria³⁶⁸. As proibições não tiveram grande sucesso, pois as vendas, ao longo do século XVIII, continuaram aumentando, principalmente as de mulheres forras. Portanto, o comércio se apresentou como uma forma de conseguir uma maneira de sobrevivência para as forras.

Eduardo França Paiva, ao realizar um estudo sobre a escravidão e a cultura na colônia em Minas Gerais, enfatiza o lugar dos forros dentro da sociedade setecentista, chamando atenção para as mulheres forras que, segundo ele, conseguiram se adaptar hábitos e formas africanas e européias dentro da sociedade colonial. O autor chama a atenção para escravas, donas de escravos e outros bens de “*senhoras do dia-a-dia urbano*”³⁶⁹. Essas “*senhoras*”, por meio do mundo do trabalho, conseguiam formas de sobreviver e conviver dentro daquela sociedade até alcançar a alforria.

A carta de alforria significava uma meta para todos os escravos, documento que garantia a liberdade, que, segundo Paiva, era o delimitador social que lembrava, de forma intrínseca, os limites do novo status³⁷⁰. Eduardo França Paiva afirma que a mulher possuía uma posição privilegiada com relação ao homem no que diz respeito à carta de alforria. Ela podia se envolver sexualmente com seu senhor, dando-lhe um filho, o que acabava por favorecê-la. A mulher, ao obter sua alforria, tinha que se empenhar para se manter economicamente³⁷¹.

Muitos escravos podiam receber a liberdade no momento da morte do senhor expressa no testamento. Havia a carta de alforria incondicional e sem pagamento algum, e, no caso da coartação, exigia do escravo alguma forma de pagamento ou cumprimento de

³⁶⁷ Bando do Governador e capitão general das Minas de Ouro. André de Mello e Castro. Conde de Gálveas, datado de 2 de dezembro de 1733. Citado por LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. Op.Cit. 1982, p.47.

³⁶⁸ Conf. FIGUEIREDO, L. F. Op.Cit. Anuário do Museu da Inconfidência. 1955-1957. P.81 e AHCM, Livro 152. Fls 9-9v.

³⁶⁹ PAIVA, E F. Op.Cit. 2001.p.57.

³⁷⁰ PAIVA, E F. Op.Cit. 1995. p.107

³⁷¹ Ibidem.

condições que variavam em longo ou curto prazo³⁷². O senhor, em seu testamento, poderia dar a alforria motivada por um sentimento de piedade cristã, reconhecimento de paternidade, companheirismo ou reconhecimento pela lealdade e bons serviços. Nesse sentido, a escrava, observa Russeal Wood, acabava por se beneficiar, pois tinham, conforme costumes católicos e europeus, relações mais íntimas no âmbito familiar como ama-de-leite dos filhos legítimos e “*possivelmente, como mãe de seus filhos ilegítimos no papel de concubina*”³⁷³.

Esse parece ser o caso da preta forra Úrsula de Azevedo, natural da cidade do Rio de Janeiro. Ela foi escrava do Sargento-Mor Gaspar de Brito Soares, com quem teve três filhos. Na ocasião de sua morte, o Sargento-Mor já estava morto. E, portanto, seus filhos se encontravam na fazenda do *genro do defunto senhor*. Úrsula, além de várias jóias e roupas, tinha 8 escravos³⁷⁴.

Havia os “escravos de ganho” que trabalhavam no sustento das famílias de senhores. Esses escravos teriam o jornal, uma quantia fixa que entregavam ao senhor, ficando com o resto, podendo juntar e obter a alforria. Outra forma de pagar a alforria era através da prostituição³⁷⁵. Muitas negras recorriam a essa modalidade como forma de sobrevivência e de acúmulo de renda para conseguir a tão sonhada alforria.

As jóias eram investimentos. Muitas mulheres tomavam empréstimos garantidos por jóias que, mais do que símbolo de prestígio social, se apresentava como investimento de capital. As negras forras ostentavam suas cruces, colares e brincos de ouro e diamantes, mas, numa necessidade, poderiam recorrer à penhora. Essa situação é quase uma constância nos inventários e testamentos analisados. A parda Maria Rodrigues Romana, em seu testamento, declarava possuir “*um par de brincos de diamantes que estavam empenhados*”³⁷⁶. A também citada forra, Úrsula de Azevedo, informava em seu testamento que tinha “*50 oitavas de ouro lavrado em mão de Manoel da Costa empenhada.*”

Outra possibilidade de juntar renda era através de moradas que possuíam e que poderiam ser alugadas ou vendidas num momento de grande necessidade. No inventário de Catarina da Silva, aparece arrolada “*morada de casas na rua direita da Igreja Matriz*”

³⁷² RUSSELL WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.69.

³⁷³ *Ibidem*.

³⁷⁴ CSM, *Inventários*. 2º Ofício. Caixa 88 Auto 1901. Com testamento. Ano 1730.

³⁷⁵ Ver FIGUEIREDO, L R. *Op.Cit.* 1999.

³⁷⁶ ACM. *Óbitos*. Q nº 10. Com testamento. Ano 1747.

avaliada em 360\$000³⁷⁷. Josefa Correia deixou a sua filha Susana de dote “*moleque Antônio, uma negra de nome Tereza*”, e ainda uma “*morada de casas no arraial de cima*”³⁷⁸.

Sheila de Castro Faria concluiu que o escravo, apesar de seu valor econômico e símbolo de status, não era a única forma de obter renda e trabalho. Para ela, as “*mulheres forras ou de cor livres souberam administrar, como poucas, os recursos que adquiriram, sempre com referências possíveis às suas culturas de origem*”³⁷⁹.

Enfim, as proprietárias forras encontradas, em sua maioria, declaram escravos, moradas, roupas e jóias, ostentando sua situação econômica e buscando provavelmente alguma distinção em relação a sua antiga condição. E sua ascensão econômica advém de *sua agência* ou de seu trabalho por meio do comércio e de seus investimentos.

3.2. As proprietárias de escravos

A economia mineira, desde o início, baseou-se na mão-de-obra escrava, traço característico da colonização das Américas. Conforme Carla Maria de Carvalho de Almeida, não há dúvidas que, na primeira metade do século XVIII, o uso do trabalho escravo foi predominante³⁸⁰. A historiografia nos apresenta vários estudos que mostram o grande número de escravos existentes em Minas, que, durante vários anos, predominaram na região em relação aos livres³⁸¹. A “*extração de ouro caracterizou-se por uma demanda imediata de grande número de escravos*”³⁸².

³⁷⁷ CSM, *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 51 Auto 1154. Com testamento. Ano 1732

³⁷⁸ CSM, *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 150 Auto 3147. Com testamento. Ano 1739.

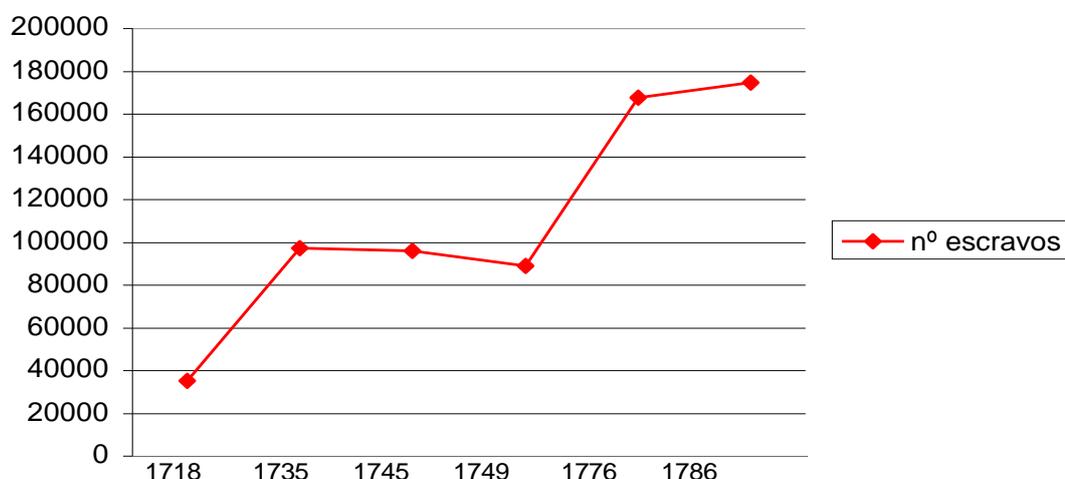
³⁷⁹ FARIA, S. de Castro. Op. Cit. 2000b. p.89.

³⁸⁰ ALMEIDA, C.M.C de. Op. Cit. 1994, p. 102

³⁸¹ Ver GOULART. *M.Escravidão africana no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

³⁸² RUSSEL WOOD, A. J. R. Op.Cit. 2005, p.164.

GRÁFICO 10
Crescimento da população escrava em Minas Gerais, 1718-1786



Fonte: GOULART, Maurício. *Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. e SILVA, V. A. C. . Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil em Minas Gerais 1800-1870. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 7, p. 47-68, 1988.

O boom aurífero levou à incrementação do tráfico atlântico de escravos³⁸³, conforme nos apresenta João Antônio de Paula:

Minas gerais foi a mais importante economia escravista do Brasil, tanto no período colonial quanto no imperial, sendo assim fonte adicional de “lucros coloniais”, além da própria transferência de ouro e diamantes³⁸⁴.

A distribuição de datas minerais era condicionada ao número proporcional de escravos. Isso acabava por induzir os envolvidos na atividade de minerar a investir em mais mão-de-obra escrava³⁸⁵. A cerca da chegada dos escravos às Minas, Russel Wood nos informa alguns dados:

Cerca de 2600 escravos entraram por ano em Minas Gerais, entre 1698 e 1717, aumentando para 3500-4000, no período de 1717-23, e para 5700-6000, de 1723 a 1735. Este comércio chegou ao auge, nos anos 1739-41, com importações anuais de 7360 escravos, reduzindo-se para 5900 no início da década de 1750, e para 4500 no final daquela década³⁸⁶.

³⁸³ KLEIN, Helbert. Tráfico de escravos. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.p.53-61.

³⁸⁴ PAULA, João Antônio de. Op.Cit .2000, p.73.

³⁸⁵ LUNA, F V e COSTA, I. Del Nero da. Op. Cit. 1982, p.35.

³⁸⁶ RUSSEL-WOOD. Op.Cit. 2005p.164

A compra de um cativo era um investimento necessário aos mineradores. O escravo era *principal fator de produção nas minas e elemento essencial para a obtenção das datas minerais distribuídas pela Coroa*³⁸⁷.

O escravo era usado para percorrer as grandes distancias, levando cargas, e eram empregados também nas unidades de produção do setor agrário. Reis e Guimarães observam que a agricultura se desenvolveu e ainda “disputou” o escravo com a mineração. “*E mais, os preços dos escravos não foram impedimento à sua utilização na agricultura*³⁸⁸”.

As grandes unidades produtivas vão utilizar-se de seu excedente para aquisição de escravos, assim como roceiros e pequenos comerciantes que vão adquirir escravos para auxiliar nos serviços e ainda, ostentar o cobiçado título de proprietário de escravos³⁸⁹. Na sociedade mineradora marcada pelos fortes traços de representações, ser proprietário de escravos significava status social, como pontua Marcos Antônio Silveira:

O acesso a escravos que pudessem, pelo menos em tese, rechaçar o trabalho e engrandecer os homens, difundia o apreço pela honra e pela imposição coletiva de comportamento, ancorada na lealdade, na palavra e na distinção de si³⁹⁰.

Os ricos proprietários eram escoltados por negros trombeteiros que eram bem vestidos com trajes coloridos. Eles iam à frente de seus senhores, tocando trombetas e clarins para avisar a passagem³⁹¹. Atitude bastante significativa na sociedade das minas marcada por traços de representação, onde ter escravos para abrir passagem evidenciava status social. Contudo, a partir de 1720, deixou de ser fato comum. Muitos consideravam um luxo acintoso utilizar escravos saudáveis para ofícios que não fossem em roças ou na mineração³⁹².

Os escravos ficavam, durante muito tempo, com os pés e joelhos mergulhados nos ribeiros, em “*tão forte e insuportável*” rio, que tinham de “*entrar nele pelas dez horas da manhã e sair dele pelas três da tarde*”³⁹³. O tempo que os escravos ficam nas águas dos ribeirões era minuciosamente calculado. Esse rendia cerca de 3 a 4 oitavas de ouro, média de

³⁸⁷ LUNA, F. V. e COSTA, I. Del Nero da. Op. Cit. 1982, p.37

³⁸⁸ REIS, L.M. e GUIMARÃES, C. M. Op.Cit. 1986, p.18

³⁸⁹ CARRARA. A.A. Op.Cit. 1997. p.234.

³⁹⁰ SILVEIRA, Marco Antônio. *Forma Pública: poder e costume nas Minas Gerais*. (tese de doutorado). FFLCH/USP. São Paulo: 2000. p.93

³⁹¹ DIAS, M. O. L. da S. Op.Cit. 2001, p.75

³⁹² Ibidem.

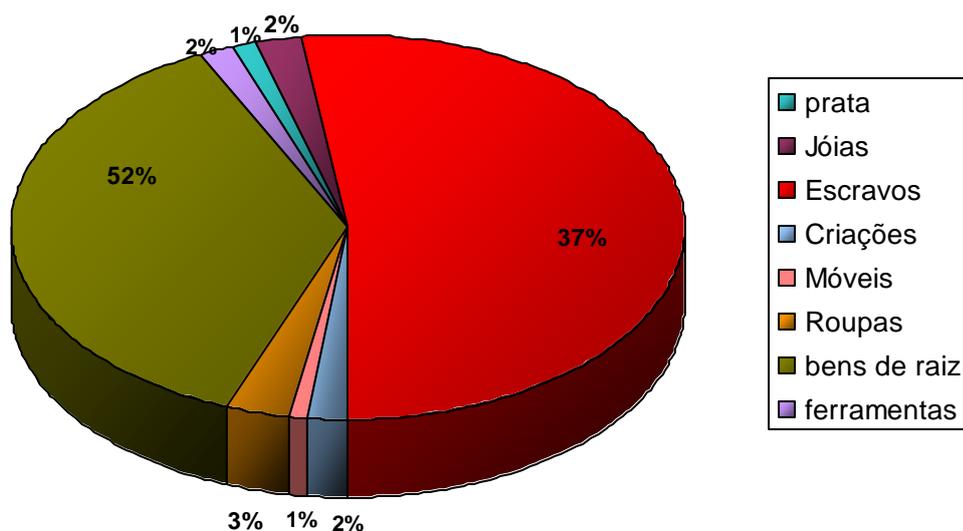
³⁹³ CÓDICE Matoso. Op.Cit. 1999, p.181.

seu jornal³⁹⁴.

Calculava que, em média, um escravo na bateia rendia para seu senhor cerca de 80 oitavas de ouro por ano. Os jornais de escravos artesãos, ocupados em ofícios como carpinteiro, ferreiro, caldeireiro, orçavam em torno de 57,2 oitavas de ouro por mês³⁹⁵.

Lançando luz sobre a composição dos inventários das mulheres analisadas, percebemos a predominância dos bens de raiz – reafirmando o ideal aristocratizante - e a predominância dos escravos. Depois, estão os outros bens como roupas, jóias, criações, ferramentas, móveis e pratas.

GRÁFICO 11
Composição de bens das Inventariadas de Vila do Carmo, 1713-1750



Fonte: CSM Inventários 1º e 2º Ofício

Percebe-se que o excedente era investido na aquisição de mão-de-obra e nos imóveis, pois, conforme nos apresenta o gráfico 11, o grosso da composição dos inventários era composto de terras e escravos. Observa-se também que não havia um grande investimento em ferramentas, o que indica pouca preocupação com o aprimoramento das técnicas de produção.

³⁹⁴ DIAS. M. O. L. da S.. Op.Cit. 2001, p.80

³⁹⁵ DIAS, M. O. L.da S. Op.Cit. 2001, p.81

Ao que parecem, os investimentos concentravam-se mais no sentido de garantir o nível de produção do que em aumentá-la.

Esta parece ser uma tendência que vai estar presente, ao longo do século XVIII, nas unidades produtivas de Mariana. Conforme nos apresenta Carla Maria de Carvalho Almeida, na segunda metade do século XVIII, haverá uma permanência com relação aos investimentos em ferramentas, predominando o número de cativos e de bens imóveis. O grosso das inversões produtivas era em mão-de-obra escrava e em área a ser trabalhada³⁹⁶.

Almeida cita João Fragoso, que, ao voltar o olhar sobre o sistema agrário de Paraíba do Sul, percebe que há um baixo nível técnico, concentrando majoritariamente os investimentos em mão-de-obra. Fragoso vai afirmar que “*sobre-trabalho extraído dos escravos se convertia principalmente em terras e em força de trabalho, cujo valor relativo em conjunto representava nunca menos que 50% do total da fazenda*”³⁹⁷.

Outro aspecto a se considerar é a visível preferência por cativos do sexo masculino. Esses dados vão de encontro à historiografia que nos apresenta que o padrão do tráfico era de uma quase ausência de crianças e um número escasso de mulheres. Há uma preferência dos proprietários lusos pelos escravos do sexo masculino para execução de trabalhos intensivos, e o uso de mulheres ficaria para os trabalhos da África³⁹⁸. Essa preferência é confirmada também através da lista dos Quintos Reais de Vila do Carmo de 1718. Por exemplo, dos 35 escravos de Paulo da Costa, 32 eram homens e 3 eram mulheres³⁹⁹.

Provavelmente, um dos fatores que explica essa preferência é o tipo de atividade desenvolvida na região das Minas. No inventário de Maria Soares, verifica-se o envolvimento com a mineração e com atividades agropastoris. Foram declarados 10 homens e apenas uma mulher⁴⁰⁰. Joana Maciel da Costa e seu marido se dedicavam a agricultura e a mineração. Para isso, contavam com uma mão de obra de 30 escravos e 9 escravas⁴⁰¹. No inventário de Ana Maria Borba, envolvida com atividades de mineração, havia 12 escravos e 9 escravas⁴⁰². Na

³⁹⁶ ALMEIDA, C M C. de. Op.Cit. 1994

³⁹⁷ FRAGOSO, João. L.R. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1790-1830)*, 1983. p. 91 apud ALMEIDA, C. M. C. de. Op.Cit. 1994, p. 183-4.

³⁹⁸ LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Civilização Brasileira, 2002. p.178.

³⁹⁹ APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, códice 1036. Ano 1718.

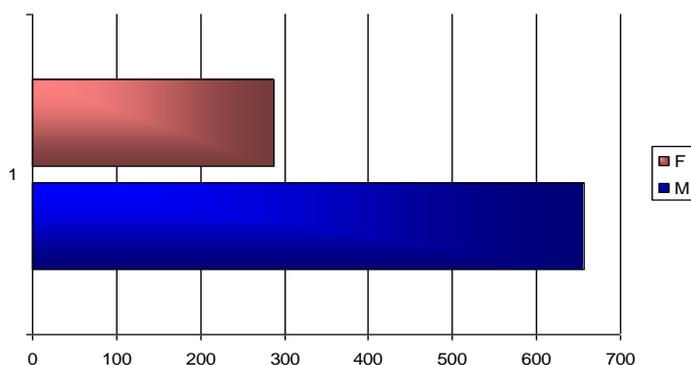
⁴⁰⁰ CSM. *Inventário*. Caixa 44 Auto 1020. Ano 1742.

⁴⁰¹ CSM. *Inventário*. Caixa 148 Auto 3106. Ano 1734.

⁴⁰² CSM. *Inventário*. Caixa 87 Auto 1836. Ano 1713.

propriedade agrícola de Eleutéria Maria de Jesus, havia 17 cativos homens e 11 mulheres cativas⁴⁰³.

GRÁFICO 12
Composição da Posse em Escravos segundo Sexo, Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.



Fonte: CSM. *Inventários*. 1º e 2º Ofícios

É majoritário o número de cativos do sexo masculino arrolados nos inventários de Vila do Carmo: 69,5% são homens, enquanto 30,5% eram mulheres.

Muitas escravas eram usadas nas atividades caseiras. Além de cozinheiras e domésticas, acompanhavam as sinhás em seus passeios. Havia alguns proprietários que alugavam escravas para terceiros, com o objetivo de colocá-las para trabalhar no pequeno comércio.

O escravo era avaliado por meio de três critérios: a idade, o sexo e a origem. Além desses, considerava-se a especialização em algum ofício e a condição física. Nos inventários *post mortem* analisados, percebeu-se que os escravos entre 25 e 40 anos, sem indicação de defeito e com boa saúde, foram avaliados entre 150\$000 a 240\$000 réis.

A origem era um fator importante de avaliação e escolha do escravo. Percebe-se, como uma constância nos inventários, a predominância de escravos de origem Mina. Nos inventários analisados, foram encontrados 39,24% de cativos de origem Mina, estando em segundo os da colônia, 19,09%, seguidos pelos de Angola, 11,97%. (Tabela 8).

Os *minas* eram considerados mais resistentes a doenças e mais dispostos para o trabalho⁴⁰⁴. Conforme Maria Odila Leite da Silva Dias, além do mais, eles eram mais

⁴⁰³ CSM. *Inventário*. Caixa 120 Auto 2497. Ano 1732.

⁴⁰⁴ RUSSEL-WOOD. A.J.R.Op.cit. 2005, p.169

acostumados às técnicas de ouro aluvião⁴⁰⁵. Russel-Wood aponta que a descoberta de ouro nas Minas foi decisiva para a mudança de preferência dos proprietários pelos negros da Costa da Mina em relação aos sudaneses. “A extração de ouro e diamantes exigia mais escravos do que Angola podia fornecer, e dotados de mais resistência física. Além disso, havia a crença de que uma negra da Costa da Mina dava sorte ao mineiro”⁴⁰⁶.

No inventário da esposa de Miguel da Mata, Maria Tereza de São José, aparecem arrolados 12 escravos, sendo que 8 eram *minas* e outros três *corano, monjolo e cobu*⁴⁰⁷. O casal Bárbara Pereira da Cruz e o capitão Domingos Lopes da Cruz tinha em sua propriedade 30 escravos, sendo que 15 eram *minas*, 2 *benguelas*, 5 *angolas*, um *Congo*, e da colônia havia 6 natural das Minas do Ouro e um do Rio de Janeiro.

TABELA 8
Número absoluto e relativo de Nações dos escravos inventariados em Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750.

Origem	Nº	%
Mina	374	39,24
Angola	114	11,97
Crioulos	182	19,09
Loango	4	0,42
Monjolo	40	4,21
Benguela	82	8,6
Carijó	4	0,42
Congo	42	4,42
Guine	6	0,62
Moçambique	10	1,05
Nagô	6	0,62
Cabo Verde	10	1,04
Cobu	24	2,53
Sabarú	2	0,21
Cavari	2	0,21
Cabido	2	0,21
Massagano	10	1,05
Corano	4	0,42
Libollo	2	0,21
Sem Identificação	33	3,46

Fonte: CSM. *Inventários*. 1º e 2º Ofício.

⁴⁰⁵ DIAS. M O. L. da S. Op.Cit. 2001, p.82

⁴⁰⁶ RUSSEL-WOOD. A.J.R. Op.Cit. 2005, p.54

⁴⁰⁷ CSM. *Inventário*. 2º Ofício Caixa 15 Auto 449. Ano 1730.

D. Lourenço de Almeida, ao escrever a D. João V, em 27 de maio de 1726, afirma que os negros nas Minas não eram revoltosos; entretanto, “*sempre é melhor que venham para estas Minas, negros de todas as nações, porque como se não conformam totalmente os gênios*”⁴⁰⁸.

Havia uma preocupação entre as autoridades, ainda que preventiva, de manter nos plantéis uma variedade de nações. No entanto, por meio da análise da escravaria arrolada nos inventários da primeira metade do século XVIII, observa-se que não havia essa preocupação entre os proprietários de Vila do Carmo. O que se vê é uma concentração de cativos *minas*, seguidos de crioulos, *angolas* e *benguelas*. Por exemplo, na propriedade de Maria da Neves Moreira, e de seu marido o Sargento-Mor Antônio Luiz de Miranda, verifica a presença de várias origens de escravos: 17 são *minas*, variando entre *Lada*, *Cobú* e *courano*, 10 *angolas*, 5 *banguelas*, 2 *monjolos*, 1 *Moçambique* e 1 *guenguela*. Verifica-se, então, que não havia, pelo menos no início do século XVIII, uma preocupação em separar as nações.

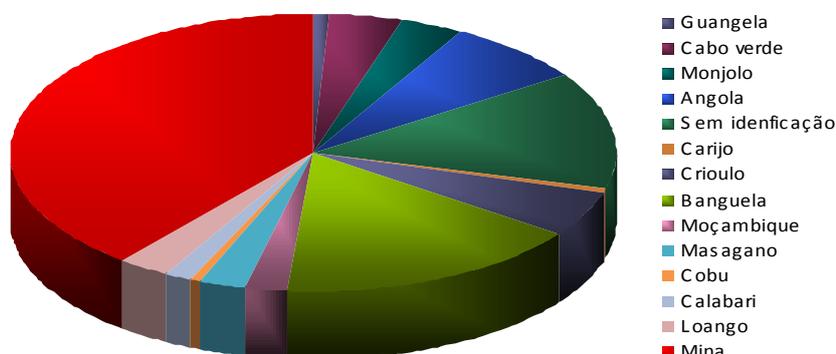
Rodrigo de Castro Resende, ao lançar luz sobre as listas dos Quintos do ano de 1718, em Vila Rica, percebe que também havia predominância de *minas*, tendo presença considerável de *angolas* e *benguelas*. Concluiu-se, portanto, que não havia, nesta localidade, uma política de mistura às nações, com intuito de minar possíveis movimentos revoltosos⁴⁰⁹.

A preferência por *minas* é verificada em Vila do Carmo também por meio das Listas dos Quintos de 1718, onde se verifica que 39% dos escravos listados são *minas*, seguindo 16% de *benguelas* e 7% de *angolas*, além de outras nações africanas listadas, conforme gráfico 7.

⁴⁰⁸ Carta do Governador ao rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 31, 1980., p.216.

⁴⁰⁹ RESENDE. Rodrigo C. *As “nossas Áfricas”: população escrava e identidades africanas*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006 p.101.

GRÁFICO 13
Origem dos escravos segundo a nação
Vila do Carmo, 1718



Fonte: APM, lista dos Quintos Reais da Coleção Casa dos Contos, código 1036

Com o entrar do século XVIII, aumenta a presença de crioulos. Isso se dá possivelmente à medida que os proprietários percebem as vantagens da reprodução natural dos escravos. Porém, no período em que nos debruçamos, é possível que ainda existisse um receio quanto à reprodução natural, pois as famílias crioulas nos plantéis poderiam gerar alguns problemas como fuga, ou baixa produtividade, caso houvesse, a venda de um membro. Esse receio é perceptivo, pois apesar da presença de crioulos acontecerem recorrentemente, a presença é predominante de africanos. Há também que se considerar a enorme mortalidade que obriga necessariamente os proprietários a recorrerem ao tráfico, além da constante oferta de cativos a baixos custos.

Ana Borba tinha 21 escravos, sendo 13 africanos, um da Bahia, outro de Pernambuco, três gentios da Serra e ainda três crioulinhas⁴¹⁰. O Sargento-Mor Pascoal Lopes Braga e sua esposa Feliciano Correa tinham 11 escravos, dos quais três eram *minas*, dois *angolas*, um *Congo*, um *banguela*, uma molequinha e dois crioulinhos⁴¹¹.

A posse de escravos engrandecia o status perante a sociedade e ainda afirmava a posição no topo da hierarquia social. Portanto, lançaremos luz agora sobre o tamanho da posse de escravos arrolados nos inventários das mulheres livres e forras.

⁴¹⁰ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 87 Auto 1838. Ano 1713.

⁴¹¹ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 87 Auto 1841. Ano 1739.

TABELA 9
Número absoluto e relativo da posse de escravos das Inventariadas
Vila do Carmo e seu termo, 1713-1750

Nº	Livre	Forra	Total	Livre (%)	Forra (%)	Total
1 a 4	9	8	17	14,1	44,4	20,7
5 a 9	22	7	29	34,4	38,9	35,4
10 a 19	18	3	21	28,1	16,7	25,6
20 a 49	10	0	10	15,6	-	12,2
mais de 50	5	0	5	7,8	-	6,1
Total	64	18	82	100	100	100

Fonte: CSM. *Inventários post mortem*. 1º e 2º Ofícios.

Por meio da tabela 9, percebe-se que, entre as mulheres livres, havia uma predominância de proprietárias com plantéis de 5 a 9 e 10 a 19 escravos que corresponde um percentual de 34,4% e 28,1% respectivamente. Podemos considerar, então, a predominância de pequenos e médios plantéis de escravos.

Um fator que pode ser apontado para explicar essa característica é o fato de Vila do Carmo e seu termo apresentarem contornos urbanos. Outro aspecto que poderia talvez explicar é o envolvimento da maioria das proprietárias com atividades agropastoris que exigem um número mais reduzido de escravos em relação à mineração. As proprietárias que se encontram nas faixas de grandes plantéis são casadas com homens ricos que, além de estarem envolvidos em algumas atividades agropastoris, empregam grande quantidade de escravos nas lavras do casal.

A senhora Bernada Maria de Jesus era casada com o Licenciado Francisco Esteves e morava em Vila do Carmo. Conforme os bens arrolados em seu inventário, pode-se inferir que o casal tinha uma condição social e econômica confortável, estando envolvidos em atividades agropastoris. Esse casal, além de possuir status social, também detinha poder econômico suficiente para ter 23 escravos, sendo todos eles africanos e avaliados em média de 180\$000 réis⁴¹².

Em 1748, no inventário de Mariana Correia de Oliveira, foram arrolados 81 escravos. Ela, junto de seu marido, o Capitão João Pinto Alves, podem ser considerados um casal bastante rico do termo de Vila do Carmo, pois, além de possuírem vários bens como jóias, roupas, louças da Índia, tinham um considerável número de escravos, totalizando 11:488\$800 réis⁴¹³.

⁴¹² CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 110 Auto 2263. Ano 1737.

⁴¹³ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 46 Auto 1050. Ano 1748.

Observa-se que as forras predominam na faixa de 1 a 4 e 6 a 9 escravos. Possivelmente, elas usavam o excedente conseguido para obter escravos, pois, como, já vimos a posse destes atribui status, além de ser um ótimo investimento. Outro aspecto que pode ser apontado é uso de escravos para auxiliar nos serviços.

A preta forra Gracia Fernandes teve arrolado em seu inventário apenas um escravo avaliado em 48:000 réis, pois ele tinha uma “*chaga na perna esquerda*”. Provavelmente, este escravo não era destinado a serviços pesados. Ele deveria auxiliar sua senhora no serviço mercantil. Ao que parece, Gracia estava envolvida com venda, pois, além de tachos de cobre, possuía uma balança de pesar ouro⁴¹⁴.

A já citada preta forra Josefa Correia parece ter conseguido a almejada ascensão econômica, pois ostentava brincos e colares de ouro, além de possuir um sítio e uma morada de casas. Seu monte-mor era de 1:877\$287 réis. Porém, ela declarou três escravos e deixou coartada uma negra por nome Ana Mina⁴¹⁵. Provavelmente, esses escravos tinham funções mais de acompanhantes, e, muito possivelmente, ela vivia do trabalho destes cativos. A escrava Ana deveria ser de sua confiança, sendo, portanto, agraciada com a liberdade.

Enfim, Vila do Carmo e seu termo apresentavam propriedades que, em sua maioria, associavam atividades agropastoris com a extração aurífera. As unidades produtivas possuíam caráter de subsistência, mas também mercantil. Sendo a economia escravista, predominavam pequenos e médios plantéis de escravos.

Dentro desse contexto econômico de Vila do Carmo e seu termo, estavam inseridas as mulheres inventariadas. A maioria delas era casada com homens que possuíam alguma posse. Desempenhavam provavelmente o seu papel de mãe e esposa, não tendo muito espaço nas tomadas de decisões no âmbito público, conseguindo alguma autonomia, talvez, no trato dos escravos domésticos. Destacam-se as forras que, em sua maioria, parece não estarem envolvidas com atividades agropastoris, e sim com as atividades mercantis. Elas, com certeza, tinham mais autonomia do que as livres e casadas, pois geriam seus negócios e conseguiam circular com mais liberdade no âmbito público.

⁴¹⁴ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Caixa 118 Auto 2453. Ano 1745.

CAPÍTULO 4: A PREOCUPAÇÃO COM A “BOA MORTE” ANALISE DOS TESTAMENTOS.

4.1. A morte

Além do desenvolvimento da agricultura, a necessidade de ficar mais próximo de seus falecidos e de cultuá-los contribuiu para que os primeiros povos se fixassem permanentemente em um local. Portanto, a preocupação com os mortos é algo que está presente ao longo de toda a história da humanidade. Com o passar dos anos, o culto aos mortos se transformou num ritual respeitado pelas diversas sociedades, variando sua manifestação de uma cultura para outra.

O estudo do culto de uma sociedade aos mortos nos revela traços culturais e sociais inerentes a ela que podem refletir questões religiosas e até transparecer uma hierarquia social. Conforme Maria Ângela Vilhena, a morte é um acontecimento social que une ou dispersa pessoas, fortalece ou dissolve famílias, promove a solidariedade entre os vivos⁴¹⁶.

A preocupação e a crença na vida após a morte foi decisiva para o estabelecimento dos rituais funerários. Os egípcios, por exemplo, acreditando na imortalidade, desenvolveram técnicas de embalsamento para garantir a integridade do corpo. Além disso, eram enterrados com jóias, vestimentas e objetos que poderiam ser utilizados numa outra vida. Já para outros povos, os rituais funerários eram necessários para ajudar o falecido a habitar o mundo dos mortos. A cerimônia final, para Lilian Brum Ribeiro, além de dar uma sepultura final ao corpo, ajuda também a alma a se inserir definitivamente na morada dos mortos e ainda, liberta os vivos do luto no qual, estavam presos⁴¹⁷.

Segundo Van Gennep, “*as pessoas para quem não se observa os ritos funerários são condenados a uma penosa existência*”, pois estes não conseguiram entrar no mundo dos

⁴¹⁶ VILHENA, Maria Ângela. Os mortos estão vivos: traços da religiosidade brasileira. In: *Revista de Estudo da Religião*. PUC-SP. N. 3, Ano 4, 2004, p.1.

⁴¹⁷ RIBEIRO, Lilian B. *Lembrando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiros através de uma revisão bibliográfica*. (Dissertação de mestrado) Pós graduação em Antropologia Social, CCH/UFSC. Florianópolis, 2002. p.19.

mortos⁴¹⁸. Portanto, para garantir que o morto fosse para o outro mundo plenamente, era fundamental a realização dos rituais fúnebres.

No mundo cristão, a preocupação com seus mortos também esteve presente desde o início. A partir da administração de Calisto, houve a criação das *catacumbas*, forma de guardar os mortos também conhecida pelos judeus. As catacumbas eram cemitérios subterrâneos que surgiram a partir da preocupação da Igreja em garantir sepultura digna aos fiéis⁴¹⁹. A pedagogia do bem morrer intensificou-se em 313, a partir da oficialização do Cristianismo por Constantino, e gradualmente o ritual da morte tornou-se uma arte patrocinada pela Igreja, que valorizou o momento próximo a morte.

A Igreja elaborou a doutrina do Novíssimo, termo que vem do latim *novissimus* usado durante a Idade Média e também no mundo moderno para designar a doutrina dos fins últimos. Os escritos sobre a doutrina do Novíssimo, especialmente os pós-Concílio de Trento, vão discorrer sobre questões relacionadas ao Juízo particular e o Juízo Final⁴²⁰.

Um exemplo é um manual de 1622, publicado pelo Frei Antônio Rosado na cidade do Porto, *Os Quatro Tratados Novísimos*, que trata da Morte, Juízo, Inferno e Glória⁴²¹. Os tratados escritos pelo dominicano contra-reformista tratam dos fins últimos, definindo o que seria a morte, as características do Juízo particular e final, e ainda descreve a geografia do inferno. Zulmira C. Santos, buscando perceber o discurso da morte em Portugal nos seiscentos por meio dos Tratados do Frei Antônio Rosado, percebe que um dos objetivos dos escritos era “preencher um eventual vazio de informação dos fiéis” sobre a morte⁴²².

Durante a Idade Média e ao longo da Época Moderna, desenvolveu-se a idéia de julgamento da alma que atuou como elemento eficaz de pressão do clero sobre a consciência e comportamento dos fiéis. Após morrer, o indivíduo passaria por um tribunal onde se decidiria o destino de sua alma, ou seja, se esta iria para o Paraíso, Inferno ou purgatório⁴²³.

⁴¹⁸ GENNEP, A. Van. *The rites of passage*. London, 1960 apud. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴¹⁹ Para o aproveitamento melhor do espaço, eram escavados longas galerias e abriam-se lugares para as sepulturas. O direito de garantia a uma sepultura digna era respeitado pelo Estado Romano. Com a organização e aperfeiçoamento, a Igreja criou uma espécie de ordem de encarregados dos cemitérios (*fossore*s). Cof. MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja. Belo Horizonte: O lutador*, 1997. V.1.p.85

⁴²⁰ Ver: LE GOFF Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981. e SCHMAUS, Michell. *Teologia dogmática*. Madrid: Ediciones Realp. 1965.

⁴²¹ SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os Tratados sobre os Quatro Novísimos (1622) de Frei Antônio Rosado. In: *Revista Faculdade de Letras*. Porto. p.161-72,1997. p.164-5.

⁴²² *Ibidem*.p.167.

⁴²³ Chamado de escatologia individual, no qual, logo após a morte haveria um julgamento para decidir o destino da alma.

O purgatório seria uma espécie de estágio intermediário entre o Paraíso e o Inferno, onde as almas passariam por provações para expiar seus pecados⁴²⁴. As provações sofridas no purgatório poderiam ser amenizadas pelos sufrágios que eram feitos por meio de orações, esmolas e missas celebradas por intenção dos mortos.

Por meio dos sufrágios, estabeleceu-se uma rede de solidariedade entre vivos e mortos, pois os falecidos, ao se verem livres do purgatório, iriam para o paraíso desfrutar da eternidade ao lado do Divino, podendo, então, interceder junto a Ele pelos vivos que, por meio de missas e orações, livraram as pobres almas do purgatório. Michell Volvelle destaca que a devoção às almas do Purgatório significou uma forma de cristianização do catolicismo pós-tridentino às crenças pagãs⁴²⁵.

Em fins da Idade Média, a literatura religiosa circulava com ilustrações que mostravam os moribundos vislumbrando a sentença divina nos dormitórios. Essas imagens estiveram presentes também na América portuguesa⁴²⁶.

Segundo observa Sabrina M de Sant'Anna, o tema da morte, demonstrando a diferença entre a morte do justo e do pecador, será recorrente nas Minas Gerais do século XIX. A historiadora acredita que, apesar da iconografia encontrada apresentar data do oitocentos, não significa que elas tenham sido inexistentes no século XVIII. “*A pratica comum de testar na iminência do falecimento é prova suficiente de que a doutrina do julgamento individual estava interiorizada e assimilada pela população*”⁴²⁷.

Sant' Anna, em seus estudos, percebe essa preocupação com o bem morrer nas Minas, tomando por análise um par de telas que fazem parte do acervo do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, conforme sua análise:

O quadro que apresenta a “*morte do justo*” foi executado, sem sombra de dúvidas, seguindo o modelo da litogravura descrita anteriormente. O artista usou paleta de cores diferentes, acrescentou e retirou alguns elementos iconográficos, mas manteve a mesma composição imagética. O moribundo está deitado, usando tonsura sobre a cabeça e segurando um crucifixo. No mesmo instante em que recebe auxílio sacerdotal, ele vislumbra seu Juízo Particular. Ao lado da cabeceira, no canto direito da tela, o diabo lamenta sua derrota, enquanto o Arcanjo Miguel vigia-o com a espada em punho. São José e os demais personagens presentes no recinto acompanham a boa morte do enfermo⁴²⁸.

⁴²⁴ LE GOFF. J. Op.Cit. 1981.p.18-9.

⁴²⁵ VOVELLE. Michell. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.200.

⁴²⁶ SANT' Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006, p.62

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ Ibidem. p. 65.

IMAGEM 13
A morte do justo.



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, século XIX.
Fonte: O Museu da Inconfidência, 1995, p. 290.

Já o cenário que retrata a morte do pecador será diferente do justo. Conforme analisa Sant Anna, “*seu quarto está cheio de seres infernais. Debruçado sobre a cabeceira do leito mortuário, um demônio aponta a cena em que ocorre o Juízo Particular*”⁴²⁹.

IMAGEM 14
A morte do pecador.



Óleo sobre tela, acervo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, século XIX.
Fonte: O Museu da Inconfidência, 1995, p. 291.

⁴²⁹ Ibidem.

Portanto, diante dessas crenças, providências serão tomadas pelas pessoas para garantir uma “Boa Morte”. E uma forma para isso seria escrever seus testamentos com instruções sobre a mortalha que cobriria o cadáver, os padres e irmandades que deveriam acompanhar os funerais, o local de sepultamento, o número de missas e ofícios a serem rezados. No testamento, suplicava-se a intercessão dos santos, distribuíam-se bens, praticava-se caridade fazendo doações para os religiosos, resolviam-se assuntos pendentes como o pagamento de dívidas e, em alguns casos, até o reconhecimento dos filhos ilegítimos.

Segundo João José Reis, ter uma boa morte “*significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruissem sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos*”⁴³⁰. Portanto, era necessário testar para garantir uma morte tranquila.

Havia um grande medo de se morrer acidentalmente sem os ritos devidos e sem tomar as providências para o momento final. Como a pobre Faustina Gonçalves,⁴³¹ moradora da Freguesia de Guarapiranga, que, em 9 de Março de 1749, foi morta com uma flechada de Índio. Seu marido Antônio Gonçalves Pedroso, no inventário, fez referência a tal desgraça que assolou sua família. Além da tristeza da perda de sua esposa Faustina, que deixou três filhos menores, ficava aparente o pesar pela morte acidental que não permitiu a sua senhora receber os ritos finais e fazer as recomendações necessárias.

A preocupação com a preparação para a morte também se fez presente no universo cultural da América Portuguesa. Os fiéis da colônia estavam imbuídos de princípios escatológicos, desejando, portanto, a garantia de uma “Boa Morte”. A preocupação com o bem morrer esteve presente nos testamentos das mulheres forras e livres de Vila do Carmo, através de suas recomendações de missas, atos de caridade e predisposições acerca do funeral e sepultamento.

4.2. A necessidade de testar

O costume de testar, segundo Sandra Paschoal Guedes, foi introduzido pelos romanos⁴³². Contudo, foi apenas a partir do século XII, com a restauração do direito

⁴³⁰ REIS, João J. Op.Cit. 1991, p.92.

⁴³¹ ACSM. *Inventário post mortem*. 1º Ofício. Caixa 10. Auto 375. Ano 1750.

⁴³² GUEDES, Sandra O.L. de C. *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVIII e XIX)*(Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

Justiniano, que testar passou a ser uma obrigação de todo cristão, pois a Igreja queria proteger os legados pios deixados em testamentos⁴³³.

O ato de testar, no Brasil, era legislado pelo código Phillipino. Não podiam testar homens com menos de 14 anos e mulher com menos de 12 anos, loucos ou mentecaptos, hereges, pródigos, surdos e mudos de nascença, escravos e religiosos professos. No caso de filho, sob o pátrio poder, só testavam com permissão dos pais⁴³⁴.

Havia os testamentos de tipo *cerrado*, que era quando o testador, ou alguém a mando dele, escrevia e entregava o documento lacrado a um tabelião na frente de cinco testemunhas. Existia o *nuncupativo* feito oralmente pelo testador no leito de morte. Havia ainda o testamento de *mão comum* feito com mais de um testador⁴³⁵.

No testamento, o indivíduo declarava solenemente sua vontade sobre o que desejava que fosse feito após sua morte. Esse documento continha informações sobre a naturalidade, filiação, data de nascimento, número de filhos maiores e menores, legítimos, naturais ou adotivos. Incluía-se as súplicas de ordem religiosa com invocações e rogações, encomendações da alma à Santíssima Trindade, Jesus, Maria, e ou aos santos protetores. Demonstrando crerem na existência do julgamento da alma, pediam a intercessão aos santos diante do juiz divino. São estabelecidas determinações quanto ao corpo, sepultamento, funeral e aos cuidados espirituais *post mortem*.

O testamento continha o resumo dos bens móveis e imóveis e da posse de escravos, além da identificação de dívidas e créditos, a indicação das doações as irmandades e confrarias, atos de caridade e alforria de escravos. Eram enumerados os herdeiros e a forma de repartição dos bens.

A historiadora Margarida Durães percebeu nos testamentos do Minho a preocupação com a boa morte. O testamenteiro, segundo o desejo do defunto, deveria providenciar a mortalha, o acompanhamento do funeral, a cerimônia religiosa, a refeição do enterro e a sepultura. “*Depois de colocado o corpo em descanso eterno, seguia-se uma segunda fase constituída em geral pelas missas de intenção e devoções particulares, além das esmolas que deveriam entregar*” às instituições religiosas e às pessoas citadas no testamento⁴³⁶.

⁴³³ ALMEIDA, Joseph C.F.de. O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*.Ouro Preto,2002.p.3-4.

⁴³⁴ Código Phillipino. Título LXXXIV 4º Livro das Ordenações.

⁴³⁵ GUEDES, S. O..L. de C. Op.Cit.

⁴³⁶ DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs.XVIII – XIX). *Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004.

Portugal viveu sob a égide da influência da fé católica, e esta se fará presente nas possessões ultramarinas. Portanto, a preocupação com as crenças escatológicas permearam o universo colonial e, por conseguinte, o costume de testar presente na América Portuguesa será herdado dos reinóis⁴³⁷.

Nas Minas setecentistas, houve a interiorização da mentalidade católica portuguesa por seus moradores. Os indivíduos das regiões auríferas, conforme Claudia Coimbra do Espírito Santo, viviam cotidianamente diante do dilema barroco: “*os olhos e os ouvidos do mundo exterior que o vigiavam, o denunciavam e o condenavam, e a sua consciência interior que o colocava constantemente entre a decisão de salvar sua alma ou de perder-se eternamente*”⁴³⁸.

Existem vários estudos que se valem dos testamentos como fio condutor para analisar as formas de viver, arranjos matrimoniais, organização parental e formação de cabedal. Margarida Durães, buscando entender às praticas de sucessão e herança das famílias camponesas, debruçou-se sobre escrituras testamentárias do Minho. Foram analisadas 1372 escrituras testamentárias que cobre o período entre 1720 e 1820.

A historiadora percebeu que o ato de testar era adotado buscando adiar a devolução do patrimônio para o final da vida, devendo a sucessão se fazer *post mortem*⁴³⁹. Portanto, além das preocupações espirituais presentes no testamento, este também tinha a função de organizar a vida econômica e social da família.⁴⁴⁰

Milton Stanczyk Filho, buscando perceber a acumulação, a transmissão de bens e a vida material dos habitantes da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, lançou luz sobre 32 testamentos, além de 31 inventários⁴⁴¹.

Joseph César Ferreira de Almeida se debruçou sobre os testamentos para analisar os dados relativos à existência e as relações dos testadores com seus herdeiros forçados, que são os ascendentes e descendentes em linha direta com testadores de São Paulo, durante o período de 1763 a 1863⁴⁴².

⁴³⁷ Ibidem. p.14.

⁴³⁸ SANTO, Cláudia C. do Espírito. Crédito e economia cotidiana: participação feminina nas demandas judiciais em Vila Rica – 1730/1770. *Anais XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, p.2.

⁴³⁹ DURÃES, Margarida. Op.Cit. 2004, p.7

⁴⁴⁰ Ibidem. p.8

⁴⁴¹ STANCZYK FILHO, Milton. Op.Cit. 2003.

⁴⁴² ALMEIDA, Joseph C. P.de. Op.Cit. 2002.

No estudo feito a partir de 198 testamentos, Almeida demonstrou que havia testamentos de mão comum e ainda uma quase igualdade entre homens e mulheres, sendo 100 de testadores masculinos e 98 de testadoras⁴⁴³.

O historiador percebeu também um maior número de testadores sem herdeiros forçados, concluindo que havia uma maior preocupação de pessoas sem herdeiros testando para garantir a herança às pessoas mais próximas. Mas destacou-se também um número considerável de pessoas solteiras, reconhecendo filhos ilegítimos como seus herdeiros⁴⁴⁴.

Portanto, Almeida conclui que a proximidade da morte levava os testadores a refletir em seus testamentos sobre suas histórias de vida e relatos mais íntimos, refletindo um quadro fiel e completo das relações conjugais e fora do casamento. Revelavam-se ainda as pressões sociais e familiares ao reparar em vida os pecados cometidos num momento de “fragilidade humana”. Reconhecer a filiação revela a preocupação com a transmissão do legado, destacando-a como importante estratégia familiar⁴⁴⁵.

Os testamentos setecentistas nos revelam que a preocupação maior desses homens e mulheres era com a salvação da alma. Contudo, essa salvação, diante da crença escatológica de julgamento individual, era negociada com a doação de bens que seriam utilizados para pagamento das missas e ofícios, esmolos e dotes para moças órfãs. As disposições presentes nos testamentos são em geral precisas. Discriminava-se o número de missas a serem ditas, o local e capela onde deveriam rezar as missas.

A negra Antônia, moradora de Vila do Carmo, recebera sua alforria de sua antiga senhora Isabel de Aguiar. Talvez a gratidão sentida por sua senhora que a tratara com apressado e lhe concederá a liberdade de sua condição de cativa explique o fato de ter deixado disposto em seu testamento que se passasse a *terça parte de seus bens a dita Isabel*. Também, talvez por ato de caridade, visando a sua salvação, deixou ainda o restante de seus bens *a sua escrava de nome Rosa*.⁴⁴⁶

A esposa do Sargento-mor Lourenço Pereira, Dona Maria Cardoza, ao que parece, também estava preocupada com o julgamento individual, e por isso deixou encomendado o pagamento de esmolos e, ainda que fosse dita, missa de corpo presente⁴⁴⁷.

⁴⁴³ Ibidem. p.16

⁴⁴⁴ Ibidem. p.18

⁴⁴⁵ Ibidem. p. 21

⁴⁴⁶ ACM. Óbitos. Prat. Q nº10 Testamento. Ano 1723.

⁴⁴⁷ ACM. Óbitos. Prat. Q nº10 Testamento. Ano 1724.

Antônia da Silva parecia estar muito preocupada com o destino de sua alma, deixando ao seu marido, o Mestre de Campo João de Castro Souto Maior, a missão de garantir o cumprimento dos sufrágios por sua alma: *por minha alma, se diga seiscentas missas; pelas almas do purgatório, cem missas; e, pelas almas dos pais, três missas*. Deixou ainda a Tereza de Mendonça, sobrinha do Reverendo Padre Jerônimo da Conceição, *religioso monge do patriarca de São Bento*, seis mil contos de réis, pois ela iria se tornar religiosa. Esta seria uma boa estratégia para Dona Antônia da Silva para garantir a salvação de sua alma, pois teria a intercessão de dois religiosos que, em tese, estariam mais próximos do Divino. Deixou também *duzentos mil réis de esmola a uma santinha por nome Catarina, filha de Antônio Gomes da Silva, morador de Rio das Mortes*⁴⁴⁸.

Os sufrágios vão variar conforme a condição social e econômica da testadora. No caso da forra Antônia, seu sufrágio será um pouco mais modesto em relação à senhora Antônia da Silva, que deixou encomendada várias missas. Portanto, apesar da morte ser igual para todos e o julgamento individual também, a condição econômica será determinante para a negociação da fé.

O medo da morte e a incerteza da salvação eram suavizados com a crença “*de que as missas seriam rezadas e de que a caridade, no final da vida, compensaria todos os pecados do passado*”⁴⁴⁹. Por isso, a grande preocupação de homens e mulheres dos setecentos deixarem dispostos em seus testamentos as missas a serem rezadas e as obras de caridade a serem feitas pelos menos desfavorecidos. A preocupação aumentava diante da eminência da morte. Então, investindo na salvação eterna, garantiam a feitura do testamento.

4.3. A pompa fúnebre rumo à morada eterna

A pompa fúnebre pode ser entendida como toda a cerimônia do enterro que envolvia o cortejo do morto, acompanhado de padres, irmandades com cruz alçada, as missas de corpo presente e ofícios. Nos testamentos, fica evidenciada a preocupação das mulheres setecentistas com a pompa fúnebre. Elas deixavam registradas várias disposições sobre como

⁴⁴⁸ CSM. *Inventários*. 2º Ofício. Caixa 141 Auto 2860. Com testamento. Ano 1722.

⁴⁴⁹ FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006, p.134.

deveria ser o cortejo de seu corpo e ainda discriminavam o local onde deveriam ser enterradas.

Para garantir a boa morte, homens e mulheres setecentistas deixavam testadas as disposições necessárias, mas também era preciso, segundo as regras da Igreja, que fossem ministrados ao moribundo os sacramentos da comunhão e da extrema-unção. Conforme as Constituições Primeiras, os sacramentos dariam “*especial ajuda, conforto, e auxilio na hora da morte*”⁴⁵⁰. O padre se dirigia à casa do doente, acompanhado de ajudantes que carregavam uma cruz, caldeira de água benta e o livro do ritual romano⁴⁵¹.

O conceito de esfera privada, no momento da morte, se confundira com a esfera pública. O quarto do moribundo torna-se um lugar público. Conforme Humberto José Fonseca, a morte não poderia acontecer solitária. Durante a agonia, o moribundo precisava contar com a presença de muita gente em volta. “*Era uma morte solidária, espetacular*”⁴⁵². Da agonia a morte, da administração do último sacramento até a sepultura, contava-se com a presença de parentes, amigos, irmãos e clero para garantir as orações pela alma dos mortos. Havia preocupação desde a roupa com a qual o defunto seria enterrado até o local de sepultamento. Fonseca caracteriza os ritos fúnebres da América portuguesa de “*morte barroca*”, rica em detalhes místicos e simbólicos.⁴⁵³

Alguns testamentos terão discriminada a roupa mortuária. Dona Felipa Cabral deixou expresso em seu testamento o desejo de ser sepultada na capela de Nossa Senhora da Glória, Passagem de Vila do Carmo, amortalhada com o hábito de São Francisco⁴⁵⁴. A moradora de Catas Altas, Dona Inocência também pediu para ser amortalhada com o hábito de São Francisco⁴⁵⁵. O uso da mortalha franciscana foi costume herdado dos ibéricos. *A iconografia franciscana indica que o santo tinha lugar destacado na escatologia cristã*⁴⁵⁶.

Havia outras variações de mortalha. Por exemplo, a parda Maria Rodrigues Romana deixou expresso em seu testamento que seu corpo fosse amortalhado com o hábito de Santo Antônio. Dona Maria Cardoza, além de deixar encomendada a missa de corpo presente, pediu que seu corpo fosse enterrado com a mortalha do hábito de São Pedro.

⁴⁵⁰ Primeiras Ordenações Livro I Título XLVII.

⁴⁵¹ REIS, J.J. Op. Cit. 1991,p.103.

⁴⁵² FONSECA, H. J. Op.Cit. 2006, p.28.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ ACM. Listas de Óbitos. Livro. Prat.R nº5 folha 12.

⁴⁵⁵ ACM. Listas de Óbitos. Livro. Prat.W nº20 folha 36.

⁴⁵⁶ REIS. J.J. Op. Cit. 1991, p.117

O uso da mortalha de determinado santo significava um apelo em favor de suas almas. Portanto, seu uso era de fundamental importância, e exprimia “integração do morto ao outro mundo”. A mortalha protegia e “*servia de salvo-conduto na viagem rumo ao paraíso*”⁴⁵⁷.

A morte era igual para escravos e livres, pobres ou ricos. Contudo, as pompas fúnebres os diferenciam. Como observa Júnia Furtado, “*os ritos fúnebres refletiam os mesmos paradoxos que se defronta a sociedade da época*”⁴⁵⁸. Além do mais, nem todos tinham o privilégio de dispor seus desejos por meio do testamento. Esta era uma fonte socialmente seletiva, já que só uma minoria tinha capacidade de testar.⁴⁵⁹ As pessoas pobres não testavam, pois não tinham bens relevantes para isso.

No acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, dos 120 testamentos encontrados, 84,2% são de livres, 13,3% de forros e 1,7% de escravos⁴⁶⁰. Consultando a lista de óbitos de Vila do Carmo, no período de 1713 a 1750, das 23 mulheres com testamento, 61,5% eram livres e 38,5% eram forras. Na Casa Setecentista de Mariana, encontramos 16 testamentos, sendo 68,8% de livres e 31,2% de forras.

O historiador Humberto José Fonseca, debruçando-se sobre os testamentos, observa também que eles revelavam “*a preocupação com a manutenção do poder*” e “*a preservação do status quo e os preceitos testamentais*”⁴⁶¹.

A moradora de Furquim, Ângela da Cruz de Santa Rita, mulher branca e de posse, pediu em seu testamento que seu funeral fosse acompanhado por todos *os sacerdotes que se acham* na freguesia e pelos membros da Irmandade das Almas. Pediu ainda uma procissão com cantos pela sua alma. Registrou ainda que fosse dita uma missa de corpo presente, além das missas que deveriam ser celebradas em Portugal, sendo sete por sua alma e uma para seus sogros e seus pais.

A forra Antônia teve um funeral mais modesto, deixando registrado em seu testamento que *seu corpo fosse amortalhado em um lençol branco e sepultado na Matriz desta Vila, e encomendou que fossem rezadas apenas 10 missas por sua alma*⁴⁶².

⁴⁵⁷ Ibidem. p.124.

⁴⁵⁸FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, Istvan e KANTOR, Íris (orgs). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Volume I. 397-416. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001b, p.398.

⁴⁵⁹ DURAES, Margarida. Op.Cit. 2004, p.8

⁴⁶⁰ AEPNSP. Ver: CAMPOS, Adalgisa A. Et.all. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina, 2002. CD Rom , V. 1.p.16.

⁴⁶¹ FONSECA, José Humberto.Op.Cit. 2006

Já a preta forra Mônica Camilo Corrêa deixou disposto em seu testamento como seria o cortejo de seu corpo até a tumba das almas na Matriz de Nossa Senhora do Carmo. Seu funeral deveria ser acompanhado pelo vigário mais 9 sacerdotes, e dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito.

Entre os funerais das forras Mônica e Antônia, também percebemos diferenças. Enquanto no de Antônia estava presente a simplicidade que refletia seu baixo poder econômico, no caso de Mônica, que declarava possuir vários bens incluindo 3 escravos, já se percebe uma maior pompa do funeral. Porém, quando comparadas com as recomendações de Dona Ângela, que apresentava uma melhor situação econômica, o funeral da forra Mônica perdia seu brilho.

Portanto, a preocupação com a morte estava presente na América Portuguesa, apresentando variações conforme a condição social e econômica. O “*parecer*” e o “*ser*”, presentes na sociedade setecentista, também mostravam seus traços no momento da morte por meio da pompa fúnebre.

4.3.1. A Igreja e a Boa Morte

O templo religioso era entendido como a morada de Deus. Por isso, os indivíduos, ao testarem, manifestavam a necessidade de serem enterrados em solo sagrado. Entre o século XIV e XVIII, para a escolha da sepultura, era considerada a piedade religiosa pela paróquia, ordem religiosa ou por um santo, além da piedade familiar⁴⁶³.

Nos testamentos, estão expressos o nome e o local da Igreja em que deveria ser sepultado o corpo. Dona Francisca Luiz pedia que seu corpo fosse sepultado na Igreja do distrito de Guarapiranga, debaixo da pia de água benta⁴⁶⁴. A preta forra Maria da Silva pedia que fosse enterrada na tumba da Irmandade de São Benedito que ficava na Igreja do Rosário na freguesia de Guarapiranga⁴⁶⁵.

Antônia da Silva foi batizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila do Carmo, e desejava também ser enterrada nela. Portanto, além de deixar disposto que

⁴⁶² ACM. Óbitos. Prat. Q n°10 Testamento. Ano 1723.

⁴⁶³ ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.119

⁴⁶⁴ CSM. *Inventário*. 1º Ofício Códice 89 Auto 1870 Ano 1715. c/ testamento

⁴⁶⁵ CM. Óbitos. Prat.Q. n°10 folha 24. Ano 1747.

fosse celebrada uma missa de corpo presente, com a presença de todos os *padres que se encontrassem*, pediu ainda que fosse enterrada nessa mesma igreja, embaixo da imagem de Santo Antônio⁴⁶⁶.

Na hora de sepultar o corpo, a posição econômica e social também era determinante. Havia uma hierarquização dentro da própria igreja. Os que gozavam de prestígio teriam lugar reservado no interior da igreja. Provavelmente, era o caso de dona Antonia da Silva, senhora de posse, que deixara dois livros de ouro para a Irmandade do Senhor dos Passos para ajudar nas obras da capela.

Havia uma hierarquização no recinto religioso, pois os mais abastados eram sepultados mais próximos da capela-mor e os menos ricos na nave. Aos forros, livres pobres e escravos restavam o adro, parte que circunda a igreja⁴⁶⁷. Nos adros das igrejas se realizavam um “*conjunto vasto e variado de atividades mundanas*”⁴⁶⁸.

É possível perceber essa diferenciação por meio dos dados relativos aos enterros dentro e fora da Matriz do Pilar considerando a condição social⁴⁶⁹.

TABELA 10
Locais de enterramento por condição social

Condição	Adro	Nave ou corpo (Indeterminado)	Nave
Livres	2	106	12
Forros	1	7	0
Escravos	515	10	0
Não consta	1	2	0
Coartados	1	0	0
Total	522	125	12

Fonte: AEPNSP. Ver: CAMPOS, Adalgisa A. Et.all. Op. Cit. 2002, p.17.

Dos 659 enterros que ocorreram na matriz do Pilar, 522 indivíduos foram sepultados no adro da igreja, ou seja, do lado de fora da igreja, sendo a grande maioria de escravos. Apesar de o adro fazer parte do espaço sagrado, por estar no lado exterior estava mais propício a atos de profanação. Os que foram enterrados na nave ou corpo da igreja correspondem a 125 indivíduos, sendo que 106 eram livres e, provavelmente, com uma

⁴⁶⁶ CSM. *Inventário*. 2º Ofício Códice 141 Auto 2860. Ano 1722 . c/ testamento

⁴⁶⁷ CAMPOS. A.A A Idéia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 19, 2000.

⁴⁶⁸ ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997. p.361

⁴⁶⁹ CAMPOS, Adalgisa A. Et.all.Op.Cit. 2002, p.17

condição social e econômica superior, deixando, provavelmente, alguma doação para a capela. (Tabela 10)

O local do descanso eterno era pensado também com o propósito de garantir a salvação, pois a aspiração do túmulo nos locais de culto tinha o objetivo de garantir a proteção do santo venerado e assegurar o repouso em paz do morto até o dia do Juízo Final⁴⁷⁰, conforme as Primeiras Ordenações:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fieis cristãos defuntos nas Igrejas e cemitérios delas, pois, como são lugares, a que todos os fiéis concorrem para ouvir e assistir às missas, ofícios divinos e orações, tendo à visita às sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que, mais cedo, sejam livres das penas do Purgatório. E não se esquecerão da morte. Antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória dela nas sepulturas⁴⁷¹.

As sepulturas dentro da igreja serviam para acolher os corpos para esperar o Juízo Final, mas também servia à pedagogia do bem morrer, fazendo os vivos se lembrarem que aquele também seria seu fim, assim como os que estavam enterrados no templo. A igreja, então, valorizava o momento da morte e se beneficiava disso também.

Na região aurífera, conforme Adalgisa Arantes Campos, a vivência religiosa leiga foi marcada pelo aspecto devocional; porém, não com uma religiosidade marcada por práticas penitenciais excessivas. O homem barroco apresentava-se como um indivíduo que “*quer se salvar, mas salienta-se dentro de uma perspectiva bastante aclimatada às exigências temporais*”⁴⁷².

Os fieis das Minas buscavam a salvação e o “bem morrer”. No entanto, viviam cotidianamente segundo as regras e preceitos da fé que professavam. Então, “*para compensarem a vida desregrada*”, dedicavam-se “*ao culto santoral com apreço e pompa*”⁴⁷³.

As pessoas se associavam às confrarias e irmandades leigas, buscando honrar seus padroeiros, contribuindo para a construção de templos, realização de festas religiosas e fazendo caridade. Essas associações leigas desempenhavam papel importantíssimo no sentido de garantir a “Boa Morte”.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Primeiras Ordenações. Livro IV Título LIII nº 843.

⁴⁷² CAMPOS, Adalgisa *A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas*. (Doutorado em História) – FFLCH/ USP. São Paulo, 1994. p.32

⁴⁷³ SANT’ ANNA. S.M. Op. Cit. 2006, p.72

As irmandades também estariam presentes para acompanhar essas mulheres ao seu leito de morte. Portanto, agora trataremos das irmandades nas Minas e a presença das mulheres de Vila do Carmo e seu termo nessas associações.

4.4. As Irmandades

As irmandades surgiram na Europa Medieval, difundindo-se no contexto das reformas religiosas tridentinas. Essencialmente, essas organizações prestavam culto a um santo e se dedicavam a obras de caridade voltadas para os próprios membros ou para pessoas carentes não associadas⁴⁷⁴.

Em Portugal, as origens das irmandades se encontravam por volta do século XVI e eram formadas predominantemente por leigos. Essas associações religiosas estiveram presentes na América portuguesa e representaram importante espaço de sociabilidade na colônia⁴⁷⁵. Elas zelavam pelo culto religioso e assistência espiritual, e prestavam auxílio em caso de doença e falecimento. Cada irmandade tinha um santo de devoção e, para seu funcionamento, era necessário que uma igreja a acolhesse, ou que se construísse seu templo próprio. Era preciso também um estatuto aprovado pelas autoridades eclesiásticas⁴⁷⁶.

Geralmente, um templo acomodava várias irmandades que construía altares laterais em honra ao santo patrono. As irmandades e confrarias que conseguissem recurso suficiente construía sua capela ou Igreja própria. Elas eram administradas por uma mesa composta por escrivães, tesoureiros e procuradores que desempenhavam várias tarefas, tais como arrecadação de fundos, guarda de livros e bens, visita de irmãos necessitados, organização de funerais, etc.⁴⁷⁷

Nos regulamentos dessas associações, estavam estabelecidos a condição social ou racial exigida dos sócios, os seus deveres e direitos⁴⁷⁸. Os irmãos deveriam ter bom comportamento e respeito à devoção católica. Tinham ainda que pagar anuidades, participar

⁴⁷⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.316.

⁴⁷⁵ Conf. BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

⁴⁷⁶ Constituições Primeiras... Título LX. Parágrafo 867 apud. REIS, J.J.Op.Cit.

⁴⁷⁷ REIS, J.J. Op.Cit.

⁴⁷⁸ Ibidem. p.50

das cerimônias civis e religiosas. Em contra partida, os membros das irmandades tinham o direito à assistência médica e jurídica, socorro no momento de crise financeira, direito a um enterro descente, com acompanhamento dos irmãos no cortejo, e sepultura na capela da irmandade. Os associados das irmandades acreditavam também que a participação deles garantiria atenção espiritual em favor de suas almas⁴⁷⁹. Caio Boschi defende que as irmandades eram “agentes de solidariedade grupal, congregando simultaneamente anseios comuns frente à religião, e perplexidade frente à realidade social”⁴⁸⁰.

João José Reis pontua que as irmandades eram “*associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais*”⁴⁸¹. No caso da Bahia, por exemplo, havia irmandades poderosas pertencentes à elite branca colonial. Destacavam-se as Santas Casas de Misericórdia, Irmandades do Santíssimo Sacramento e as Ordens Terceiras de São Francisco, do Carmo e de São Bento. Poderia haver irmandades de brancos, pardos e negros. As mais numerosas eram as Irmandades de “homem de cor”, que tradicionalmente dividiam-se em crioulos, mulatos e negros africanos.⁴⁸² As irmandades de negros tiveram suas funções ampliadas. Algumas delas “*funcionavam como veículo de libertação de seus integrantes ao alforriá-los*”⁴⁸³.

Por meio das quantias advindas das mesadas, esmolas e doações testamentárias essas entidades garantiam o seu auto-sustento. O saldo positivo entre as receitas e despesas garantia o cumprimento das obrigações e atividades litúrgicas, como socorrer os filiados, sepultar os irmãos, realizar os ofícios, construir e ornamentar capelas próprias.

Nas Minas setecentistas, as irmandades também tiveram importante papel. A história delas se confunde com a própria história social da região mineradora⁴⁸⁴. O Estado português impôs às Minas uma política religiosa que não permitia a fixação de ordens religiosas conventuais, sob a alegação de que os religiosos eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por incentivar o não pagamento de impostos. Nas palavras do Guarda-mor Domingos da Silva Bueno:

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ BOSCHI, C. C. Op.Cit. 1986, p.14

⁴⁸¹ REIS, J.J. Op.Cit. 1991. p.51.

⁴⁸² Ibidem. p.53-4.

⁴⁸³ BOSCHI, C. C. Op.Cit. 1986, p.26.

⁴⁸⁴ Ibidem. p.1.

Primeiramente, os mosteiros religiosos causam a V. Majestade muito considerável perda, por serem os que assistem nestas Minas, com o subterfúgio de adquirir para a comunidade ou amparar suas obrigações pobres, e trazem licença de seus prelados por poucos tempos, mas gastam anos. Estes negociam comprando e vendendo, os mais modestos por terceira via, outras escandalosamente. E costumam levar arroubas de ouro, e não consta quintarem mais de umas poucas oitavas. Muitos seculares costumam, por via deles, passarem o seu ouro em pó⁴⁸⁵.

Esse contexto contribuiu para que nas Minas Gerais nascessem as Irmandades Leigas. Essas associações religiosas desenvolveram diversas tarefas e se afirmaram como uma das principais forças sociais presente nas Minas colonial⁴⁸⁶.

O catolicismo nas Minas caracterizou-se por manifestações externas de fé, como procissões, culto de imagens, louvor aos santos e templos. Esse tipo de manifestação religiosa, conforme José F.Carrato, foi herdado de Portugal, onde as cerimônias eram marcadas pela magnificência, além do culto às imagens constituírem um fundo de divertimento popular⁴⁸⁷.

Nesse sentido, as irmandades atuaram para o desenvolvimento do catolicismo popular nas Minas. Conforme observa João José Reis, “*as irmandades eram organizadas como um gesto de devoção a santos específicos, que, em troca de proteção aos devotos, recebiam homenagens em exuberantes festas*”⁴⁸⁸.

Fazer parte de uma irmandade significava uma importante forma de sociabilidade, pois os membros se reuniam para organizar festas religiosas, procissões e acabavam por se fazerem presentes na esfera pública. A irmandade, portanto, acabava sendo um cartão de visita, o que significava ter acesso a toda sorte de facilidades, benefícios e créditos⁴⁸⁹.

É possível afirmar que fazer parte de uma irmandade garantia a possibilidade das mulheres de Vila do Carmo transitarem pelo espaço público, por meio da participação em procissões, ofícios, missas e festas religiosas. Entre as obrigações dos filiados estavam, pois, acompanhar os funerais dos irmãos e participar dos festejos e procissões realizadas em honra ao santo de devoção.

⁴⁸⁵ AHU. Carta de Domingos da Silva Bueno, Guarda-Mor das Minas Gerais para D. Pedro II. 20 de Agosto de 1704. Caixa 1 Doc. 07 Código 247.

⁴⁸⁶ BOSCHI.C.C.Op.Cit. 1986, p.21-29

⁴⁸⁷ CARRATO, José F. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Campanha: Ed.Nacional, 1968. p.48.

⁴⁸⁸ REIS.J.J.Op.Cit. 1991, p.59.

⁴⁸⁹ SANTOS, R.F. Op.Cit. 2002, p.164

Os rituais católicos eram ocasiões ideais para as senhoras se mostrarem à sociedade. Elas se apresentavam em número considerável nas irmandades e sua participação estava geralmente ligada à função de pedir donativos⁴⁹⁰.

Toda irmandade possuía um conjunto de normas que regulavam o seu funcionamento, proporcionando uma maior ordenação interna. Desempenhavam também diversas funções como garantir a construção de igrejas e a realização de festas⁴⁹¹. Tinham também a função de garantir a pompa fúnebre, que seria, talvez, uma de suas mais importantes obrigações. Por isso, homens e mulheres das Minas deixaram registradas consideráveis doações em testamento, garantindo tanto as orações pelas almas como a pomba fúnebre.

Dona Antônia da Silva, moradora de Vila do Carmo, deixou à irmandade do Senhor dos Passos dois livros de ouro para obras da capela⁴⁹². A forra Mônica Gomes Correa, pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de São Benedito, deixou de doação um contos de réis⁴⁹³.

A também preta forra Josefa Correia, moradora da Freguesia de Antônio Dias, fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade de São Benedito e de Santa Efigênia. A cada uma, deixou 12\$000. Josefa deixou disposto em seu testamento o desejo de ser enterrada na matriz de Nossa Senhora do Rosário, pedindo ainda que seu corpo fosse levado no esquife da irmandade. Para isso, deixou de esmola 28\$800 à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário⁴⁹⁴.

No auto de inventário de Dona Ana Francisca Rider, mulher do capitão-mor João Nogueira Ferreira, aparecem registros de pagamentos de 11\$400 à Irmandade de Santa Ana, e de 15\$075 à Irmandade de São Gonçalo⁴⁹⁵.

Fazer parte de uma irmandade conferia status, e poder contar com as orações destas no momento da morte não era privilégio de todos. Essas associações leigas, como observa Caio Boschi, retratavam o processo de estratificação social, aglutinando grupos e reforçando a diferenciação social⁴⁹⁶. A participação em uma irmandade tornava-se fundamental para

⁴⁹⁰ Ibidem.

⁴⁹¹ BOSCHI, C. C. Op.Cit. 1986.

⁴⁹² ACSM. *Inventários*. 2º Ofício. Caixa 141 Auto 2860. Ano 1722. C/ Testamento.

⁴⁹³ AEAM. *Testamento*. Livro R-15 fls. 51-54V. Ano 1738.

⁴⁹⁴ ACSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 150 Auto 3147. Ano 1739. C/ testamento.

⁴⁹⁵ CSM. *Inventários*. 1º Ofício. Caixa 87 Auto 1846. Ano 1739.

⁴⁹⁶ BOSCHI, C. C. Op.Cit. 1986, p.150

garantir a pomba fúnebre e, por conseguinte, a afirmação da posição social. Além do reconhecimento do indivíduo dentro de sua comunidade, desfrutava ainda de um funeral digno.

Portanto, pertencer a uma irmandade era fator essencial para a identificação dos indivíduos dentro dos núcleos urbanos. *“Nas sociedades das Minas Gerais, era quase impossível não participar destas irmandades. Eram locais para o exercício dos ritos católicos – batismo, extrema-unção e enterro⁴⁹⁷”*.

Essas irmandades refletiam a hierarquização da sociedade setecentista. As mulheres das Minas se fizeram presentes nas irmandades não só por suas devoções, mas também por suas preocupações com a elevação da alma, após a morte, ao paraíso. Além disso, motivavam-lhes o desejo de conseguirem bom trânsito social e o reconhecimento público de sua condição. É possível pensar que, para as brancas da elite, as irmandades representavam mais uma possibilidade de transitar além do lar. Para as forras, significavam uma forma de conseguir e tornar pública sua aceitação e de seus descendentes dentro do espaço social das Minas.

⁴⁹⁷ FURTADO, Julia F. Op.Cit. 2003.p.168

CONCLUSÃO

A notícia da descoberta do ouro levou centenas de pessoas a se aventurarem no sertão da colônia. Esses indivíduos chegaram às Minas alimentados pelo sonho de enriquecer. Para a região mineradora, dirigiram-se escravos, padres, militares, e solteiros “desenraizados”; alguns de outras capitânicas e a maioria da metrópole.

Inicialmente, o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade fez-se precariamente, apresentando, volta e meia, elevação dos preços. Os primeiros faiscadores, como solução, estabeleceram os primeiros ranchos onde plantavam milho e feijão. Muitos desenvolveram, paralelamente ao serviço de mineração, a produção de gêneros alimentícios.

Surgiram as primeiras capelas de pau-a-pique cobertas de palhas para rezar as missas e ofícios. Com o adentrar do século XVIII, foram organizadas as primeiras irmandades que trataram de construir novas capelas e cuidar das atividades religiosas nas Minas.

Buscando melhor exercer um controle fiscal, a coroa portuguesa fundou as primeiras vilas. Vila do Carmo foi fundada em 8 de Julho de 1711, quando o povoamento já se apresentava intenso e os traços mais sólidos de urbanização começavam a se fazer presente.

Essas vilas tiveram a presença de mercadores, negociantes, religiosos, burocratas, militares, além de escravos que formaram a sociedade mineradora. Em meio a uma grande diversidade de “gentes” das mais diversas condições, tal sociedade também se estruturou com características barrocas e de Antigo Regime. É nesse contexto que se encontravam as mulheres livres e forras de Vila do Carmo, objeto de nossa pesquisa. A presente dissertação buscou adentrar no universo dessas mulheres e traçar seu perfil social e econômico. Para tal, debruçamo-nos sobre os inventários *post mortem* que abarcam o período de 1713 a 1750, lançando luz sobre os bens de raiz, posse em escravo, utensílios, jóias e roupas.

Os inventários analisados das mulheres livres eram predominantemente de casadas. Destas mulheres analisadas, 75% eram casadas e 25% eram solteiras ou viúvas. A maioria das mulheres mais abastadas eram senhoras de militares. Os bens destas mulheres variavam a partir da atividade econômica e da posição social ocupada por seus cônjuges.

O casamento era incentivado pela Coroa portuguesa como forma de controle social. Como muitos dos portugueses que vinham tentar enriquecer nas Minas eram solteiros, a Coroa se preocupava em incentivar o casamento como forma de solidificar os laços familiares e viabilizar os interesses econômicos. Afinal, a condição de casado acabava por conferir status social e reforçar a posição econômica.

Pode se inferir que a maioria das inventariadas casadas são mulheres da própria Capitania das Minas ou de outras regiões da colônia, filhas de portugueses ou de descendentes. Dentre as solteiras, predominavam as forras. Ao que parece, a maioria era da própria Vila do Carmo e de seu termo ou vinham de outras partes da colônia.

Uma roupa, um adorno, um objeto de devoção ou mesmo um vasilhame, ou uma ferramenta de trabalho pode revelar muito sobre o passado de uma sociedade. Buscando adentrar no passado dessas mulheres setecentistas, lançou-se luz sobre os bens móveis e imóveis arrolados nos inventários *post mortem* e testamentos, e, a partir deles, encontramos aspectos interessantes sobre essas mulheres.

O conceito de cultura material, portanto, foi fundamental para balizar nosso trabalho, considerando que os objetos levam-nos a uma história, falam dos modos de viver e de pensar. Tentamos dar sentido a esses objetos para desvendarmos um pouco sobre as mulheres e traçar o perfil econômico e social destas.

Para dar sentido aos meios materiais de existência arrolados nos inventários e testamentos, valemo-nos dos conceitos de sociedade barroca e de Antigo Regime para dizermos quem eram essas mulheres e como elas vão contribuir para estruturar a sociedade mineradora.

Numa sociedade com traços de Antigo Regime, os homens buscavam acumular, além de bens materiais, aparatos simbólicos, como honrarias, títulos e cargos. Já suas mulheres buscavam ostentar a posição de seus cônjuges. “Ser” e “parecer” eram conceitos significativos no universo das Minas. As mulheres livres se fizeram presentes no espaço público, acompanhando os maridos nas cerimônias oficiais, procissões, missas e ofícios. Nessas ocasiões, não desperdiçavam a oportunidade de se ornarem e bem vestirem-se, mostrando seu status social adquirido com o casamento. Essas cerimônias eram momentos únicos para estas livres, considerando que se tratava de uma sociedade predominantemente masculina, onde não gozavam de autonomia e nem ocupavam postos oficiais.

Lançando luz sobre as vestimentas e adornos, móveis, prataria e louças que aparecem arrolados nos inventários *post mortem*, buscamos perceber como estes bens revelavam os hábitos culturais e a distinção social nas Minas. Percebemos que, nos primeiros anos, nas Minas, as vestimentas, os adornos e os demais bens eram marcados pela simplicidade, justificado em grande medida pela pouca oferta e diversidade de produtos. A partir de 1735, a situação se modificou e foi possível verificar uma grande diversidade de vasilhames, lençóis, louças da Índia, arrolada nos inventários. As vestimentas e adornos também eram mais abundantes e apresentavam-se mais coloridos e luxuosos.

Com o incremento das atividades comerciais nas Minas decorrente do crescimento econômico e da consolidação do mercado interno, houve uma mudança no padrão de consumo da população. Evidentemente, não pretendemos raciocinar a partir de uma lógica burguesa consumista, mas o fato é que as mulheres das Minas procuraram adornar-se e ostentar sua condição por meio do uso de objetos, utensílios, vestidos e jóias que lhes permitisse distinguiem-se dentro da sociedade.

Os portugueses e seus descendentes buscavam distinguir-se da gente da terra, utilizando-se de meios simbólicos, como por exemplo, usando tecidos finos para se apresentarem no espaço público. O Antigo Regime foi demarcado por características relacionadas à aparência e aos aspectos exteriores de conduta. Ser homem bom na América portuguesa exigia ter estilo de vida nobre. As senhoras, por meio de roupas, jóias, e mesmo utensílios domésticos, buscavam fazer valer o estilo nobre que sua posição de casadas lhes conferia.

Portanto, as mulheres livres, principalmente as casadas com os homens da elite colonial, se preocuparam em fazer verdadeiros “*investimentos sociais*” como uma das obrigações sociais daqueles que pretendessem se tornar gente de “alguma nobreza”. No lar, vestiam-se com simplicidade, mas, ao se apresentarem em público, abusavam das jóias e roupas luxuosas.

Contudo, não apenas as livres se valeram de símbolos exteriores para se distinguir. Essa preocupação também esteve presente entre as forras que, ao conseguirem alguma ascensão econômica, buscavam vestir e se impor dentro daquela sociedade, tanto para distinguir como para transgredir. Abusavam do brilho e da cor, buscando manter um diálogo entre aspectos da cultura africana e euro-ocidental.

Muitas ex-escravas, por meio do trabalho como vendeiras, conseguiram acumular pecúlio e adquirir a alforria. Havia ainda os casos daquelas que, por meio de relações ilícitas com seus senhores, conseguiram a liberdade. Seja por que meios fossem, quando se tornavam libertas, essas mulheres, além de terem que enfrentar o preconceito por seu sexo, tinham que criar estratégias de resistência para se distanciar da sua antiga condição. Essa resistência se concretizava quando se inseriam no mundo do trabalho, da aquisição de escravos, do ingresso em irmandades e do estabelecimento de laços de compadrios. As mulheres forras também tentavam impor-se por meio da ostentação de jóias e roupas luxuosas, abusando do brilho e da cor. Elas adaptaram o estilo português ao gosto africano, com o objetivo de distinção social e também para manterem a proximidade das suas origens.

As jóias para as forras, além de adornos, significavam investimentos econômicos,

aos quais elas poderiam recorrer em momento de dificuldade financeira. Isso fica evidente nos inventários e nos testamentos onde muitas delas tinham jóias penhoradas.

Os utensílios arrolados nos inventários *post mortem* de forras e livres também revelam a atuação dessas mulheres na cozinha, espaço em que talvez elas tivessem maior autonomia. As brancas cozinhavam ou instruíam as negras nestes afazeres domésticos. Seu poder nesse espaço talvez fosse inquestionável.

As forras faziam seus quitutes revelados pela presença de tabuleiros e tachos que eram comercializados nas ruas e nas áreas de mineração. Tal atividade lhes permitia conseguir autonomia e maior trânsito na sociedade. A maioria das ex-cativas, ao contrário das livres e seus maridos, não estava envolvida com a mineração ou atividade agropastoril. Ao que parece, a principal forma de se manterem era por meio do comércio de quitutes e gêneros de consumo diário.

Os plantéis de escravos das forras eram pequenos e, ao que tudo indica, os seus cativos eram destinados a lhes auxiliarem nas atividades mercantis. Além do mais, o escravo conferia status social e significava um investimento econômico a que poderiam recorrer num momento de dificuldade financeira.

O grosso da riqueza da maioria dos inventários era composto pela posse de escravos que se apresentava como mão-de-obra fundamental para o trabalho das Minas, além de conferir status econômicos. Em segundo lugar, apareciam os bens de raiz, reafirmando o ideal aristocratizante daquela sociedade. Só depois, vinham os outros bens como os utensílios, jóias, ferramentas, roupas, vasilhames e móveis.

Debruçamos também sobre os testamentos dessas mulheres para tentarmos dar-lhes mais ouvidos, e ainda perceber os traços da sociedade barroca que se apresentam por meio dos ritos e crenças apresentados nessa documentação.

As mulheres livres, ao testarem, manifestavam seu desejo, deixando disposições sobre como o corpo deveria ser amortalhado, o número de missas a ser rezado, o local onde elas deveriam ser enterradas, quem acompanharia o cortejo fúnebre, a quem fariam doações de esmolas e que moças solteiras seriam beneficiadas com algum pecúlio para o dote.

As negras forras também estavam preocupadas com as pompas fúnebres. A pompa fúnebre diferenciava pobres de ricos, refletindo os paradoxos presentes na sociedade setecentista. As esposas dos homens da elite colonial, assim como as forras com condição econômica superior deixavam recomendações detalhadas para garantir funerais cheios de pompa.

A presença da irmandade era fundamental para os momentos últimos. Além das

questões mais diretamente relacionadas à religiosidade, a presença das irmandades nos ritos fúnebres demonstrava o lugar social do indivíduo. Mesmo nestes momentos finais, a demonstração pública da ligação a estas associações demonstrava e reforçava o status social não só da falecida, mas de toda a família. Para as livres brancas, essas organizações religiosas, além de status e privilégios, representavam a possibilidade de transitarem além do lar. Para as negras forras, o pertencimento a uma irmandade foi uma forma de conseguir aceitação social e distanciamento da sua antiga condição.

As mulheres das Minas foram muitas. Havia as que se faziam notar no espaço público por meio das roupas e ornamentos e participando das irmandades e das atividades religiosas. Havia aquelas que conseguiram autonomia e ascensão econômica por meio do seu próprio trabalho. Outras conquistaram autonomia e certos poderes com a viuvez. Havia ainda mulheres que desfrutaram de autonomia apenas no restrito espaço privado, comandando a cozinha, delegando funções aos escravos, cuidando da prole e dos maridos.

Estes são alguns retratos das muitas mulheres que viveram na Vila do Carmo e no seu termo, no século XVIII. Mulheres que, ainda que no silêncio murmurante de seus restritos espaços de atuação, contribuíram decisivamente para a estruturação da sociedade colonial nas Minas.

FONTES MANUSCRITAS

1. Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

1.1. Inventários post mortem, 1º Ofício.

Inventário de Ana Maria de Borba. Caixa 187. Auto 838. Ano 1713.

Inventário de Francisca Luiz. Caixa 89. Auto 1870. Com testamento. Ano 1715

Inventário de Ana Gonçalves de Camargo. Caixa 71. Auto 1514. Ano 1723.

Inventário de Catarina de Miranda Oliveira. Caixa 109. Auto 2256. Com testamento. Ano 1724.

Inventário de Catarina Mendes. Caixa 109. Auto 2248. Ano 1726.

Inventário de Maria Cardoso de Siqueira. Caixa 18. Auto 528. Com testamento. Ano 1726.

Inventário de Maria de Godoi Moreira. Caixa 21. Auto 573. Ano 1727.

Inventário de Bernarda Maria. Caixa 69. Auto 1482. Ano 1730.

Inventário de Josefa Maria. Caixa 15. Auto 466. Ano 1730.

Inventário de Helena Rodrigues. Caixa 120. Auto 2506. Com testamento. Ano 1731.

Inventário de Eleutéria Maria de Jesus. Caixa 120. Auto 2497. Ano 1732.

Inventário de Generosa Corrêa de Mendonça. Caixa 117. Auto 2443. Ano 1732.

Inventário de Catarina da Silva. Caixa 51. Auto 1154. Com testamento. Ano 1732.

Inventário de Francisca de Almeida. Caixa 89. Auto 1869. Ano 1733.

Inventário de Cezilia Mendes. Caixa 35. Auto 818. Ano 1733

Inventário de Joana Maciel da Costa. Caixa 148. Auto 3106. Ano 1734.

Inventário de Maria da Costa. Caixa 60. Auto 1325. Ano 1734.

Inventário de Inocência Nunes Ferreira. Caixa 102. Auto 2124. Com testamento. Ano 1734.

Inventário de Maria da Fonseca. Caixa 45. Auto 1044. Com testamento. Ano 1736.

Inventário de Catarina de Siqueira. Caixa 74. Auto 1557. Ano 1736.

Inventário de Bernarda Maria de Jesus. Caixa 110. Auto 2263. Ano 1737.

Inventário de Mariana Andrade. Caixa 46. Auto 1048. Ano 1738.

Inventário de Feliciano Correia. Caixa 87. Auto 1841. Ano 1739.

Inventário de Josefa Correia. Caixa 150. Auto 3147. Com testamento. Ano 1739.

Inventário de Ana Francisca Rider. Caixa 87. Auto 1846. Ano 1739.

Inventário de Catarina Rodrigues de Sá. Caixa 74. Auto 1555. Ano 1739.

Inventário de Ana de Moraes Sodré. Caixa 36. Auto 841. Ano 1739.

Inventário de Joana de Vaz. Caixa 107. Auto 2192. Ano 1739.
Inventário de Antonia Gomes. Caixa 62. Auto 1343. Ano 1739.
Inventário de Barbara Pereira da Cruz. Caixa 16. Auto 478. Ano 1740.
Inventário de Barbara da Luz. Caixa 136. Auto 2831. Com testamento. Ano 1740.
Inventário de Joana da Gama. Caixa 150. Auto 3152. Ano 1741.
Inventário de Florência Pereira. Caixa 89. Auto 1868. Ano 1741.
Inventário de Maria das Neves Moreira. Caixa 1030. Auto 44. Auto 1742.
Inventário de Maria Ribeiro. Caixa 114. Auto 2366. Ano 1742.
Inventário de Catarina da Silva. Caixa 51. Auto 1155. Ano 1742.
Inventário de Maria Soares. Caixa 44. Auto 1020. Ano 1742.
Inventário de Mariana de Freitas Furtado. Caixa 45. Auto 1043. Ano 1743.
Inventário de Josefa Ribeiro. Caixa 13. Auto 433. Ano 1743.
Inventário de Custodia Maria de Jesus. Caixa 35. Auto 812. Ano 1744.
Inventário de Ana da Cruz de Santa Rita. Caixa 30. Auto 724. Ano 1744.
Inventário de Gracia Fernandes da Cruz. Caixa 118. Auto 2453. Ano 1745.
Inventário de Ana Maria Alves. Caixa 71. Auto 153. Ano 1746.
Inventário de Mariana Corrêa de Oliveira. Caixa 46. Auto 1050. Ano 1748.
Inventário de Catariana Nunes da Fonseca. Caixa 51. Auto 1153. Ano 1749.
Inventário de Izabel Pereira de Jesus. Caixa 102. Auto 2121. Ano de 1749.
Inventário de Mariana Rodrigues Leal. Caixa 78. Auto 1669. Com testamento. Ano 1749.
Inventário de Helena Corrêa de Lima. Caixa 119. Auto 479. Ano 1749.
Inventário de Branca Furtado de Mendonça. Caixa 16. Auto 479. Ano 1749.
Inventário de Maria Ribeiro da Rocha. Caixa 77. Auto 1644. Ano 1749.
Inventário de Inocência Corrêa de Faria. Caixa 102. Auto 2125. Ano 1750.
Inventário de Faustina Gonçalves. Caixa 10. Auto 375. Ano 1750.
Inventário de Joana Maria. Caixa 14. Auto 456. Ano 1750.
Inventário de Joana do Rosário. Caixa 15. Auto 465. Com testamento. Ano 1750.

1.2. Inventários post mortem, 2º Ofício

Inventário de Antonia da Silva. Caixa 141. Auto 2860. Ano 1722.
Inventário de Izabel Pinto. Caixa 139. Auto 2803. Ano 1724.
Inventário de Luiza Maria. Caixa 72. Auto 1568. Ano 1726.
Inventário de Maria dos Reis. Caixa 77. Auto 1672. Ano 1727.

Inventário de Ursula de Azeredo. Caixa 88. Auto 1901. Ano 1730.
Inventário de Maria Tereza de São José. Caixa 15. Auto 449. Ano 1730.
Inventário de Maria Ribas. Caixa 139. Auto 2813. Ano 1732.
Inventário de Izabel Maria de Azevedo. Caixa 132. Auto 1671. Ano 1734.
Inventário de Maria da Conceição. Caixa 39. Auto 919. Ano 1734.
Inventário de Mariana Romana da Fonseca. Caixa 67. Auto 1471. Ano 1734.
Inventário de Catarina da Silva. Caixa 139. Auto 2807. Ano 1734.
Inventário de Rosa da Silva. Caixa 91. Auto 1961. Ano 1736.
Inventário de Micaela Arcângela. Caixa 18. Auto 495. Auto 1736.
Inventário de Luiza Gonçalves. Caixa 25. Auto 627. Ano 1736.
Inventário de Izabel de Godoy. Caixa 116. Auto 2325. Ano 1737.
Inventário de Inês Josefa. Caixa 132. Auto 2666. Ano 1737.
Inventário de Mariana Ribeiro. Caixa 45. Auto 1020. Ano 1737.
Inventário de Maria Lemos Brito. Caixa 100. Auto 2113. Ano 1738.
Inventário de Josefa Ferreira da Fonseca. Caixa 58. Auto 1322. Ano 1738.
Inventário de Josefa Caetana. Caixa 56. Auto 1256. Ano 1739.
Inventário de Luzia Gonçalves Ramos. Caixa 772. Auto 35. Ano 1740.
Inventário de Rosa Maria da Silva. Caixa 64. Auto 1431. Ano 1740.
Inventário de Inacia Ribeiro. Caixa 132. Auto 2668. Ano 1741.
Inventário de Mariana Barbosa da Silva. Caixa 83. Auto 1789. Ano 1741.
Inventário de Rosa da Silva Torres. Caixa 63. Auto 1426. Ano 1742.
Inventário de Maria Cardoso. Caixa 98. Auto 2087. Ano 1744.
Inventário de Maria Gomes de Abreu. Caixa 84. Auto 1799. Ano 1746.
Inventário de Monica Vieira da Conceição. Caixa 71. Auto 1543. Ano 1748.
Inventário de Quiteria de Souza. Caixa 135. Auto 2729. Ano 1748.
Inventário de Joana Pires. Caixa 55. Auto 1254. Ano 1749.
Inventário de Rosa Gomes Raposo. Caixa 92. Auto 1986. Ano 1750.

1.3. Testamentos (Livros)

Testamento de Inocencia Nunes de Assunção. Nº 73, folha 124. Ano 1735.
Testamento de Rosa Maria da Silva. Nº 23, folha 121v, Ano 1735.
Testamento de Jacinta Barbosa. Nº 65, folha 114. Ano 1740.
Testamento de Maria de Oliveira Castro. Nº 65, folha 810v. Ano 1740.
Testamento de Marta Pires Dória. Nº 65, folha 66. Ano 1740.

Testamento de Maria da Costa Xavier. Nº 72, folha 81. Ano 1742.
Testamento de Rosa da Silva Torres. Nº 72, folha 76v. Ano 1742.
Testamento de Maria Leme de Brito. Nº 62, folha 103. Ano 1746.
Testamento de Rosa Maria de Andrade. Nº 63, folha 19v. Ano 1748.
Testamento de Fabiana Teixeira. Nº 63, folha 78. Ano 1749.
Testamento de Gracia Soares. Nº63, folha 130. Ano 1750.

1.4. Testamentos (Códices)

Testamento de Antonia Borges. Códice 207. Auto 3938. Ano 1732.
Testamento de Maria de Godoi. Códice 282. Auto 5063. Ano 1738.
Testamento de Barbara da Luz. Códice 256. Auto 4696. Ano 1745.
Testamento de Luzia Gonçalves Nunces. Códice 226. Auto 4191. Ano 1731.
Testamento de Marta de Oliveira. Códice 220. Auto 4126. Ano 1749.

2. Arquivo Público Mineiro

2.1. Seção Colonial, Série 1, Coleção Casa dos Contos (Doc. Encadernados)

Códice 1036, Vila do Carmo, 1718.
Códice 1028, Vila Rica, 1718-19.
Códice 1031, Vila de São João Del Rei, 1718.
Códice 1046, Vila de São José Del Rei, 1722.
Códice 1038, Vila de Pitangui, 1718, 1722, 1723 e 1724.

2.2. Seção Colonial, Câmara Municipal de Sabará

Códice CMS02, Vila de Sabará, 1720.

2.3. Seção Colonial – Secretaria do Governo. Sesmarias (micro-filmes)

Códice SC12, R3, G3. Ano 1718.
Códice SC 28, R6,G3. Anos 1726 e 1727.
Códice SC 42, R9, G3. Anos 1735 e 1738.
Códice SC 72, R15, G3. Ano 1740.

Código SC 80, R16, G3. Anos 1742 e 1744.

Código SC 85, R17, G3. Ano 1743.

Código SC94, R20, G3. Ano 1751.

3. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana.

3.1. Livros de óbitos

Testamento de Joana da Silva. Prateleira O, nº 02. Ano 1713

Testamento de Feliciano Facundez. Prateleira O, nº02. Ano 1716.

Testamento de Ana Maria de Matos. Prateleira Q, nº 11. Ano 1721.

Testamento de Antônia Forra. Prateleira Q, nº 10. Ano 1723.

Testamento de Maria Cardoza. Prateleira Q, nº10. Ano 1724.

Testamento de Domingas Francisco Lima. Prateleira Q, nº 12. Ano 1728.

Testamento de Joana Cordeiro da Cruz. Prateleira Q, nº12. Ano 1728.

Testamento de Ursula de Azevedo. Prateleira Q, nº12. Ano 1730.

Testamento de Maria da Costa Barbalha. Prateleira Q, nº12. Ano 1730.

Testamento de Maria Rodrigues Romana. Prateleira Q, nº 10. Ano 1747.

Testamento de Ursula do Nascimento. Prateleira Q, nº 10. Ano 1747.

Testamento de Mônica Camilo Correa. Prateleira R, nº 15. Ano 1738.

Testamento de Antônia Maria de Góis. Prateleira R, nº 15. Ano 1738.

Testamento de Innocencia da Barra. Prateleira W, nº20. Ano 1740.

Testamento de Felipa Cabral. Prateleira W, nº20. Ano 1742.

3.2. Testamento (códices)

Testamento de Ana Escocia. Nº05. Ano 1721.

Testamento de Luiza Ferreira. Nº835. Ano 1725.

Testamento de Feliciano Facundez. Nº41. Ano 1716.

FONTES IMPRESSAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

Cartas do governador da Capitania de Minas. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 30, 1979.

- Cartas do governados da Capitania de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 31, 1980.
- CÓDICE Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.
- ORDENAÇÕES FILIPINAS. Ordenações e leis do Reino de Portugal. Recopiladas por Mandato d'el Rei d. Filipe, o Primeiro. Introdução e notas de Fernando H. Mendes de Almeida. 5 volumes. São Paulo: Saraiva, 1957-1960.
- Registro de alvarás, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei – 1721-1723. *Revista d Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, volume 30, 1979.
- SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do rio São Francisco e pela província de Góias. (1818)*. São Paulo: Nacional, 1937.
- VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

FONTES DIGITAIS

- BOSCHI, Caio C. (org.) *Inventário dos Manuscritos Avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. (Lisboa)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. Cds relativos a Capitania de Minas Gerais.

BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. Ano XLII, n 2 Jul-Dez, 2006.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio & Edunb, 1993.
- _____. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. (Dissertação de mestrado) . ICHF/UFF, Niterói, 1994.
- _____. Trajetórias imperiais: imigração e sistemas de casamentos entre a elite mineira setecentista. In : ALMEIDA, C. M. C de, OLIVEIRA, M.O. (Orgs.) *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2006.
- ALMEIDA, Joseph C.F.de. O testamento no âmbito da herança: uma análise demográfica. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*.Ouro Preto,2002.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
- ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. Por uma história da vida privada. In: CHARTIER, Roger. (Org) *História da vida Privada. Da Renascença aos séculos das Luzes*. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ARRUDA, José Jobson. *O Brasil e o comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História das Minas*. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.
- _____. *Dicionário histórico- geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BASSANEZI, Maria Silva B. Considerações sobre os estudos do Celibato e da Idade ao casar no Passado Brasileiro. *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Caxambu, 1994. p.381-395.
- BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOTELHO. A escravidão nas Minas Gerais, 1720. In: BOTELHO. T.R. et.al. (Org) *História*

- Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço.* Belo Horizonte: ANPUH, 2001.
- BOTELHO, Ângela V. e REIS, Liana M. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império.* Belo Horizonte: O autor, 2001.
- BOXER, Charles R. *A idade do ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial, 1695-1750.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos.* São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BRETTELL, Caroline B. *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota.* Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal-família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX).* (Tese de doutorado). ICH/ UFF, Niterói 2002.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAMPOS, Adalgisa A *Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: o culto a São Miguel e Almas.* (Doutorado em História) – FFLCH/ USP. São Paulo, 1994.
- _____. A ideia do Barroco e os desígnios de uma nova mentalidade: a misericórdia através dos sepultamentos pelo amor de Deus na Paróquia do Pilar de Vila Rica (1712-1750). *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 19, 2000.
- _____. Et.al. O banco de dados relativo ao acervo da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Registro paroquiais e as possibilidades de pesquisas. *Anais X Seminário sobre Economia Mineira.* Diamantina, 2002. CD Rom , V. 1.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1808.* (Tese de doutorado).Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ, 1997.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas.* São Paulo: Annablume, 1999.
- CHEQUER, Raquel M. Pinto. *Negócios de família, gerencia de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800).*(Dissertação de Mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. “notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil” . In: ALMEIDA, Maria Suely Kofe et alii. *Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- COSTA, Iraci Del Nero da. LUNA, Francisco Vidal. Devassas nas Minas Gerais: observações de casos de Concubinato. In: *Anais do Museu Paulista XXXI*, São Paulo, 1982.
- COUTINHO, Afrânio. *Do Barroco. Ensaios.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- DAUMARD, Adeline et.al. *História social do Brasil: teoria e metodologia.* Curitiba. Editora da Universidade do Paraná, 1984.
- DAVIS, Natalie Zenon. “*Women on Top*”: *society and culture in early modern France.* Stanford University, 1975.
- _____. *Nas margens: três mulheres do século XVII.* São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- DIAS. Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo, o século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. Nos sertões das gerais e do rio das Velhas 1708-1730. In: Luis Gomes Ferreira (Org.). *Erário Mineral.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Fiocruz/ FAPEMG, v. 1, p. 45-106, 2001.

- DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (Orgs) *Escrever a história das mulheres. História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- DURÃES, Margarida. Estratégias de sobrevivência econômica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX). Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2004.
- ELIAS, Nobert. *Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FACTUM, Ana Beatriz Simon. Joia escrava: design de resistência. In: *Revista Desing em foco*. Jul-dez, ano 1.v.1 Universidade do Estado da Bahia, 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a.
- _____. Mulheres forras-riquezas e estigma social. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: 7letras. vol.5 n 9 Julho, 2000.b.
- FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, João. Et.al. *O Antigo Regime dos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FIGUEIRA, Cecília Maria F. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *O avesso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Olympio, 1999.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Maria: sua formação e suas representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Ouro Preto: Ed. da UFOP, 1998.
- FONSECA, Humberto J. *Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres*. (Tese de Doutorado) FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o Regime da Economia Patricarcal*. São Paulo: Círculo do Livro s/d.
- _____. *Sobrado e Mocambos – decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento urbano*. Brasília INL, 1977.
- FRIENDAN, Betty. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da capa verde. O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. *Homens de negócio – A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.

- _____. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, Istvan e KANTOR, Íris (orgs). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Volume I. 397-416. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001b
- _____. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlos. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil .1991.
- GONÇALVES, Andréia Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GOULART, Maurício. *Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- GUEDES, Sandra O.L. de C. *Atitudes perante a morte em São Paulo (Séculos XVIII e XIX)*(Dissertação de mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- HIGGINS, Kathleen J., “*Licentious liberty*” in a *Brazilian gold-mining region: slavery, gender, and social control in eighteenth-century Sabará, Minas Gerais*. Pennsylvania State University, 1999.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KLEIN, Helbert. Tráfico de escravos. *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- LARA, Silvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (século XVIII). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org) *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981.
- _____. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LEITE, Miriam Moreira. (ORG). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: HUCITEC, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro – história. In: BURKE, Peter (Org) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed.Unesp, 1992.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da desigualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. (Tese de doutorado) USP, São Paulo, 1992.
- LIMA Jr. Augusto de. *As primeiras Vilas do Ouro*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1966.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Civilização Brasileira, 2002.
- LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIPE, Pioneira, 1982.
- MARAVALL, José Antônio. *Cultura do barroco. Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: terra de Quem?* São Paulo: Edusp, 1991.
- MATA, Sergio da . *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais. Brasil, séculos XVIII e XIX*. Berlin: Wiss. Virl, Berlin, 2002.

- MATA, Karina. P da. *Riqueza e Representação Social nas Minas do Ouro: um perfil dos mais abastados (1713-1750)*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja. Belo Horizonte: O lutador*, 1997
- MATOS, Maria Izilda S.de. *Por uma história da mulher*. São Paulo: Edusc, 2000.
- MAXWELL, Kenneth Robert. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- MESCRAVIS, Laima. *Os aspectos estamentais da estrutura social da Brasil colônia*. In: *Estudos Econômicos*. (IPEA/USP).n 13, 1983. p.799-811.
- METCALF, A. e BRETTELL,C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. *Revista População e Família*. V. 5, São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP. p. 127-153, 2003.
- MÓL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*.(Dissertação de Mestrado).FAFICH/ UFMG: Belo Horizonte, 2002.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência: entre a capela e o calundu.. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras,1997.
- NORA, Pierre e LE GOFF, J. (Orgs). *História- Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- OLIVEIRA, Fernando de. O vestuário feminino dos séculos XV e XVI. *Oceanos, mulheres no mar salgado*. Lisboa, n. 21. 1995.
- PAES, Maria Paula D. C. *Teatro do controle. Prudência e persuasão nas Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- _____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais,1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*. São Paulo. 77-98. v.24 n.1, 2005.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- _____. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PESEZ, Jean Marie. História da Cultura Material. IN: LE GOFF, Jacques.(Org). *A história Nova*. São Paulo: Martins fontes, 1993.
- PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros. 1979.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, Edunb, 1993.
- PUFF, Flavio Rocha. *Os pequenos agentes mercantis em Minas Gerais no século XVIII: perfil, atuação e hierarquia.(1716-1755)*. Dissertação de Mestrado. ICH- Programa de Pós graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.
- QUINTAS, Fátima. A culinária e a Negra. In: *Anais do Seminário de Gastronomia em Gilberto Freire*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2005.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMOS, Ronald. Casamento e família no mundo ibero americano: imposição e reação. *Revista População e Família*. V. 5, São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP.p..225-253, 2003.
- RAU, Virginia. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- REIS, Liana Maria e GUIMARÃES, Carlos M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais. (1700-1750) In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG nº 2 junho, 1986.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RESENDE, Fernando. A tributação em Minas Gerais no século XVIII. In: *20 Anos do Seminário sobre Economia Mineira – 1982-2002*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, 2002.
- RIBEIRO, Lilian B. *Lembrando ossos e expulsando mortos: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiros através de uma revisão bibliográfica*. (Dissertação de mestrado) Pós graduação em Antropologia Social, CCH/UFSC. Florianópolis, 2002.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural. In: *Revista de História*, ano XXVIII, volume LV, São Paulo,1977.p.25-79.
- _____. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAMARA, Eni Mesquista. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- _____. Mulheres das Américas: um repasse pela historiografia latino-americana recente. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. n.21 p.227 – 239, 1989/91.
- _____. Famílias e Vida doméstica no Brasil: engenhos aos cafezais. *Estudos CEDHAL*, nº10, São Paulo, USP, 1999.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português. (1701-1750). In: In: FRAGOSO, João. Et.al. *O Antigo Regime dos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- SANCHIS, Pierre. *Arraial: festa de um povo. As romarias portuguesas*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- SANT’ Anna, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. (Dissertação de mestrado). FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- SANTO, Cláudia C. do Espírito. Crédito e economia cotidiana: participação feminina nas demandas judiciais em Vila Rica – 1730/1770. *Anais XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto.
- SANTOS, Raphael Freitas. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas – 1713-1773. (Dissertação de Mestrado)FAFICH. UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- SANTOS, Zulmira C. Entre a “doutrina” e a retórica: os Tratados sobre os Quatro Novíssimos (1622) de Frei Antônio Rosado. In: *Revista Faculdade de Letras*. Porto. p.161-72,1997.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 5 - 22 jul/dez, 1990.
- _____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- _____. *A cidadã paradoxal*. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- SCHMAUS, Michell. *Teologia dogmática*. Madrid: Ediciones Realp. 1965.
- SILVA, V. A. C. . Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil em Minas Gerais 1800-1870. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 7, p. 47-68, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. Mulheres na colônia: uma história a ser escrita. *Ler História*. Lisboa, nº 39, p.59-79, 2000.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005
- SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e Poder: a pratica de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. (Tese de doutorado). FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2002a.
- _____. Estratégias de mercado e abastecimento alimentar em Minas Gerais no século XVIII. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira: coletânea de trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002b.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- _____. *Forma Pública: poder e costume nas Minas Gerais*. (tese de doutorado). FFLCH/USP. São Paulo: 2000.
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989
- _____. *História das Mulheres e Relações de Gênero: algumas reflexões*. NEC. p.1. Disponível www.historia.uff.br/nec/. Acesso 14/07/2008.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira do século XVIII*.

- Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda do Século XIX*. São Paulo: Companhias das Letras, 1987.
- STANCZYK Filho, Milton. Instrumentos de Pesquisa: indicadores possíveis na exploração de testamentos e inventários *post mortem*. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- THÉBAUD, Françoise. *Quand nos grand-mères donnaient la vie. – La maternité en France dans l’entre –deux-guerres*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças*. São Paulo, p.29-62, 1994.
- TOPOS Revista de Arquitetura. *Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais*. Sylvio de Vasconcellos. Belo Horizonte. Imprensa Universitária. p. 148-163, jul/dez. 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VENÂNCIO, Renato Pinto e FURTADO, Júnia. F. Comerciantes, tratantes e mascates. In: PRIORE, Mary Del. (Org). *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico escravo entre o golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Currupio, 1987.
- VIDAL, L. e SILVA, A. L. O sistema de objetos as sociedades indígenas: arte e cultura material. IN: SILVA, A. l e GRUPIONI, L. D. B. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, MEC/MARE/UNESCO, 1995.
- VILHENA, Maria Ângela. Os mortos estão vivos: traços da religiosidade brasileira. In: *Revista de Estudo da Religião*. PUC-SP. N. 3, Ano 4, 2004.
- VOVELLE, Michell. A história e a longa duração. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ZEMELLA, M.P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. v.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Anexo

Pequeno glossário de moda

Baeta - Tecido felpudo feito de lã.

Baetão – Tecido de pano muito grosso, próprio para capotes e saias. // Cobertor de lã.

Brocado – Tecido ricamente decorado por tecelagem de fios de ouro e prata. O termo não tem significação técnica, mas é tradicional em documentos antigos sobre tecidos.// Tela entretecida de fios de ouro de várias espécies. A qualidade mais preciosa é a que tem recamo de ouro relevado e se diz brocado-de-três-altos. // Bordado como brocado. // Tecido com figuras, geralmente elementos vegetalistas estilizados, em que o fundo é um desenho simples e as figuras resultam de grupos de alinhavos de teia ou de trama presos de modo conveniente, mas sem uma ordem pré-estabelecida.

Cambraia – Tecido fino e transparente de linho ou algodão, primitivamente fabricado em Cambraia (França). // Espécie de tarlatana gomada, usada como entretela no vestuário.

Carmesim é um tom de vermelho forte, brilhante e profundo, combinado com algum azul, do qual resulta um certo grau de púrpura. É a cor do corante produzido por um insecto - *Kermes vermilio*, mas o nome também é usado para descrever cores ligeiramente azul-avermelhadas em geral que estejam entre o vermelho e o rosado.

Fazenda – Tecido ou pano de lã de que se fazem peças de vestuário.

Forrado – Tecido com uma teia e duas tramas (forrado por trama) ou duas teias e um a trama (forrado por teia). Originalmente, designava um tecido com duas faces.

Franjão – Franja muito larga.

Galão Bordado – Bordado executado sobre materiais de enchimento e destinado a rematar ou a decoração.

Galão franjado – Galão rematado por uma franja de diversas alturas.

Galas – Tecidos nobres, sumptuosos. // Vestuário ou traje distinto, para solenidades.

// Ornamentações preciosas.

Guarda-pó – Casaco comprido de tecido leve usado em viagem para proteger o vestuário.

Linho – Planta têxtil, com cujas fibras se produzem tecidos de diversas qualidades. Tecido obtido a partir dessa fibra.

Nobreza – (bras.) Tecido de seda.

Serafina – Tecido de lã próprio para forros. // Espécie de baeta encorpada, geralmente com desenhos ou debuxos.

Tafetá – Tecido lustroso feito de fios de seda retilíneos e bem tapado. Técnica de produção de tecido. // Técnica mais simples de formação de um tecido, resultante da passagem alternado de um fio de trama por cima ou por baixo de um fio de teia e do qual resultam outras técnicas.

Túnica-Veste longa e reta, com ou sem mangas, usada desde a Antiguidade.

Veludo-É um tecido antigo, criado na Índia. Depois apareceu na Europa, após ter sido importado durante muito tempo. Nos séculos XIV e XV foi fabricado exclusivamente na Itália, onde se tornou famoso nas seguintes cidades: Veneza, Florença, Gênova, Milão. O veludo é um tecido que apresenta no lado direito um aspecto peludo, macio e brilhante.

Imagens de Carlos Julião que retratam as mulheres do século XVIII



Fonte: Biblioteca Nacional

Móveis e utensílios do século XVIII



Bateia



Caixa de madeira



Cômoda de Jacarandá



Jarro de barro



Oratório afro-brasileiro

Disponível www.oratorio.com.br e <http://www.museudearteseoficios.com.br/port/default.asp>